



# O AGORA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS OU A BIBLIOTECA ÁGORA

## BIBLIOTECAS PÚBLICAS, COWORKING E INOVAÇÃO

TRABALHO DE GRUPO 2

Prof. Doutor António Carrizo Moreira | Orientador

Ana Cabete Ferreira | CM Montemor-o-Velho

Ana Lontro Correia | CM Alenquer

Dulce Rocha Vieira | CM Soure

Graça Diogo Marques | CM Aveiro

Sérgio Mangas | CM Figueiró dos Vinhos

CURSO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PARA ALTOS DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL  
COIMBRA . 2012/2013

## SUMÁRIO

Resumo .....	4
Abstract.....	5
Introdução.....	6
1 Sociedade em mudança.....	8
1.1 A Europa 2020	10
1.2 Cidades Inteligentes	13
2 Um novo conceito de biblioteca pública .....	15
2.1 Papéis da biblioteca pública	19
2.1.1 Papel educativo	19
2.1.2 Papel cultural	21
2.1.3 Papel social	22
2.1.4 Papel informativo	25
2.1.5 Papel político	26
3 A atualidade.....	29
3.1 Parques Biblioteca	33
3.2 BiblioRedes	36
4 Rede Nacional de Bibliotecas Públicas .....	39
5 Biblioteca pública: novos espaços, novas funcionalidades.....	42
5.1 Bibliotecas públicas como espaços de trabalho	43
5.1.1 Fablabs	43
5.1.2 Digital Media Labs	44
5.1.3 Hackerspaces	46
5.1.4 TechShops	46
5.1.5 Coworking Spaces	47

6 Instrumentos para a biblioteca ágora: implementação em Montemor-o-Velho .....	49
6.1 Justificação do Projeto	50
6.1.1 Objetivos a atingir	52
6.1.2 Fatores de sucesso	53
6.1.3 Missão	53
6.1.4 Riscos	54
6.2 Enquadramento territorial	54
6.2.1 Breve descrição do concelho de Montemor-o-Velho	55
6.2.2 Acessibilidades	57
6.2.3 Análise SWOT do Município	58
6.3 A Biblioteca Municipal Afonso Duarte	59
6.3.1 Espaços da Biblioteca / Memória descritiva	59
6.3.2 Organização do Fundo Documental	61
6.3.3 Serviços disponíveis	61
6.3.4 Horário	62
6.3.5 Diagnóstico	62
6.3.6 Análise SWOT da Biblioteca Municipal Afonso Duarte	64
6.4 Casos de estudo / Benchmarking	65
6.4.1 Centre for Social Innovation	65
6.4.2 Fusion Cowork - Aveiro	66
6.4.3 Espaço de coworking na Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé	67
6.5 Coworking na Biblioteca Municipal Afonso Duarte	68
6.5.1 Localização	69
6.5.2 Principais stakeholders, público alvo e vantagens esperadas do projeto	70
6.5.3 Características de um espaço de coworking	70
6.5.4 Serviços	72
6.5.5 Projeto	74
6.5.6 Criação e dinamização de um grupo de coworkers	78

6.5.7 Parcerias	80
6.5.8 Desenvolvimento de ações de marketing	82
6.5.9 Levantamento de Custos	84
6.5.10 Calendarização das várias etapas que compõem o projeto	90
CONCLUSÕES.....	91
BIBLIOGRAFIA.....	92
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	97
ANEXOS.....	99
ANEXO 1	100
ANEXO 2	101
ANEXO 3	103
ANEXO 4	105
ANEXO 5	106

## Resumo

Num contexto de constante evolução tecnológica e de alterações sociais, que conduzem à actual sociedade de informação e do conhecimento, pretende-se compreender qual o novo conceito de biblioteca pública, e quais os serviços e espaços que começam a emergir um pouco por todo o mundo nestes equipamentos com o objetivo de atrair novos públicos e ir ao encontro das necessidades das pessoas. Como pano de fundo relacionou-se o papel das bibliotecas públicas com as políticas de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da Estratégia Europa 2020. Apresenta-se um novo conceito de biblioteca pública, que responda aos novos desafios da atualidade articulando-os com os papéis educativo, cultural, social, informativo e político que esta desempenha. Neste sentido, houve a preocupação de demonstrar a importância das bibliotecas públicas no desenvolvimento de políticas culturais, sociais e educativas integradas através de alguns exemplos concretos relevantes, a saber: os Parques Biblioteca em Medellín, na Colômbia (com uma vertente marcadamente social), o programa BiblioRedes, no Chile (com um enfoque nas tecnologias de informação e comunicação) e o Programa Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), que dotou até ao momento Portugal com mais de duas centenas de modernas bibliotecas públicas. Finalmente, no âmbito destes novos espaços e funcionalidades oferecidos pelas bibliotecas públicas procurou-se desenvolver o conceito de biblioteca pública enquanto espaço de trabalho através de vários exemplos que têm em comum o conceito de *coworking*. Com base neste conceito propõe-se a criação de espaços de *coworking* aplicados às bibliotecas públicas, através de um projeto concreto a ser implementado na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho.

## Abstract

In a context of evolving technological and social changes, leading to today's information and knowledge society, we aim to understand the new concept of public library, and what services and spaces are emerging all over the world in public libraries in order to attract new users and meet the needs of people. As background, we associate the role of public libraries with the policies for smart, sustainable and inclusive growth strategies under Europe Strategy 2020. We present a new concept of public library that responds to the new challenges of today linking them with the educational, cultural, social, political and informative roles it plays. In this sense, there was a concern to demonstrate the importance of public libraries in the development of integrated cultural, social and educational policies through some concrete relevant examples, namely: the Library Parks in Medellin, Colombia (with a distinctly social dimension), the BiblioRedes program in Chile (with a focus on information and communication technologies) and the National Program of Public Libraries (RNBP), which, to date, has provided Portugal with more than two hundred modern public libraries. Finally, under these new spaces and facilities offered by public libraries, they tried to develop the concept of public libraries as an area of work through several examples that have in common the concept of co-working. Based on this concept we propose the creation of co-working spaces in public libraries, through an actual project to be implemented in the Municipal Library of Montemor-o-Velho.

## Introdução

Num contexto de constante evolução tecnológica e de alterações sociais, que conduzem à atual sociedade de informação e comunicação, pretendemos compreender qual o novo conceito de biblioteca pública e dar um contributo no sentido de reajustar as bibliotecas públicas aos novos desafios da sociedade, às necessidades emergentes e aos novos públicos (clientes/utentes). Neste sentido, teremos a preocupação de demonstrar que as bibliotecas públicas devem fazer parte de uma estratégia concertada e integrada no desenvolvimento de políticas culturais, sociais e educativas e que estas podem ser parceiros privilegiados no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo das comunidades. Como tal uma Europa forte necessitará de bibliotecas fortes. Serão apresentados alguns exemplos relevantes, a saber: os Parques Biblioteca em Medellín, na Colômbia (com uma vertente marcadamente social), o programa BiblioRedes, no Chile (com um enfoque nas tecnologias de informação e comunicação) e o Programa Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), que dotou até ao momento Portugal com mais de duas centenas de modernas bibliotecas públicas.

Em Portugal, a maioria dos municípios portugueses dispõe de uma biblioteca pública moderna integrada na denominada Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). Trata-se de um Programa partilhado entre a Administração Central e os municípios. Este Programa tem vindo a possibilitar a criação de novas bibliotecas públicas. Propriedade dos municípios, cada biblioteca integra secções diferenciadas para adultos e crianças e também espaços polivalentes para actividades de animação, colóquios, exposições, etc. No que respeita às coleções, para além de livros, jornais e revistas, as bibliotecas oferecem documentos áudio, vídeo e multimédia, de modo a acompanhar as correntes actuais da literatura, da ciência, das artes, etc. Disponibilizam ainda serviços baseados nas tecnologias de informação e comunicação, sendo o mais generalizado o de acesso à Internet.

Numa altura em que as pessoas conseguem informação e conteúdos informativos e culturais sem necessidade de recorrer às bibliotecas, em que os livros enfrentam a concorrência dos e-books, disponibilizados para os mais diversos meios de suporte e de forma mais apelativa/interativa, as bibliotecas públicas tradicionais, que privilegiam o empréstimo domiciliário e o apoio aos estudantes, tendem a parecer desligadas da atualidade e a perder atratividade.

Ora, o investimento realizado nestes equipamentos tem que ser rentabilizado, proporcionando à comunidade (e não só a uma parcela desta) novos produtos e serviços. Estes espaços visam a promoção do livro e da leitura, mas também o desenvolvimento social, cultural e da cidadania, sendo, por isso, considerados recursos estratégicos e factores competitivos na atual sociedade de informação e conhecimento. Por isso, um dos desafios é o de manter e aumentar os utilizadores destes equipamentos, descobrir e absorver a comunidade, redefinir a missão e os novos papéis.

Mas a focalização no utilizador coloca novas questões quanto à utilização destes espaços: Biblioteca como centro cultural? Como espaço de trabalho? Como espaço de lazer? Como espaço de informação? Como espaço de convívio? Ou tudo isto junto?

Como resposta as novas bibliotecas deverão proporcionar espaços diferenciados, adequados às necessidades dos diferentes grupos, que proporcionem uma maior diversidade na sua utilização, sendo para além disso um lugar de aprendizagem, um lugar de trabalho e um lugar para se (con)viver. Em suma, as bibliotecas públicas, caso queiram continuar a ser relevantes para a comunidade e sobreviver, deverão inovar.

Para além do enquadramento teórico, o pretendem-se com o presente trabalho que este seja um instrumento para a implementação de um espaço de trabalho numa biblioteca pública, analisando o potencial que estas oferecem como equipamentos e parceiros privilegiados na criação de um espaço de *coworking* de âmbito municipal. Este projeto poderá ter um alcance transversal, podendo ser implementado em qualquer município, em comunidades intermunicipais ou mesmo em regiões, idealmente em rede.



## 1 Sociedade em mudança

Vivemos num mundo em constante transformação, que pode ser de carácter superficial ou extremamente profundo. Hoje, presenciamos uma disseminação do uso das tecnologias da informação e comunicação. Por sermos contemporâneos deste processo não nos é possível avaliar a dimensão deste impacto. Porém, é inegável que testemunhamos uma mudança profunda na sociedade. As TIC modificaram a forma de expressão, os registos documentais, as instituições e, principalmente, as pessoas e suas expectativas de obter informação e conhecimento. As pessoas, a partir do advento da Internet, acostumaram-se a obter informações de forma mais rápida, a qualquer hora e em qualquer lugar, sendo que o utilizador está cada vez mais exigente e nómada.

As mudanças são cada vez mais rápidas e produzem na sociedade transformações em todos os domínios: economia, sociedade, tecnologia, trabalho, cultura, relações pessoais, entre outros. Esta nova realidade tem afetado as nossas vidas, os nossos modos de relacionamento, a utilização dos tempos livres, os sistemas de trabalho, as instituições e as organizações, provocando nas pessoas uma necessidade de atualização constante, conhecimentos e recursos informativos.

Os autores que discutem o vasto território da Sociedade da Informação enfocam o assunto nos mais diferentes ângulos e objetivos, como também pelos mais distintos pressupostos teóricos. Sociedade global, aldeia global, sociedade pós-industrial, sociedade da informação, sociedade em rede, sociedade tecnológica, sociedade do conhecimento, não importa a nomenclatura destinada à sociedade atual, pois todas elas têm algo em comum: discutem a sociedade a partir da mudança de paradigma causado pela avalanche de informações mediáticas. Esta teve seus primórdios com o telégrafo e as ondas radiofónicas, mas o seu *boom* foi consolidado especialmente a partir dos anos 60 do séc. XX, após a eclosão do fenómeno televisivo e, mais tarde, com o aperfeiçoamento do computador e o surgimento da Internet.

Com o extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico experimentado na segunda metade do século XX estabeleceram-se as condições e o cenário para a convergência entre a informática, a eletrónica e a comunicação. Este facto, leva o computador a centralizar funções que antes eram apresentadas por diversos meios e canais de comunicação. As tecnologias digitais, surgiram como a infra-estrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado

da informação e do conhecimento. O ciberespaço abre caminhos para a cibercultura, pela qual a produção e a disseminação da informação são pautadas pelo dispositivo comunicacional todos-todos. Assim, não há apenas um emissor, mas milhares.

A Internet e as tecnologias digitais fizeram emergir um novo paradigma social, descrito por alguns autores, como Sociedade de Informação e do Conhecimento. Um mundo onde o fluxo de informações é intenso, em permanente mudança, e onde o conhecimento é um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança. Um mundo sem território onde não existem barreiras de tempo e de espaço para que as pessoas se comuniquem. Uma nova era que oferece múltiplas possibilidades de aprender, em que o espaço físico da escola, tão proeminente em outras décadas, neste novo paradigma, deixa de ser o local exclusivo para a construção do conhecimento e preparação do cidadão para a vida ativa.

As evoluções tecnológicas recentes têm conduzido ao aparecimento no mercado de um elevado número de títulos em suporte eletrónico. Assiste-se a uma diversidade, em riqueza e quantidade, de conteúdos em formato eletrónico que prefiguram uma alteração radical ao modo de conceber uma biblioteca. Estas constatações colocam um desafio: qual será o papel da biblioteca pública no futuro?

As funções tradicionais de promoção da leitura e do acesso à informação, alargada às suas novas formas e suportes, continuarão a ser fundamentais no novo ambiente. Para as desempenhar cabalmente, como se afirma no *Manifesto da UNESCO/IFLA (1994)*, as suas "coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como fundos tradicionais".

Em Portugal, onde na maioria dos lares, e até em muitas escolas, escasseiam os livros e o computador ainda não é uma ferramenta facilmente acessível, as bibliotecas públicas podem e devem ser a porta aberta para o novo mundo da informação digital e multimédia, o ponto de acesso ao ciberespaço para aqueles que, por razões socioeconómicas e/ou culturais, não têm, à partida, meios para o fazer em casa.

A evolução tecnológica observada nos últimos anos e sobretudo a expansão da Internet, vieram modificar os hábitos das pessoas e prevê-se que essa alteração se aprofunde à medida que as autoestradas da informação se generalizem. A nível das instâncias europeias, e com algum eco entre nós, têm sido produzidos vários documentos sobre a passagem para a sociedade da informação e sobre as transformações que ela implica. Para a preparar, foram lançados programas com forte incidência na utilização de produtos e serviços multimédia.

É neste contexto que as bibliotecas públicas viram as suas responsabilidades aumentadas e as suas funções diversificadas para se tornarem cada vez mais aptas a levar às populações os novos meios de aquisição e transmissão de saber que a Sociedade da informação e do Conhecimento faculta.

## 1.1 A Europa 2020<sup>1</sup>

A Europa atravessa um período de transformações. A crise anulou anos de progresso económico e social e expôs as fragilidades estruturais da economia europeia. Entretanto, o mundo está a evoluir rapidamente e os desafios de longo prazo (globalização, pressão sobre os recursos, envelhecimento da população) tornam-se preocupantes.

Através da Estratégia Europa 2020, a União Europeia pretende transformar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva. Para o efeito, estabeleceu os cinco objetivos a seguir referidos que os Estados-Membros deverão traduzir em objetivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida:

- Aumentar a taxa de emprego da população com idade entre 20 e 64 anos do nível atual de 69 % para, pelo menos, 75 %.
- Atingir o objetivo de investir 3 % do PIB em I&D, em especial melhorando as condições do investimento em I&D pelo sector privado, e desenvolver um novo indicador para acompanhar a inovação.
- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 20 % relativamente aos níveis de 1990 ou em 30 %, se as condições o permitirem, aumentar para 20 % a parte das energias renováveis no nosso consumo final de energia e aumentar em 20 % a eficiência energética.
- Reduzir a percentagem de jovens que abandonam prematuramente a escola para 10 %, relativamente aos atuais 15 %, e aumentar a percentagem da população com idade entre 30 e 34 anos que completou estudos superiores de 31 % para, pelo menos, 40 %.

---

<sup>1</sup> Consulte: <[http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/UE2020\\_COM\\_final.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/UE2020_COM_final.pdf)>

- Reduzir em 25 % o número de europeus que vivem abaixo dos limiares de pobreza nacionais, o que permitirá tirar da situação de pobreza 20 milhões de pessoas.

Para atingir estes objetivos, a Comissão propôs uma Agenda Europa 2020 que consiste numa série de iniciativas cuja execução constituirá uma prioridade partilhada com várias acções emblemáticas (ver Anexo 1).

Um estudo da Comissão Europeia, intitulado *Regions 2020: an assessment of future challenges for EU regions* (2008), identificou quatro grandes tipos de desafios com que os países e as regiões europeias se irão confrontar no horizonte de 2020 e que são: a globalização; a mudança demográfica, as alterações climáticas e a segurança e sustentabilidade energéticas.

Neste contexto, entenda-se a globalização como uma força motriz que está a gerar progressos científicos e tecnológicos, criando múltiplas oportunidades graças à abertura de novos mercados de dimensão gigantesca, ao mesmo tempo que vai testar a capacidade europeia de realizar um ajustamento estrutural profundo e de gerir as consequências sociais desse ajustamento.

Quanto à mudança demográfica, esta poderá ser encarada como uma força motriz que vai alterar a estrutura etária e do emprego nas sociedades europeias, levantando questões em termos de eficiência económica e equidade intergeracional. Além disso, as pressões migratórias terão forte impacto dada a proximidade de regiões, das mais pobres do mundo e/ou das que vão ser mais afetadas pelas mudanças climáticas e escassez de recursos.

Ainda tendo por referência o mencionado estudo, em relação às regiões portuguesas (Continente), no seu conjunto, encontram-se entre as que mais irão ser atingidas por três das forças motrizes: globalização, alterações climáticas e questões energéticas.

Portugal, através da Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), foi um dos 17 países europeus<sup>2</sup> convidados pela Fundação Bill & Melinda Gates a participar no *Estudo transeuropeu para aferir as perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas*. A coordenação do Estudo coube à DGLAB bem como a revisão e

---

<sup>2</sup> Fazem parte do estudo os seguintes Países: Alemanha, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa e Roménia.

tradução dos relatórios finais que datam de Março de 2013<sup>3</sup>. Nele estiveram envolvidas várias bibliotecas públicas portuguesas. Este estudo, que inclui um relatório geral ao nível da UE e relatórios a nível nacional, visa avaliar o papel das bibliotecas públicas no apoio às políticas económicas e sociais no âmbito da Estratégia Europa 2020. Os seus objetivos foram compreender o impacto do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação através das bibliotecas nas vidas dos cidadãos, designadamente para apoiar a aplicação das políticas de crescimento, educação, e coesão da Estratégia Europa 2020 da União Europeia.

Sublinhe-se que um dos relatórios acima referido, faz ainda uma remissão para um outro estudo. Aí se refere que existe um conjunto cada vez maior de evidências sobre as formas como o acesso às TIC contribui para o desenvolvimento económico, social, da saúde e da educação.<sup>4</sup>

Conclui-se que existem evidências de que o acesso às TIC através das bibliotecas públicas pode apoiar a aplicação das políticas específicas de crescimento, educação e coesão referidas na Estratégia Europa 2020, tais como os marcos das competências e inclusão digitais descritos na Agenda Digital para a Europa (uma das sete iniciativas emblemáticas da Estratégia), ou a aprendizagem informal ou não formal, que é mencionada em três das sete iniciativas emblemáticas.

---

3

Consulte: <http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/noticiasEventos/Paginas/AsTICnasBibliotecasEuropeias.aspx>

<sup>4</sup> Consultar *The Global Impact Study of Public Access to Information & Communication Technology* (Estudo sobre o impacto global do acesso público às Tecnologias de Informação e Comunicação) sobre a escala, natureza e impactos do acesso público às tecnologias de informação e comunicação. Considerando as bibliotecas, telecentros e cibercafés, o estudo analisa o impacto em várias áreas, incluindo a comunicação e lazer, cultura e língua, educação, emprego e rendimentos, governação e saúde. Implementado pelo Technology & Social Change Group (TASCHA, Grupo para a Tecnologia e a Mudança Social) da Universidade de Washington, o estudo faz parte de um projeto de investigação mais alargado apoiado pelo International Development Research Centre (IDRC, Centro Internacional de Investigação sobre o Desenvolvimento), do Canadá, e de um subsídio dado ao IDRC pela Bill & Melinda Gates Foundation (Fundação Bill & Melinda Gates).

## 1.2 Cidades Inteligentes

O conceito de «cidade inteligente» tem vindo a dominar quer a literatura académica quer a agenda das políticas públicas. Não existe um conceito único e universalmente aceite de «cidade inteligente». Encontram-se em conceção e implementação diversos projetos a nível mundial, com objetivos, características, motivações, ações, parceiros, níveis de maturidade, modelos de governação e fontes de financiamento diversas, apesar do tema estar sempre relacionado com a utilização das tecnologias de informação e comunicação para facilitar a vida urbana. (INTELI – INTELIGÊNCIA EM INOVAÇÃO, CENTRO DE INOVAÇÃO, 2012)

As cidades são espaços de problemas, desafios e oportunidades. Se por um lado, as cidades agregam 50% da população mundial e contribuem para 60-80% do consumo de energia e 75% das emissões de carbono, originando fenómenos de desigualdade e exclusão social, cenário que tende a agravar-se quando se prevê um crescimento populacional de 7 para 9 biliões em 2040, principalmente nos países em desenvolvimento (ONU, 2012). Por outro lado, as cidades são palcos de inovação, conhecimento e criatividade, sendo que as previsões apontam para que as 600 maiores urbes do mundo gerem 60% do PIB mundial em 2025 (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2011). Nestes termos, imperativos demográficos, económicos, sociais e ambientais tornam premente a aposta em novos modelos de desenvolvimento urbano.

Por estes motivos, tem-se assistido ao emergir de programas e projetos de cidades inteligentes (*smart cities*) em todo o mundo, tendo como base a utilização de tecnologias de informação e comunicação com vista a promover a competitividade económica, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida, apelando à colaboração de diversos atores (municípios, bibliotecas, universidades, centros de investigação, empresas, cidadãos).

Os principais pilares destas iniciativas centram-se em áreas diversas, como: governação, energia, mobilidade, gestão da água e resíduos, edifícios, segurança pública, saúde, cultura, entre outras.

A *Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis* assinada em 24 de Maio de 2007, pelos ministros europeus responsáveis pelo ordenamento do território e urbanismo, no âmbito da presidência alemã da UE, veio definir as bases de uma nova política urbana europeia, focalizada na resolução dos problemas de exclusão social, envelhecimento, alterações climáticas e mobilidade. Os 27 Estados Membros definiram um modelo de

políticas urbanas para a Europa do século XXI, cujas propostas chave, na base dos pressupostos de que o futuro da integração europeia passa pelas cidades e de que o futuro das políticas urbanas passará pelos centros das cidades, são: o renascimento urbano, apostando nos centros das cidades; garantir uma elevada qualidade dos espaços públicos; enfrentar as mudanças climáticas é também uma tarefa urbana; modernizar a rede de mobilidade e reforçar a eficiência energética dos edifícios; boa governança urbana, no sentido de envolver outros parceiros já que o planeamento urbano não é tarefa exclusiva do setor público e envolver os cidadãos no combate à exclusão social nas cidades.

## 2 Um novo conceito de biblioteca pública

Embora tenham tido a sua origem nos países anglo-saxónicos, nomeadamente em Inglaterra e nos EUA, atualmente as bibliotecas públicas são um fenómeno mundial. Encontram-se em vários países e em distintos graus de desenvolvimento. Apesar dos diversos contextos em que as bibliotecas públicas atuam, sejam por motivos culturais, sejam por motivos económicos, sejam por motivos políticos, e dos serviços oferecidos por estas estarem muito dependentes desses mesmos contextos, normalmente é possível encontrar características comuns entre elas.

Segundo as *Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas* organizadas por Koontz & Gubbin (2012, p. 1-2): «A biblioteca pública é uma instituição criada e financiada pela comunidade, seja por meio de governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e a obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e social e nível de escolaridade.»

Um dos documentos que terá contribuído para consagrar os princípios básicos que orientam a criação e a organização das bibliotecas públicas um pouco por todo o mundo é o *Manifesto da UNESCO/IFLA sobre as bibliotecas públicas* (1994). Este documento constitui, de facto, a base de trabalho e uma referência que tem suportado a reflexão e a discussão nesta área nos últimos anos, em que profissionais e políticos têm participado, e que tem resultado na elaboração de inúmeros outros documentos e trabalhos sobre o papel das bibliotecas públicas no contexto da Sociedade de Informação.

Esta reflexão em torno das bibliotecas públicas tem produzido uma reformulação e uma atualização do próprio conceito de biblioteca pública e do reconhecimento político da sua importância na sociedade atual. Por isso, as bibliotecas públicas são hoje reconhecidas como instituições estreitamente associadas aos conceitos de democracia, cidadania, aprendizagem ao longo da vida, desenvolvimento económico e social, diversidade cultural, entre outros.

O *Manifesto da UNESCO/IFLA sobre as bibliotecas públicas* (1994) define a biblioteca pública como uma instituição indispensável à democracia, à liberdade, à prosperidade e ao desenvolvimento harmonioso das pessoas e das sociedades. Neste sentido, este Manifesto



apresenta um conjunto de princípios fundamentais que devem presidir à criação de bibliotecas públicas, a saber:

- A biblioteca pública é a porta de acesso local à informação e ao conhecimento;
- Os serviços devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de raça, sexo, idade, religião, nacionalidade, língua ou condição social;
- Todos os grupos etários devem encontrar materiais adequados às suas necessidades;
- As coleções e serviços devem incluir todo o tipo de documentos em diversos suportes;
- Os serviços e coleções devem ser adequados às necessidades e condições locais;
- As coleções devem ser de elevada qualidade e refletir diversas perspectivas e tendências;
- As tecnologias de informação e comunicação devem estar presentes;
- As coleções e serviços não devem ser submetidos a qualquer forma de censura (ideológica, política ou religiosa) ou a pressões comerciais;
- Os serviços devem estar acessíveis a todos os membros da comunidade;
- Os serviços devem em princípio ser gratuitos;
- A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais;
- São uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação.

Outros documentos internacionais têm sublinhado a importância da biblioteca pública na sociedade atual. Ao nível da União Europeia surge em 1998 um documento político muito importante para as bibliotecas públicas: uma resolução do Parlamento Europeu intitulada *Report on the Green Paper on the role of libraries in the modern world*. Este documento aponta um conjunto de ações a adotar pelos estados membros, das quais se destacam as seguintes:

- As bibliotecas devem ser tidas em conta nas estratégias nacionais e da União Europeia para a Sociedade de Informação, assim como nos respetivos orçamentos, já que constituem um dos mais importantes sistemas organizados de acesso à cultura e ao conhecimento;
- Devem ser adotadas medidas adequadas que permitam às bibliotecas desempenhar um papel ativo no acesso à informação e à transmissão do conhecimento;
- Todo o tipo de bibliotecas deve possuir equipamentos modernos, em particular, ligação à Internet;
- Utilização gratuita dos serviços básicos das bibliotecas públicas, em conformidade com o espírito do Manifesto da UNESCO, uma vez que, pela sua natureza, a biblioteca pública é um serviço público de interesse geral.

Em Copenhaga, em Outubro de 1999, sobre o tema *Public Libraries and the information Society*, decisores políticos de 31 países europeus aprovaram a *Declaração de Copenhaga*, que consideram poder ser uma base comum para o desenvolvimento de políticas para as bibliotecas públicas. Neste documento é feito um apelo para que os governos desenvolvam as seguintes ações:

- Definam uma política nacional de informação que desenvolva e coordene todos os recursos relevantes de interesse público. Essa política deve reconhecer o papel único e vital das bibliotecas públicas como pontos de acesso para a maioria dos cidadãos, sendo apoiada por legislação adequada;
- Criem uma rede de infraestruturas que suporte o desenvolvimento de uma política nacional de informação para a Sociedade de Informação que leve à cooperação as instituições, principalmente as que são tradicionalmente consideradas instituições da memória como as bibliotecas, arquivos e museus. Esta infraestrutura deve encorajar uma cooperação efetiva entre bibliotecas públicas;
- Criem um programa de desenvolvimento para as bibliotecas públicas que assegure um nível básico a cada cidadão que inclua informação adequada e tecnologias de informação e o necessário financiamento para garantir esse acesso;
- Assegurem que as bibliotecas públicas sejam equipadas de modo a disponibilizarem o máximo acesso aos novos recursos informativos a todos os cidadãos,

independentemente da situação económica, física ou educacional. Que estas bibliotecas tenham recursos adequados para sustentarem a continuidade dos serviços;

- Façam lobby no Parlamento Europeu para que as bibliotecas públicas fiquem bem posicionadas na agenda social atual e futura,
- Trabalhem no sentido de garantir que exista um equilíbrio entre os direitos dos criadores da informação e os direitos de acesso à informação dos cidadãos.

Mais recentemente, em 2009, realizou-se em Viena uma conferência conjunta da EBLIDA (European Bureau of Library, Information and Documentation Associations) e do fórum NAPLE (National Authorities on Public Libraries in Europe) sobre o tema *A Library Policy for Europe*. Desta Conferência resultou a *Declaração de Viena*, que constitui um apelo de ambas as entidades à Comissão Europeia no sentido de pôr em prática quatro recomendações para o desenvolvimento das bibliotecas europeias, em particular as públicas, a saber:

- Realçar o papel das bibliotecas na Sociedade Europeia do Conhecimento e encorajar os estados membros a promover as suas bibliotecas;
- Criar um Centro Europeu do Conhecimento para as bibliotecas públicas;
- Financiar projectos europeus que visem o desenvolvimento das bibliotecas, incluindo o financiamento para a criação de bibliotecas digitais e de serviços em linha que permitam uma cidadania europeia ativa e oportunidades de aprendizagem;
- Implementar uma política de direitos de autor justa, que garanta os direitos legítimos dos detentores desses direitos, mas que, em simultâneo, consagre exceções razoáveis aplicadas ao trabalho das bibliotecas.

Os documentos referenciados mostram a importância da biblioteca pública no contexto atual da Sociedade de Informação e apontam também para o enorme potencial social das bibliotecas públicas. Estas não podem ficar de fora da construção europeia da Sociedade de Informação. Devem afirmar-se como espaços essenciais para o desenvolvimento social e a cidadania, principalmente porque na sociedade atual a informação e o conhecimento são considerados cada vez mais recursos estratégicos e fatores competitivos.

## **2.1 Papéis da biblioteca pública**

Definir a missão de uma organização é determinar qual, ou quais, os papéis que esta deve ter na sociedade. Trata-se, por outras palavras, de saber qual é a sua razão de ser, quais os seus clientes e o que espera a sociedade que ela faça. A missão de uma organização (pública) deve ir ao encontro da satisfação das necessidades (e expectativas) do cliente que a procura para utilizar e/ou adquirir bens e serviços. Por isso, é prioritário para qualquer organização estabelecer e definir a sua missão e os seus papéis.

Ao longo dos anos as bibliotecas públicas têm vindo a assumir vários papéis. Estes vão desde da biblioteca-memória, preocupada basicamente em conservar o património escrito para as gerações futuras, passando pelo papel da biblioteca-estudo, suporte da vida académica e escolar; para chegar a outros papéis mais atuais, que pretendem responder aos novos desafios e necessidades das pessoas como, por exemplo: apoiar a aprendizagem ao longo da vida; ser um agente activo na recolha, preservação e divulgação da história, cultura e tradições locais; desenvolver-se como um pólo de difusão cultural; constituir-se como lugar de encontro e fórum de debate; servir como centro de informação comunitária e de apoio ao cidadão para que este, de modo crítico e autónomo, possa usar a informação que necessita; promover a inclusão digital; ser uma possibilidade de lazer e de ocupação dos tempos livres.

### **2.1.1 Papel educativo**

O papel educativo das bibliotecas públicas é normalmente associado à leitura. Apesar das tecnologias de informação e comunicação e dos novos suportes, como é o caso dos materiais audiovisuais, cada vez mais populares neste tipo de biblioteca, o livro continua a ter um lugar central e privilegiado na composição das coleções e é com base nele que se desenvolve grande parte das suas actividades e dos serviços prestados. São objectivos das bibliotecas públicas, portanto, entre outros, combater a iliteracia, promover a leitura e realizar actividades de animação cultural, visando a consolidação e a criação de novos públicos para o livro. Com este propósito, recomenda a IFLA (1994) que as bibliotecas públicas devem, por um lado «criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância» e, por outro, possam «apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários».

Num país onde as bibliotecas escolares eram raras e mal apetrechadas até ao final dos anos 90 do séc. XX<sup>5</sup>, as novas bibliotecas públicas municipais têm sido um incentivo ao sistema educativo, nomeadamente através do apoio técnico que prestam às bibliotecas escolares.<sup>6</sup> No entanto, as atividades de promoção e animação da leitura das bibliotecas públicas municipais portuguesas têm estado muito focadas no público escolar. Os espaços de leitura destas bibliotecas são frequentemente salas de estudo ocupadas por estudantes e as atividades de promoção da leitura são normalmente dirigidas a crianças, com atividades em que a Hora do Conto ocupa um lugar central. Apesar de louváveis, tais atividades têm, sobretudo, um carácter lúdico, já que, por diversas razões, não parece haver uma estratégia concertada de formação de leitores críticos e autónomos. Por estes motivos, o papel educativo das bibliotecas públicas em Portugal tem estado muito ligado à escola e aos estudantes. Como assinala Lopes & Antunes (2000, p. 26) “[...] esta apropriação paraescolar da biblioteca pública não deixa de ser inquietante e de levantar sentimentos de perplexidade entre técnicos e decisores. Com efeito, deverá esta instituição assistir passivamente à sua progressiva escolarização, sobretudo tendo em conta os fraquíssimos níveis de leitura e requisição de obras não-escolares?” Numa altura em que

---

<sup>5</sup> Em 1996 o Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Cultura decidiu criar o Programa Rede de Bibliotecas Escolares, tendo como objectivo principal a instalação de bibliotecas escolares nas escolas de todos os níveis de ensino. O Programa Rede de Bibliotecas Escolares tem por finalidade apoiar a criação e/ou desenvolvimento de bibliotecas escolares nas escolas públicas dos diferentes níveis de ensino. Cada BE/CRE (Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos) deverá ser entendida como um centro de recursos multimédia de livre acesso, destinado à consulta e produção de documentos em diferentes suportes, devendo dispor de espaços flexíveis e articulados, mobiliário e equipamento específicos, fundo documental diversificado e uma equipa de professores e técnicos com formação adequada. Além disso, pretende-se com estas bibliotecas que os jovens possam aprender a pesquisar, avaliar e utilizar a informação disponível na aquisição/produção de novos conhecimentos, adquirindo competências que constituem o meio essencial para fazer face às rápidas mudanças da sociedade, ao desenvolvimento científico e tecnológico acelerados que caracterizam o nosso tempo, à constante desactualização do conhecimento. Pretende-se, assim uma articulação entre a biblioteca escolar e a sala de aula num sentido de promover as literacias e melhorar a aprendizagem. Consultar: <<http://www.rbe.min-edu.pt/>>

<sup>6</sup> A rede de Bibliotecas Escolares através do Ministério da Educação tem vindo nos últimos anos junto dos municípios a estabelecer protocolos no sentido de estes, através das suas bibliotecas municipais, garantirem apoio (técnico e financeiro) às bibliotecas escolares dos respectivos municípios. Deste modo, as bibliotecas escolares, sobretudo do 1º ciclo, têm vindo a receber um apoio decisivo das bibliotecas públicas municipais. Este apoio num número crescente de bibliotecas municipais tem dado origem ao chamado Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE). De entre as muitas funções que têm sido atribuídas ao SABE destacam-se as seguintes: apoiar as bibliotecas escolares, estimulando a sua criação onde não existam ou acompanhando o desenvolvimento das existentes; promover a articulação das bibliotecas escolares com as outras bibliotecas do concelho, procurando formas de cooperação e rentabilização de recursos; fornecer recursos físicos e de informação às bibliotecas escolares, nomeadamente às escolas de menor dimensão, e apoiar projetos específicos; prestar colaboração técnica às escolas no domínio da organização, gestão e funcionamento das bibliotecas escolares; participar na formação contínua dos profissionais envolvidos no serviço de bibliotecas escolares; apoiar o uso eficaz dos recursos, através do aconselhamento na seleção dos recursos ou no desenvolvimento do serviço de biblioteca. Estes novos serviços de apoio às bibliotecas escolares têm, no entanto, tido um efeito perverso no funcionamento das bibliotecas públicas municipais, a saber: no reforço junto da comunidade e dos autarcas do papel educativo da biblioteca pública, criando nestes a ideia que as bibliotecas municipais devem apoiar sobretudo os estudantes e, na sobrecarga de trabalho dos já reduzidos recursos humanos existentes nestas bibliotecas (CALIXTO, 2005, p.79; OLEIRO & HEITOR, 2010, p. 4-5), que poderiam ser canalizados para garantir serviços/atividades junto de outros setores da comunidade que são, normalmente, preteridos face às solicitações escolares aqui apontadas.

através do Programa da Rede de Bibliotecas Escolares se conseguiu dotar uma grande parte das escolas com bibliotecas modernas, esta situação parece não se ter alterado. Esta realidade voltou a ser confirmada com Santos (2007, pp. 118, 122) em *A leitura em Portugal* a indicar que são os estudantes que mais frequentam as bibliotecas públicas. Num outro encontro sobre serviços bibliotecários para jovens, Nunes (2008) alertava para o seguinte: «O uso das bibliotecas pelos jovens é considerado marcadamente instrumental, e muitos bibliotecários queixam-se da escolarização das bibliotecas públicas.»

### **2.1.2 Papel cultural**

Acompanhando a evolução da sociedade a preocupação inicial da biblioteca pública com educação expandiu-se e deu lugar a outros papéis, nomeadamente o cultural. Com este propósito recomenda a *IFLA/UNESCO no Manifesto sobre bibliotecas públicas* (1994) que as bibliotecas públicas devem «promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas» e «possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo». Mas, é na versão de 1972 da UNESCO que podemos encontrar indicações mais precisas sobre o papel cultural destes equipamentos: «La biblioteca pública es, de un modo natural, el centro cultural de la comunidad, en el que se reúnen las personas que tienen intereses semejantes. Ha de poder disponer, pues, de los locales y el material necesarios para organizar exposiciones, debates, conferencias, audiciones musicales y proyecciones cinematográficas, tanto para adultos como para niños.»

Estas atividades são normalmente denominadas de extensão cultural ou de acção cultural e visam, entre outros, os seguintes objectivos (GARCÍA RODRIGUEZ, 2002, p. 289-290):

- Criar uma consciência coletiva do valor e importância da biblioteca como recurso informativo, documental e cultural, ou seja, criar vínculos entre a biblioteca e os seus utilizadores de modo a aumentar o prestígio da biblioteca junto da comunidade;
- Despertar a curiosidade e o desejo de visitar a biblioteca, ou seja, transformar a biblioteca num equipamento cuja utilização faça parte dos hábitos da população;
- Comunicar aos não utilizadores da biblioteca que esta não é apenas um lugar destinado à leitura e ao estudo;
- Reduzir as desigualdades culturais e educativas de alguns setores da sociedade, especialmente daqueles que por motivos geográficos (zonas rurais ou subúrbios) ou

razões económicas (pessoas carenciadas, desempregados, imigrantes, idosos, etc.) dificilmente têm acesso a bens culturais;

- Racionalizar ao máximo os recursos da biblioteca e demonstrar a sua utilidade social.

Com efeito, ocupar os tempos livres, promover atividades recreativas e desenvolver programas de dinamização cultural junto da comunidade, faz parte das valências atribuídas atualmente às bibliotecas públicas. Através da organização de atividades e da exploração das suas coleções têm oportunidade de se transformar em verdadeiros centros culturais e de contribuir para o desenvolvimento artístico das populações. Neste sentido, muitas são as localidades em Portugal em que a biblioteca municipal é um dos poucos, senão mesmo, o único ponto de acesso, a bens e serviços culturais. Assim, podemos encontrar uma grande diversidade de atividades entre as quais se destacam: o empréstimo domiciliário de livros e documentos audiovisuais, permitindo que as pessoas possam ter acesso à literatura, ao cinema e à música; as atividades de promoção e animação da leitura que se traduzem, por exemplo, em encontros ou debates com escritores, bem como feiras do livro, comunidades de leitores, exposições ou espetáculos; o acolhimento de outras atividades e iniciativas, não necessariamente relacionadas com a leitura, de artistas ou grupos recreativos e culturais da comunidade que utilizam as instalações da biblioteca, nomeadamente auditórios e salas polivalentes para a realização de atividades diversas.

### **2.1.3 Papel social**

De todas as competências anteriormente referidas a leitura desempenha um papel fundamental já que permite o desenvolvimento das restantes, tendo-se convertido não só num objetivo intelectual individual, mas também num bem coletivo indispensável para o desenvolvimento económico e social. Atualmente, na chamada sociedade da informação e do conhecimento a capacidade de ler e escrever tornou-se numa necessidade e num instrumento fundamental de desenvolvimento sócio-económico. E é evidente, que uma tal sociedade exige mais do que nunca uma sociedade de leitores.

Segundo Betancur Betancur (citada por Yepes Osorio, 2001, p. 8): «Por ello, la promoción de lectura que asuma la biblioteca pública contemporánea, debe ser orientada a la formación y consolidación de lectores críticos, autónomos y universales. Lectores que descubran en el acto de la lectura la posibilidad de recrearse, crearse, construirse,



transformarse y transformar su entorno, pues un lector íntegro y múltiple accederá no sólo a la información producida por la humanidad en el transcurso del tiempo, sino, además reconocerá su propia información, la generada por su comunidad, y accederá a ella de manera autónoma, sin intermediarios, la comprenderá y lo que es más importante, sabrá qué hacer con ella, guiado por un mandato único: el de su propia conciencia.»

Todavía, pode haver informação sem leitura, ou seja, a informação atinge e abrange toda a sociedade, independentemente de esta ser formada por leitores ou analfabetos. A informação está relacionada com diversas circunstâncias e necessidades que atualmente condicionam a vida das pessoas face às transformações sociais, políticas e económicas e aos acelerados avanços científicos e tecnológicos. A biblioteca pública, ao permitir o acesso livre e gratuito à informação, oferece grandes possibilidades e apresenta-se como um lugar privilegiado para apoiar a cidadania. O papel social da biblioteca pública deve, por isso, conseguir através da informação que os sectores mais desfavorecidos da sociedade se reconheçam como portadores de direitos e deveres.

Contudo, estará a biblioteca a desempenhar convenientemente essa função? Conforme Almeida Júnior (1997, p. 91) as bibliotecas continuam muito distantes daquilo que as pessoas em geral fazem e desejam: «A população não nos reconhece como úteis socialmente. E sabem por quê? Porque, insistimos em não reconhecer a nossa verdadeira função social que não é apenas incentivar a leitura, mas trabalhar com a informação, levá-la àqueles que dela necessitam. Através dela, permitir que a população conheça seus direitos, saiba reivindicá-los, possua uma consciência social e política que possa transformar toda essa estrutura social.»

Como se vê o acesso à informação não passa necessariamente pela promoção da leitura. Porém, esta vertente tem sido pouco explorada por cá. Para além dos serviços de informação à comunidade, outros serviços poderiam ser implementados. Sabe-se que as bibliotecas são pródigas, quer em atividades de animação e promoção da leitura quer em outras atividades culturais. Encontros com escritores, feiras do livro, exposições e espectáculos diversos são exemplos disso. Menos comum, é vermos as bibliotecas públicas disponibilizarem espaços e incentivarem as pessoas da comunidade para debates, discussões e a defesa dos seus direitos. Um verdadeiro trabalho social poderia, nesse âmbito, ser desenvolvido pelos bibliotecários na e com a comunidade. Tratar-se-ia, de abrir a biblioteca não somente aos escritores e a outros artistas, mas também de promover o debate em torno de temas que afetam a vida das pessoas da comunidade. O que implicaria envolver múltiplos parceiros, tais como associações e entidades locais, membros influentes da comunidade e até políticos. Por outras palavras (BETANCUR BETANCUR, 2007, p. 21)



a biblioteca deve: «Realizar programas de formación de opinión pública que possibilitem la generación y permanencia de espacios de encuentro, debate y discusión sobre temas de interés comunitario, sean estas problemáticas, propuestas, proyectos, planes, etc., que permitan una interlocución real de los diferentes actores de la comunidad.»

Embora com outra perspectiva, Calixto (2005, p 71-72) chama a atenção para um importante papel social que, atualmente, desempenham as bibliotecas públicas da RNBP (nem sempre valorizado, porque não imediatamente perceptível), tendente à inclusão social, a saber:

- Disponibilizam a todos, sem exceção, e de forma gratuita, um conjunto de bens e serviços, que também são dirigidos aos mais pobres, entre os quais imigrantes e deficientes;
- Funcionam como um abrigo e lugar de encontro para membros da comunidade que sofrem de solidão e dificuldades económicas, como por exemplo, os idosos;
- Funcionam, por vezes, como ponto de encontro de imigrantes, que ali vêem valorizadas as suas culturas e organizam em conjunto com a biblioteca atividades que visam a sua integração;
- Oferecem através dos serviços de informação à comunidade apoio e orientação aos utilizadores para instituições sociais e outras entidades de apoio comunitário;
- Disponibilizam acesso gratuito à Internet e a outras tecnologias de informação e comunicação a pessoas que de outro modo não lhes teriam acesso;
- Oferecem através do Fundo Local<sup>7</sup> oportunidade às comunidades locais de descobrirem e valorizarem a memória coletiva e as suas raízes;
- Embora sejam poucas, algumas bibliotecas oferecem serviços bibliotecários itinerantes através de carrinhas às populações mais isoladas, que de outro modo, dificilmente, teriam acesso ao livro e à leitura.

---

<sup>7</sup> As bibliotecas públicas além de constituir um fundo documental diversificado, enciclopédico e continuamente atualizado que seja relevante para a comunidade, devem também como objetivo prioritário constituir coleções de interesse local designadas por «Fundo Local». Este fundo é decisivo para a conservação da memória coletiva local e tem verificado nos últimos anos um crescente interesse da parte dos historiadores e utilizadores em geral. O Fundo Local é também um dos aspetos específicos das coleções das bibliotecas públicas. Estes recursos documentais de interesse local são muito específicos, refletem a atividade de uma determinada comunidade e as características do concelho e da região em questão. O seu valor está exatamente no seu carácter único e no papel vital que desempenha para o conhecimento da história da comunidade e, por conseguinte, da sua identidade. Sendo esta uma coleção irrepetível em outras bibliotecas torna-se o bem informativo mais precioso que as bibliotecas públicas podem oferecer ao mundo globalizado da Internet. Estes fundos encerram pequenas partes da história nacional e, no seu conjunto, constituem a imagem mais aproximada que podemos ter daquilo que somos como povo.

### 2.1.4 Papel informativo

Apesar de forte, a visão da biblioteca pública como instituição dedicada à educação e à promoção e animação da leitura, tem dado lugar à criação de serviços destinados a outros setores da população que não os estudantes. Em Portugal, a prevalência de serviços e atividades dirigidas às escolas, já aqui assinalada, faz com que a maioria das necessidades e expectativas dos cidadãos em matéria de informação não sejam contempladas pelas bibliotecas. Perante este cenário, as bibliotecas têm tentado reorientar as suas funções de modo a conseguir responder às necessidades de informação da sua comunidade, especialmente da população adulta. Por isso, neste novo modelo de biblioteca adquire particular importância tudo o que está relacionado com a integração da comunidade. A biblioteca pública deixa de ser uma instituição isolada que oferece serviços apenas àqueles que a procuram para passar a ter um papel ativo na vida comunitária, colaborando também com as organizações e grupos existentes na localidade. Por outro lado, a biblioteca pública não pode desempenhar apenas um papel cultural e educativo, mas deve, para além destas funções ditas tradicionais, desenvolver novas valências e tornar-se num grande centro de informação para a comunidade local, favorecendo a participação dos cidadãos na vida em sociedade.

À luz desta visão, as bibliotecas começaram a ter em conta, entre outras questões, as necessidades informativas dos seus utilizadores (adultos) relacionadas com a vida quotidiana e o exercício da cidadania, bem como com aspectos relacionados com o desenvolvimento social e económico da comunidade. Para ir ao encontro destas novas necessidades de informação as bibliotecas têm criado serviços específicos, entre os quais se destaca o chamado Serviço de Informação à Comunidade<sup>8</sup>. Este é considerado um dos serviços que melhor preenche o papel informativo da biblioteca pública junto das comunidades em que está inserida e pode ser definido, segundo Matthew (citado por COSTA, 2004, p. [2]), como um serviço que ajuda os indivíduos e grupos a resolver problemas do dia-a-dia e a participarem activamente no processo democrático, concentrando-se nos problemas mais importantes que as pessoas têm que enfrentar relacionados com as suas casas, os seus empregos e os seus direitos. Vemos aqui, portanto, uma oportunidade extraordinária das bibliotecas captarem utilizadores que habitualmente não as frequentam, de alargar a sua esfera de influência e de se afirmarem junto do poder político. Como observa Lozano Díaz (2002, p. 448): «En esta sociedad de la información y del conocimiento, la información local, aquella que informa sobre nuestro

---

<sup>8</sup> Embora recentes, entre nós, os serviços de informação à comunidade inspiram-se nos «Community Information Center» que surgiram nas bibliotecas públicas anglo-saxónicas nos anos 70 do século XX.

entorno, territorio y población se convierte en información con valor estratégico para ciudadanos, entidades, empresas e incluso para la propia administración de la cual depende la biblioteca pública, normalmente los Ayuntamientos.»

### **2.1.5 Papel político**

Três elementos sustentam o papel político das bibliotecas públicas: a promoção da leitura, o acesso local à informação e a liberdade intelectual.

Começamos pela promoção da leitura. Parece consensual que uma sociedade da informação e do conhecimento, como hoje é conhecida a nossa sociedade, implique uma sociedade de leitores. Neste sentido, aprender a ler e a escrever é, antes de mais, aprender a ler o mundo e aprender a compreender o seu contexto, não através da manipulação repetitiva das palavras, mas através de um processo dinâmico e dialéctico em que a linguagem e a realidade se articulem. Quer isto dizer que a promoção da leitura deve ser capaz de criar leitores autónomos e críticos.

Como observa Yepes Osorio (2007, p. 13): «La lectura, hoy en día reconocida como una acción social de trascendencia en países ricos y pobres, debe ayudar a una construcción política, al destierro del analfabetismo político, y por esa vía abrirse paso como uno de los derechos fundamentales de los individuos.» Estamos perante uma conceção da leitura que pretende dotar os indivíduos de uma maior consciência política. A leitura torna-se, então, uma atividade emancipadora, um instrumento essencial para que os indivíduos se possam reconhecer como cidadãos, isto é, como detentores de direitos e deveres. Conceção completamente distinta daquela que vê a leitura como uma atividade recreativa ou relacionada com a aprendizagem e aquisição de conhecimentos e que, em boa verdade, é aquela que predomina nas múltiplas actividades de animação da leitura que por cá se fazem. Ainda segundo o mesmo autor (2007, p. 15): «El papel que desempeña la lectura en este nuevo rol, es el de formar disidentes políticos que ingresen a la categoría de ciudadanos conscientes de sus deberes, con argumentos para procurarse sus derechos y con la posibilidad de participar en la conformación de un bienestar común ayudado por criterios éticos y con una opinión pública formada.»

Outro aspeto da dimensão política do trabalho das bibliotecas públicas prende-se com o acesso local à informação. Enquanto serviço público a biblioteca pública é um serviço aberto a todos com um papel fundamental na recolha, organização e tratamento da informação. Neste âmbito, as bibliotecas públicas têm uma particular responsabilidade, quer na recolha de informação local (Fundo Local) quer na criação de serviços capazes de

oferecer informação específica, para que as pessoas, no seu dia a dia e na relação que estabelecem com as diversas instituições, possam conhecer e exercer os seus direitos e deveres (Serviço de Informação à Comunidade).

«El compromiso de la biblioteca pública con el desarrollo local se sustenta en que esta es una institución que, desde sus prácticas culturales, sociales y educativas, tiene un fuerte matiz político que normalmente no es reconocido y ejercido por el bibliotecario. Este matiz político al que me refiero, lo pueden o deben generar los aportes que la biblioteca pública haga a los procesos de participación ciudadana o comunitaria; a la formación de actitudes positivas en los individuos y grupos, en relación con lo colectivo, lo público, lo común; a la posibilidad de motivar a los individuos para que transformen su papel de espectadores y se conviertan en protagonistas de los procesos de desarrollo de su comunidad, desde proyectos colectivos que articulen recursos y actores en un territorio determinado.» (BETANCUR BETANCUR, 2007, pp. 59-60)

Finalmente, a dimensão política da liberdade intelectual. Garantir o pluralismo das coleções e defender o livre acesso à informação com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e transparente é tudo menos uma atitude neutral, imparcial e apolítica. Esta dimensão, embora nunca nomeada, está bem patente no tão citado Manifesto da UNESCO/IFLA sobre as bibliotecas públicas (1994), em que logo na sua abertura se constata que a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade são valores fundamentais. Para logo a seguir ser feito um apelo, a bibliotecários e educadores que tais valores: «Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.»

Embora todos os manifestos, declarações e outras recomendações apontem para uma biblioteca pública mais interventiva na comunidade, esta intervenção só é possível se os bibliotecários se reconhecerem também como atores políticos. Ou não serão a defesa dos direitos humanos, o combate à censura ou a promoção da cidadania, por exemplo, ações políticas? Neste sentido, vale a pena lembrar o *Manifesto da IFLA sobre transparência, bom governo e ausência de corrupção* (IFLA, 2005). Naquele que é, até ao momento, um dos seus manifestos mais políticos, a IFLA lembra que a biblioteca é uma instituição necessária ao exercício da democracia, que deve ajudar na defesa dos direitos civis, na promoção da cidadania e no combate à corrupção. Como refere a IFLA (2005b): «A corrupção solapa os valores sociais básicos e a confiança nas instituições políticas, e ameaça o império da lei.

Ela cria um ambiente para os negócios em que só o corrupto triunfa. Ela atrapalha o trabalho científico e a pesquisa, enfraquece o papel das profissões e obstrui a emergência da sociedade do conhecimento. É uma das maiores contribuições para o aparecimento e prolongamento da miséria humana e a inibição do desenvolvimento. A corrupção é mais bem sucedida sob condições de segredo e ignorância geral.» Mas aquele organismo vai ainda mais longe, e pede às bibliotecas, que através da suas colecções e dos diversos serviços que prestam à comunidade informem os cidadãos sobre os seus direitos e garantias, ofereçam materiais sobre assuntos filosóficos, sócio-económico ou políticos, que promovam o debate em torno destes temas e que, em parceria com outras entidades que lutam pela liberdade intelectual e pelos direitos humanos, aconselhem, promovam e denunciem todas as formas de corrupção e manipulação da informação.

### 3 A atualidade

Atualmente, as bibliotecas públicas atravessam uma crise decorrente do surgimento e expansão generalizada da Internet e de um conjunto de equipamentos e aparatos tecnológicos de informação e comunicação, hoje acessíveis, pelos menos nos países mais desenvolvidos, a uma grande parte da população. Pela primeira vez na história as bibliotecas deixaram de ser repositórios privilegiados da informação. Numa época em que estão disponíveis gratuitamente uma quantidade quase infinita de recursos informativos através da Internet, impõe-se perguntar para que servirão as bibliotecas quando as pessoas conseguem informação e conteúdos culturais sem necessidade de recorrer a estas.

Neste contexto, as bibliotecas públicas enfrentam novos desafios, mas também novas oportunidades. Pensada para as pessoas, as bibliotecas públicas não poderão deixar de se atualizar e adaptar de forma a dar resposta a novos interesses e necessidades da sociedade atual, reformulando alguns dos seus papéis e ampliando outros. Estas mudanças, nomeadamente aquelas relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação, têm vindo a alterar profundamente a imagem das bibliotecas públicas, obrigando-as a mudanças tanto ao nível dos edifícios e dos seus espaços, como também ao nível dos acervos disponibilizados (em que o livro perde o protagonismo dando lugar a outros suportes), dos serviços oferecidos, dos recursos humanos necessários e da sua própria gestão e funcionamento.

Um estudo recente da Arts Council de Inglaterra, *The library of de future* (2013), em que se analisa como será o futuro das bibliotecas, propõe quatro grandes prioridades para estas continuarem a serem relevantes para a comunidade:

- A biblioteca como espaço aberto à comunidade;
- Aproveitar ao máximo as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação;
- Assegurar que as bibliotecas sejam resilientes e sustentáveis;
- Capacitar com formação adequada os profissionais que trabalham nas bibliotecas.

Destas prioridades, gostaríamos de destacar uma em particular, aquela que está relacionada com a prioridade de transformar as bibliotecas num espaço comunitário. As

bibliotecas, nomeadamente as bibliotecas públicas, devem ser cada vez mais encaradas como a «sala de estar da comunidade», ou seja, um espaço onde as pessoas se reúnem e sociabilizam com as demais. As bibliotecas (públicas) são lugares predominantemente democráticos e abertos, dotados de valiosos recursos de informação e de uma grande diversidade de serviços e atividades. Por isso, é necessário procurar uma articulação entre o mundo físico (o espaço) e o mundo virtual (o digital) e uma integração flexível das potencialidades que as redes sociais e os recursos digitais, incluindo a Internet, oferecem. O objetivo é envolver e captar (novos) utilizadores e incentivar deste modo a criatividade, a partilha de ideias, de experiências, de conhecimentos, etc.

Uma das principais funções das bibliotecas públicas é a de garantir aos cidadãos um acesso gratuito ao conhecimento e à cultura. Ora, o conhecimento detido pelas pessoas é vasto e multifacetado e transmite-se muitas vezes melhor pela partilha entre as pessoas de que através da leitura dos livros, que contêm apenas uma parte do conhecimento existente. Face a isto, parece natural que as bibliotecas se reivindicuem como instituições e espaços de partilha de informação e conhecimentos.

Estas novas bibliotecas, abertas à comunidade e cujos espaços diferenciados são adequados às múltiplas necessidades de diversos grupos e faixas etárias apela ao conceito de *zoning*. Nestas bibliotecas, o espaço é adaptado às diversas práticas e usos (leitura, estudo, debate, audição de música, visionamento de filmes, etc.), existindo diversos ambientes (espaços silenciosos, lugares de convívio ou de trabalho em grupo), onde a música de fundo, as conversas ao telemóvel ou com outros utilizadores são permitidas, existindo muitas vezes cafetarias e zonas mais informais de descanso e convívio.

Num momento em que se assiste à desmaterialização da informação e à sua circulação e utilização sob a forma digital o enfoque nas bibliotecas como espaço público, de encontro e partilha real (e não virtual) entre as pessoas surge como um desafio estratégico para as bibliotecas públicas. Com o objetivo de atrair novos públicos que normalmente não usam estes equipamentos, muitas bibliotecas têm vindo a reformular, reajustar e readaptar os seus serviços e espaços.

Nas Ideas Stores<sup>9</sup> de Londres ou nas bibliotecas públicas holandesas, a variedade de cores, o conforto do espaço e do mobiliário, a presença de tecnologias de informação e comunicação e mesmo a excentricidade da decoração são uma nota dominante que rompem e contrastam com a ideia tradicional que temos de uma biblioteca como espaço de

---

<sup>9</sup> Consulte: <<http://www.ideastore.co.uk>>



estudo, leitura e silêncio. A escolha da decoração e do mobiliário é feita de modo a diluir a fronteira entre a esfera pública e privada. No OBA<sup>10</sup> (Openbare Bibliotheek Amsterdam) em Amsterdão pufes brancos munidos de computadores convidam as pessoas a adoptar uma postura mais informal e descontraída (em oposição àquela mais formal exigida numa cadeira em frente a uma mesa), o que normalmente está associado a um contexto mais doméstico. Deste modo, a decoração e construção do espaço permite e induz que se faça uma apropriação do mesmo de uma forma mais livre, descontraída e individual.



**Fig. 1** – Idea Store de Bow (Londres)



**Fig. 2** - OBA (Biblioteca Pública de Amsterdão)

Estas novas bibliotecas promovem um ambiente estimulante e dinâmico. Segundo Oliveira (2013): «Local de múltiplos eventos e encontros os mais diversos, a polivalência cultural e cívica é agora a marca indelével das bibliotecas públicas, cada vez mais versáteis e disponíveis para acolher todo o tipo de públicos e apoiar a sua comunidade.» E acrescenta a autora: «A Biblioteca Pública deste novo século, para além de lugar de aprendizagem, tornou-se

também um lugar para se estar e para se (con)viver. Distante das grandes bibliotecas centradas no empréstimo massivo, sem espaços de estudo e sem utilizadores durante as

<sup>10</sup> Consulte: <<http://www.oba.nl/>>



horas de trabalho, encontramos agora edifícios abertos, desenhados com preocupações estéticas e de acolhimento dos utilizadores para as mais diversas actividades.»

Com efeito, as bibliotecas públicas funcionam cada vez mais como uma espécie de laboratórios sociais, abertos à experimentação e à exploração, são lugares lúdicos e mágicos, cheios de cantos e recantos para todos os gostos e temperamentos.

Conforme as novas *Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas*: «A biblioteca pública desempenha importante papel como espaço público e ponto de encontro. Isso é particularmente importante em comunidades onde há poucos lugares de encontro. Ela é às vezes chamada de «sala de visitas da comunidade». O uso da biblioteca para pesquisa, ensino e lazer aproxima as



**Fig. 3 - OBA (Biblioteca Pública de Amesterdão)**

peessoas graças a contatos informais, proporcionando uma experiência social positiva.» (KOONTZ & GUBBIN, 2012, p. 11). E reforçam esta ideia mais à frente: «Uma biblioteca pública bem utilizada contribuirá significativamente para a vitalização de uma área urbana e será importante centro de aprendizagem, centro social e local de encontro, especialmente em áreas rurais dispersas. Os bibliotecários devem, portanto, cuidar para que o edifício da biblioteca seja usado e administrado com eficiência, a fim de aproveitar ao máximo as suas instalações em benefício da comunidade.» (KOONTZ & GUBBIN, 2012, p. 18).



**Fig. 4 – Biblioteca Pública de Guadalajara (Espanha)**

Sobre estas novas dinâmicas que as bibliotecas públicas estão a desenvolver é particularmente interessante a descrição feita por Oliveira (2013) da Biblioteca Pública de Guadalajara<sup>11</sup>. Vejamos: «Na nova Biblioteca Pública Municipal de Guadalajara, em Espanha, outrora um palácio senhorial, existe um grande pátio interior coberto, mobilado com sofás e mesas de apoio. Nas estantes das paredes em volta estão as novidades e as seleções temáticas e num dos

<sup>11</sup> Consulte: <<http://www.bibliotecaspublicas.es/guadalajara/>>

lados uma bateria de computadores disponíveis ao público. Num dos cantos, encontra-se um piano de cauda onde de vez em quando um leitor se senta para tocar uma peça de jazz ou de música clássica que se ouve no segundo piso, que é simultaneamente galeria de exposições e também local de trabalho na Internet, bem como na área contígua do fundo local.» E prossegue: «No terceiro andar, uma grande sala de estudo acolhe em silêncio total trezentos estudantes das 9h00 às 21h00 em épocas de exame. Nos dias de festa, como no jantar anual dos cerca de 20 clubes de leitura desta Biblioteca, trezentas pessoas jantam nessa mesma sala e, de seguida dançam pela noite fora ao som de um piano acústico. no jardim interior ou no tal átrio coberto quando o tempo está de chuva.»

Os exemplos podem-se multiplicar e a casuística neste caso não tem fim, já que são inúmeras as bibliotecas (públicas) um pouco por todo o mundo que estão a mudar profundamente a sua imagem. Existem, todavia, dois casos particularmente interessantes, pelo seu impacto e proveniência, no panorama das bibliotecas públicas a nível mundial que merecem destaque: os Parques Biblioteca na cidade de Medellín na Colômbia e o projeto BiblioRedes no Chile.

### 3.1 Parques Biblioteca<sup>12</sup>

Com uma população de 2.214.494 habitantes, organizada em 16 unidades territoriais regionais, denominadas «comunas», Medellín é a segunda maior cidade da Colômbia e a capital do Departamento de Antioquia. Cortada de norte a sul pelo rio Aburrá, a cidade nasce nas margens do rio e cresce pelas encostas acima.

A partir de 2004, Medellín conhecida pelo narcotráfico e pelos elevados índices de violência (que fez dela durante as décadas de 80 e 90 do séc. XX uma das cidades mais violentas do mundo), tem vindo a assistir a um processo de transformações profundas centradas na requalificação urbana, fazendo hoje de Medellín um modelo de boas práticas a nível mundial.

---

<sup>12</sup> Consulte: <<http://www.reddebibliotecas.org.co/sistemabibliotecas/Paginas/default.aspx>>

Estas transformações profundas da cidade tiveram início em 2004 com um ambicioso programa político do Município de Medellín baseado na articulação de políticas urbanas e programas sectoriais. A partir de um sistema integrado de transportes públicos ousado, que inclui linhas de metro, autocarros e teleféricos, as comunas foram ligadas e contempladas com uma eficiente e moderna rede de equipamentos públicos, entre os quais estão os Parques Biblioteca. Até ao momento foram inaugurados nove Parques Biblioteca.

Segundo o Município de Medellín (Empresa de Desarrollo Urbano EDU): «Los Parques Biblioteca son Centros Culturales para el desarrollo social que fomentan el encuentro ciudadano, las actividades educativas y lúdicas, la construcción de colectivos, el acercamiento a los nuevos retos en cultura digital. Y también son espacios para la prestación de servicios culturales que permiten la creación cultural y el fortalecimiento de las organizaciones barriales existentes.»



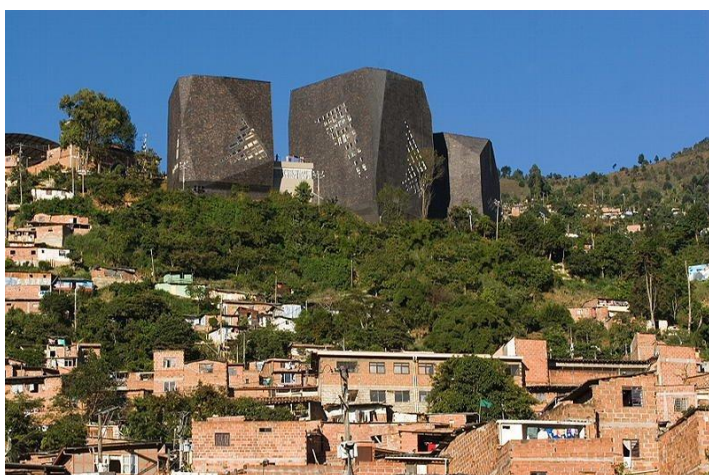
**Fig. 5 -** Parque Biblioteca León de Greiff (Medellín,

Os Parques Bibliotecas são complexos urbanísticos formados por edifícios de arquitetura moderna, com amplos espaços circundantes, formados por zonas verdes e recreativas, cujo edifício principal é uma biblioteca dotada de modernos e diversos serviços bibliotecários. Estas novas bibliotecas, normalmente localizados em zonas carenciadas e problemáticas da cidade de Medellín, oferecem espaços inovadores, quer em termos de arquitetura quer em termos de mobiliário e equipamentos, possuindo equipas com formação na área das bibliotecas.

Desta forma as bibliotecas estão no centro de uma estratégia na construção e aprofundamento da cidadania através da inclusão das populações em programas educativos e culturais. Trata-se de, a partir destas, em articulação com outros agentes e equipamentos, criar dinâmicas que visem transformar o tecido urbano e social das zonas mais carenciadas da cidade e ser um estímulo para a integração, evolução e transformação das pessoas que aí vivem. Um dos exemplos mais significativos destes parques é o Parque Biblioteca España o qual merece uma breve apresentação.



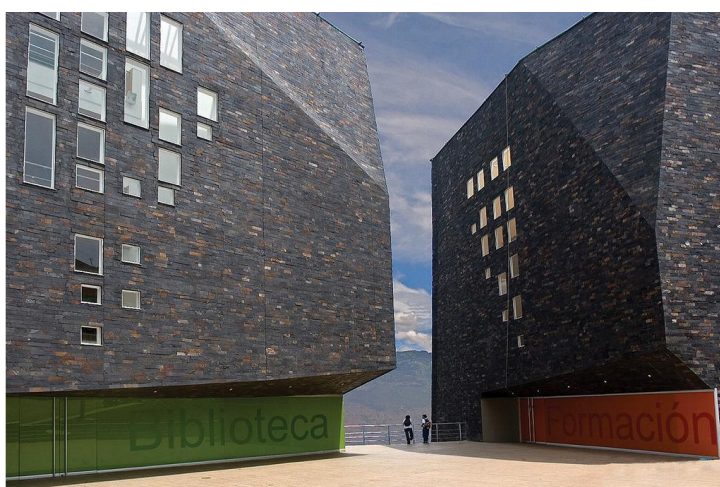
Antes de 2007, a zona onde agora está instalada o Parque Biblioteca España era de difícil acesso e turbulenta: aí proliferava a violência, o tráfico de droga e a pobreza. Foi então que o Município de Medellín decidiu reabilitar e requalificar toda esta parte da cidade de forma profunda pondo em marcha, num primeiro momento, o funcionamento de um sistema de teleférico, integrado na rede de metro da cidade. Dava-se, assim, início a um processo de dignificação de milhares de famílias vivendo nos morros e nas encostas, que pela ausência de vias de comunicação e transportes públicos se encontravam num grande isolamento face às demais zonas da cidade. O impacto positivo deste projeto permitiu ao Município avançar com mais medidas e iniciar a construção de uma mega biblioteca em terrenos onde terminava a última estação de teleférico e onde se encontram concentradas a maior parte das associações e coletividades culturais da zona.



**Fig. 6** - Parque Biblioteca España (Medellín, Colômbia)

O Parque Biblioteca España (PBE), inaugurado em 2007, é uma estrutura imponente composta por três grandes blocos negros, semelhantes a grandes rochedos, que dominam o cimo de uma encosta íngreme sobre a cidade de Medellín. O PBE ocupa uma área de 13.942 m<sup>2</sup> distribuídos por três edifícios. No seu interior cada um tem uma cor diferente e sugestiva,

de acordo com as atividades e serviços que ali são oferecidos havendo um corredor que permite a comunicação entre eles. São três edifícios, cada um com uma função: auditório, No primeiro edifício funciona o auditório, onde a comunidade pode desenvolver as mais



**Fig. 7** - Parque Biblioteca España (Medellín, Colômbia)

variadas atividades culturais. O do meio é conhecido como o Edifício do Conhecimento: nos seus sete pisos convivem a tecnologia, com espaços de Internet e salas de leitura, sendo que ambas as valências têm espaços diferenciados e específicos para crianças, jovens e adultos, e ainda um piso dedicado exclusivamente a exposições. No terceiro edifício

estão localizadas os serviços administrativos e as salas de formação. É neste edifício que está situado o espaço *Sala de Mi Barrio* vocacionado para o resgate, organização e difusão da memória escrita, fotográfica e videográfica da comunidade. Existe ainda uma ludoteca para crianças até aos dez anos e sala de exposições. (JARAMILLO, 2010).

### 3.2 BiblioRedes<sup>13</sup>

Com o apoio financeiro e técnico da Fundação Bill & Melinda Gates e em parceria com o Governo do Chile, em 2002 a Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos (DIBAM) inicia o programa BiblioRedes para instalar computadores e Internet inicialmente em 368 bibliotecas em todo o território chileno. Os objetivos consistiram em transformar as pessoas em agentes de desenvolvimento cultural e social a partir das bibliotecas públicas, usando a Internet e as tecnologias de informação e comunicação, e com isto reduzir a chamada brecha digital das localidades mais isoladas.

Um aspeto interessante do programa BiblioRedes é que embora orientado para toda a comunidade, ele deu prioridade às mulheres como agentes de mudança. O enfoque dado ao público feminino deveu-se a dados que apontavam que no Chile só 30% das mulheres trabalhavam fora de casa. Um estudo encomendado à Universidade Alberto Hurtado indicava que em contexto familiar a pessoa com menos competências na área das TIC era a mãe, com 76% a declarar não saber usar um computador. (BUDNIK SINAY & MAZA MICHELSON, 2006, p. 72)

Este é um Programa que tem como missão: «Contribuir a la inclusión digital y desarrollo de las comunidades locales de Chile, a través de las Bibliotecas Públicas e Internet, para fomentar la participación y compartir sus culturas e identidades en redes sociales y virtuales.» (BiblioRedes) Entre os vários serviços prestados pelo Programa BiblioRedes destacam-se: assistência no âmbito da planificação e gestão, suporte técnico remoto e no terreno, formação permanente às equipas das bibliotecas públicas, produção de materiais de apoio, formativos e de divulgação. Deste modo, foi possível, de forma gratuita, a partir das bibliotecas oferecer às comunidades: acesso à Internet, cursos de aquisição e/ou desenvolvimento de competências digitais dirigida a todas pessoas, incluindo formação na

---

<sup>13</sup> Consulte: <<http://www.biblioredes.cl/>>

edição e publicação de páginas web, bem como alojamento e manuais de formação para o público.

Antes da implementação do Programa BiblioRedes a maioria das bibliotecas públicas chilenas não eram dotadas de computadores nem tinham acesso à Internet, situação que nos países ditos desenvolvidos era já uma prática corrente. A incorporação das TIC, a oferta generalizada de acesso à Internet aliada à formação digital das pessoas permitiu reforçar o papel e a importância das bibliotecas públicas (neste caso chilenas) nas comunidades onde estavam inseridas. Permitiu às bibliotecas constituírem-se como espaços comunitários com uma utilidade acrescida (para além dos serviços tradicionais), nos quais passava a ser possível aceder à informação, independentemente do suporte em que se encontrava (impresso ou digital). As bibliotecas passavam, com este Programa, a serem vistas como lugares de aprendizagem e inclusão digital.

BiblioRedes não só conseguiu instalar uma rede digital a nível nacional, como conseguiu formar e potenciar uma rede humana, baseando a sua estratégia não apenas no fornecimento de equipamentos e tecnologia, mas sobretudo, na formação dos utilizadores no uso das TIC. Este Programa deu ferramentas e conhecimentos às pessoas ensinando-as a usar o computador, a navegar na Internet, a construir páginas web, etc.

Outro aspecto inovador do Programa BiblioRedes foi a aposta na cultura local através de um projeto denominado *ContenidosLocales*<sup>14</sup>. Trata-se de um projecto que se desenvolve, mais uma vez, com a colaboração das bibliotecas públicas e que pretende valorizar e promover a história, cultura e tradições locais, mas também o trabalho de milhares de pessoas, de diversas idades e condições sociais muito distintas, que de norte a sul do Chile mantêm vivas um conjunto de tradições e actividades culturais, sociais e económicas. Neste sentido, foi criado um espaço virtual que permite às pessoas publicar, conhecer e divulgar conteúdos locais<sup>15</sup>.

BiblioRedes, através de um programa de ações de formação em TIC's muito bem estruturado e distribuído por todas as bibliotecas públicas do Chile, tem permitido a muitas pessoas, de muitas comunidades mais pobres ou isoladas, sejam elas rurais ou urbanas, criar conteúdos digitais (sites, blogues, páginas em redes sociais, etc.) relacionadas com o lugar onde vivem ou com actividades que desenvolvem. É disso um bom exemplo a

---

<sup>14</sup> Consulte: <<http://www.contenidoslocales.cl/>>

<sup>15</sup> Este projecto entende por "conteúdo local" todo o conteúdo digital que apresente, apoie, divulgue e promova práticas colectivas ou individuais relacionadas com a identidade, a cultura, o património, as tradições, o quotidiano e as diversas actividades de uma determinada comunidade chilena.

senhora do campo que é artesã e recolhe plantas medicinais e que através deste programa criou uma página na Internet, o que lhe permitiu partilhar as tradições e costumes da sua terra, mas também potenciar o seu negócio<sup>16</sup>.

Atualmente BiblioRedes está em mais de 400 bibliotecas públicas e em 18 Laboratórios Regionais em todo o território chileno. Até ao momento, foram realizadas mais de 14 milhões de sessões gratuitas em computadores com acesso à Internet, conta com mais de um milhão de utilizadores registados e foi dada formação a mais de 550 mil pessoas, muitas das quais tiveram oportunidade de criar mais de 11.000 sites com conteúdos locais.

---

<sup>16</sup> Consulte: <<http://youtu.be/t04Kt-9UI38>>



## 4 Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) é um Programa iniciado em 1987, pelo então Instituto Português do Livro e da Leitura, com o objetivo de dotar todos os municípios portugueses de uma biblioteca pública. O Ministério da Cultura, através atualmente da Direção-Geral do Livro, Arquivo e Bibliotecas (DGLAB) e dos organismos que a antecederam, tem vindo, desde 1987, a apoiar os Municípios na criação e instalação de bibliotecas. Em 2003, em colaboração com os respectivos governos regionais, este Programa estendeu-se aos municípios dos Açores e Madeira.



**Fig. 8** - Biblioteca Municipal de Pombal

Este programa, como já foi referido, tem como objectivo a criação de uma biblioteca pública em cada um dos concelhos do país, assentado num acordo de responsabilidades formalizados através da assinatura de contratos-programas. Assim, o apoio da Administração Central traduz-se num trabalho conjunto entre técnicos da DGLB e das câmaras municipais, com início na fase de preparação de candidaturas. Os projectos, da

responsabilidade das Câmaras Municipais, são elaborados de acordo com as orientações constantes do Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais da DGLB.



**Fig. 9** - Biblioteca Municipal do Seixal

Para além do apoio técnico, a DGLAB apoia financeiramente os projectos. Em regra, o valor da participação é de 50% dos custos considerados elegíveis, no caso dos municípios do Continente e de 30% no caso dos Açores e Madeira. Nestes contratos, para além das obrigações contratuais de ambas as partes, consignam-se as verbas a afectar às diferentes componentes: honorários das equipas projectistas, obra de construção civil, mobiliário e equipamento específicos, fundo documental inicial e informatização dos serviços.



**Fig. 10** - Biblioteca Municipal de Penalva do Castelo

Acresce ao que anteriormente foi dito que a construção e organização das bibliotecas tem obedecido a um conjunto de orientações precisas, de acordo com as mais modernas recomendações internacionais nesta área e os princípios do *Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas*. Com base nisto, foram definidos três programas-tipo, dimensionados em função da população concelhia: BM1 para concelhos com

população inferior a 20 000 habitantes, BM2 para concelhos com população entre 20 000 e 50 000 habitantes e BM3 para concelhos com população superior a 50 000 habitantes. Para as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira foram concebidos programas próprios devido à reduzida dimensão populacional de muitos dos seus concelhos.



**Fig. 11** - Biblioteca Municipal de Oeiras

Embora ainda haja muito por fazer e realidades muito desiguais a nível nacional, no geral é possível afirmar que temos uma rede (embora não funcione como rede!) de elevada qualidade face a muitos outros países ditos desenvolvidos, que tem recebido elogios e é referenciada por inúmeras personalidades e entidades quer nacionais quer internacionais. Este balanço positivo tem levado a que muitos considerem este projeto um bom exemplo de relacionamento entre a Administração Central e Local, mas, sobretudo, tem levado a que as comunidades servidas por estas bibliotecas públicas reconheçam como decisivo o contributo dado por estes equipamentos para o enraizamento e expansão dos hábitos de leitura, o acesso à informação e às tecnologias de informação e o resgate e promoção da cultura e história local, entre muitas outras valências culturais e educativas para o desenvolvimento sociocultural das populações.

Esta transformação cultural do panorama nacional quanto à oferta de bibliotecas públicas permitiu cobrir o território desde 1987 até a data com mais de 200 bibliotecas, espalhando-se estas de norte a sul, do interior ao litoral, entre zonas rurais e urbanas. Em muitos casos, podemos mesmo falar de redes concelhias de bibliotecas, já que muitas bibliotecas municipais possuem pólos noutros pontos do concelho, incluindo bibliotecas itinerantes. Isto permitiu que muitas populações usufruíssem pela primeira de serviços bibliotecários diversificados e de qualidade, constituindo-se nalguns casos, como o único pólo cultural vivo e dinâmico da comunidade, disponibilizando não só recursos informativos, formativos e recreativos (literatura, cinema e música), mas também um conjunto de serviços, iniciativas e atividades culturais, educativas e até sociais, transformando-as num verdadeiro espaço público aberto a todos. Conforme Figueiredo (2004a, p. 109): «Este é nosso entender, o aspecto mais distintivo deste equipamento cultural, comparativamente com outros: o seu carácter de inclusão social. A biblioteca permite que qualquer pessoa possa entrar e escolher o que quer fazer: consultar documentos, vaguear por entre as estantes, estudar, tomar café, ouvir música, ler o jornal, consultar a Internet, encontrar-se com amigos, etc., e eventualmente entrar, dar uma volta e voltar a sair.»

## 5 Biblioteca pública: novos espaços, novas funcionalidades

«É sexta à noite e uma banda rock recém formada vai dar um concerto para os amigos - combinaram na tarde anterior enquanto estiveram a ver um jogo de futebol. Um casal acompanha o filho mais novo para um atelier de pintura e o pai aproveita para saber como usar melhor algumas aplicações do seu novo Smartphone, enquanto a mãe toma um café com as amigas. Uma idosa frequenta um curso de internet e paginas Web durante a semana e, combina com os restantes alunos, assistir ao debate sobre os perigos da internet no próximo domingo.»

O que todas estas situações têm em comum? O espaço onde ocorrem, numa biblioteca na Finlândia!

As bibliotecas públicas na Finlândia são verdadeiros centros culturais e de aprendizagem, estas mudanças nos papéis e funções tradicionais das bibliotecas públicas ocorre na aposta do Estado nestes equipamentos como resposta ao novo desafio de ensinar os cidadãos a pesquisar, avaliar, comparar, combinar e usar adequadamente a informação e em fazer das bibliotecas lugares com múltiplos eventos e serviços culturais. Com 80% da população a frequentar regularmente a biblioteca para ler, trabalhar, aceder à Internet, frequentar cursos, ver exposições e eventos culturais ou simplesmente para estar com os amigos, a biblioteca cumpre mais um dos novos desafios, o de ser um centro cultural e a sala de estar da comunidade.

As bibliotecas públicas tradicionais, caso não queiram desaparecer, terão de se converter num espaço social promotor de conhecimento e facilitador das relações sociais, apresentando-se como um lugar que não é nem a casa nem o trabalho mas um espaço democrático. Um lugar confortável e seguro, onde todos podem usufruir de tudo de forma gratuita, onde se faz um pouco de tudo até emprestar livros, um terceiro lugar para as pessoas.

Ray Oldenburg (1989) refere a importância da existência de locais públicos de reunião e de convívio informal que designa de terceiro lugar para a comunidade. Para este autor, o terceiro lugar é um espaço social neutro diferente da casa, do trabalho e da escola. O autor designa de primeiro lugar a casa, de segundo lugar o trabalho e/ou a escola e o terceiro lugar aqueles espaços que facilitam a vida em comunidade, tais como locais de reunião e de partilha informais que despertam um sentimento de pertença, locais necessários para a participação cívica e democrática.



Estes lugares de encontro, estão presentes desde sempre na nossa história. Por exemplo, na Grécia o principal espaço público e social, lugar de reunião e de cidadania era a Ágora (que significa assembleia, lugar de reunião). Estas praças principais existentes na Antiga Grécia, rodeadas pelos edifícios públicos mais importantes, eram o lugar onde se realizavam as feiras, os tribunais populares e as discussões políticas.

Atualmente, todas as sociedades têm estes lugares quer sejam as praças públicas, os cafés, os bares ou outros locais. Por analogia, e considerando os seus novos papéis, a biblioteca pública deve ser considerada como um terceiro lugar pela afluência e diversidade de utilizadores, pelo sentido de comunidade que cria no utilizador e pelo ambiente confortável e seguro que proporciona. A biblioteca pública congrega todas as características que por definição estão associadas a um terceiro lugar: espaço de frequentadores habituais; espaço familiar e acolhedor; espaço público aberto a todos; espaço propício ao debate e à partilha de ideias.

## 5.1 Bibliotecas públicas como espaços de trabalho

As bibliotecas sempre foram locais de trabalho para muitos dos seus utilizadores mas condicionava-os os espaços, as políticas de utilização desses espaços e os restantes utilizadores. Atualmente, muitas são as bibliotecas que disponibilizam espaços de trabalho fisicamente separados dos restantes, que permitem por exemplo a utilização de telemóveis e um nível de ruído diferente do que se pretende numa sala de leitura. Os espaços de trabalho podem ser gabinetes destinados a trabalhadores independentes e *freelancers*, auditórios ou oficinas, que podem disponibilizar tecnologias de informação e de conhecimento.

### 5.1.1 Fablabs

*Fablab* é a abreviatura de *Fabrication Laboratory* e é um conceito que surgiu no MIT (Massachusetts Institute of Technology) de Massachusetts e consiste num vasto conjunto de ferramentas industriais de prototipagem rápida (como fresadoras de pequeno e grande porte, máquinas de corte a laser e de corte de vinil) computadores, *software open source* e programas *freeware* reunidos no mesmo espaço e à disposição da comunidade.

A Biblioteca Pública de Chicago tem um espaço designado por *Innovation Lab*<sup>17</sup> onde disponibiliza entre outros uma impressora 3D, máquina de corte a laser bem como o software de suporte necessário. São realizados *workshops* de iniciação ao software utilizado e identificadas comunidades *online* no sentido de partilharem trabalhos, ideias e formação disponível.

Este novo espaço visa fomentar a inovação e a imaginação de cada um, quem sabe quando pode surgir o próximo protótipo, a próxima invenção!



Fig. 12 - *Innovation Lab* da Biblioteca Pública de Chicago

### 5.1.2 Digital Media Labs

Os *Digital Media Labs* são estúdios de gravação equipados com a tecnologia necessária para produzir vídeos, musica, fotografia, ilustração e animação e projetos multimédia.

Na Library 10<sup>18</sup>, em Elielinaukio (Finlândia) para além de um estúdio, é possível também utilizar um palco para atuações.

---

<sup>17</sup> Consulte: <[http://www.chipublib.org/eventsprog/programs/innovation\\_lab.php](http://www.chipublib.org/eventsprog/programs/innovation_lab.php)>

<sup>18</sup> Consulte: <<http://www.helmet.fi/library10>>



Fig. 13 - Library 10 em Elielinaukio (Finlândia)

A Biblioteca Pública de Skokie<sup>19</sup>, em Illinois (EUA), tem um estúdio para os utilizadores adultos munido de tecnologia e *software* que permite realizar todos os tipos de projectos e até disponibilizam discos externos para guardar os trabalhos.



Fig. 14 e 15 - Biblioteca Pública de Skokie (EUA)

<sup>19</sup> Consulte: < [http://www.skokilibrary.info/s\\_about/how/Tech\\_Resources/DML.asp](http://www.skokilibrary.info/s_about/how/Tech_Resources/DML.asp) >



### 5.1.3 Hackerspaces



Fig. 16 - Biblioteca Pública de Allen County (EUA)

Estes espaços são uma espécie de oficina ou estúdio comunitário, onde pessoas com interesses comuns partilham conhecimentos e experiências. São espaços de produção de *software* livre (*open source*) *hardware*, de jogos ou animações digitais, projectos de audiovisuais etc.

A Biblioteca Pública de Allen County<sup>20</sup> em Fort Wayne, Indiana (EUA), tem um espaço destes num contentor nas traseiras da biblioteca e justifica esta parceria com uma associação sem fins lucrativos local, a TEKVENTURE<sup>21</sup>, por se enquadrar na nova missão de fomentar o conhecimento e a inovação, sendo uma forma de providenciar recursos para a comunidade a que individualmente dificilmente teriam acesso.

### 5.1.4 TechShops



Fig. 17 - TechShop Detroit - Allen Park (EUA)

Estes espaços são uma combinação entre *Hackerspaces* e *Fablabs* ao juntar os meios de uns com o conhecimento de outros, combinando ferramentas e *software*, num espaço que tem tudo para ser um pólo estimulante e de inovação para uma comunidade.

Existe uma rede de *TechShops*<sup>22</sup> nos Estados Unidos que funcionam como um tipo de *cowork* industrial. Estes espaços oferecem equipamento profissional, *software* e cursos de formação, com pessoal especializado com o propósito de estimular a partilha de conhecimentos e de projectos entre os seus membros. Para muitas pessoas são um meio

<sup>20</sup> Consulte: <<http://tekventure.org/maker-station/>>

<sup>21</sup> Consulte: <<http://tekventure.org/>>

<sup>22</sup> Consulte: <<http://www.techshop.ws/index.html>>

para criar um negócio que de outra forma nunca conseguiriam, devido ao investimento que é necessário.

### 5.1.5 Coworking Spaces

Na Biblioteca Pública de Scottsdale<sup>23</sup>, no Arizona (EUA) é possível reservar salas de reunião, auditórios e salas multiusos durante o horário das bibliotecas, inclusive ao domingo.

Esta é uma parceria com a Universidade do Estado do Arizona (ASU) que pretende criar uma rede de espaços de *coworking*, a ASU Alexandria Co-WOrking network<sup>24</sup>, para empreendedores, pequenas empresas e para a comunidade em geral.

A designação deste projecto tem subjacente a ideia da biblioteca de Alexandria no Egito, a maior biblioteca da antiguidade, como um centro de conhecimento e um espaço de trabalho partilhado por vários eruditos e pensadores de onde saíram importantes obras sobre geometria, astronomia, literatura, medicina, etc.



Fig. 18 - Biblioteca Publica de Scottsdale

Estes espaços gratuitos de partilha de ideias e conhecimento servem para as pessoas trabalharem, onde para além de terem acesso aos recursos da biblioteca, têm também o apoio de funcionários da biblioteca especializados pela própria universidade.

<sup>23</sup> Consulte: <<http://library.scottsdaleaz.gov/>>

<sup>24</sup> Consulte: <<http://asuventurecatalyst.org/p/content/alexandria-network>>



Fig. 19 - Biblioteca Pública de Belzise (Londres)

Pelo facto de na localidade de Belzise em Londres existirem diversas pessoas a (tentar) trabalhar nos cafés, a biblioteca local decidiu abrir um espaço de *Co-working space & coffee*<sup>25</sup> oferecendo um espaço de qualidade para freelancers, empreendedores e pequenos negócios. Neste caso, a receita proveniente do espaço de *cowork* e do café ajudam a suportar as restantes actividades da biblioteca.

---

<sup>25</sup> Consulte: < <http://bclcoworking.tumblr.com/> >

## 6 Instrumentos para a biblioteca ágora: implementação em Montemor-o-Velho

*“You never change things by fighting the existing reality. To change something, build a new model that makes the existing model obsolete.” (Buckminster Fuller)*

A Biblioteca Municipal Afonso Duarte (BMAD), situada em Montemor-o-Velho, é, como a maioria das bibliotecas públicas nacionais, um local por excelência de promoção do livro e da leitura, de aprendizagem, de informação, de comunicação, de lazer e ocupação dos tempos livres. Porém, a BMAD pretende posicionar-se também como um espaço para o desenvolvimento da cidadania e do empreendedorismo social.

Pretendemos propor um novo conceito de biblioteca, que responda aos novos desafios da atualidade e às novas necessidades das pessoas em matéria de informação, conhecimento e cultura. Mas para isso é preciso mudar, ampliar, adaptar e reformular o espaço tradicional da biblioteca, criando um novo modelo mais centrado nas pessoas e menos nas coleções. Respondendo a uma tendência de mercado crescente, a do trabalho colaborativo, e à necessidade constante de atualização neste mundo da inovação, a BMAD pode diferenciar-se das demais bibliotecas públicas portuguesas, oferecendo valor acrescentado à população local e conquistando novos públicos.

As pessoas que hoje frequentam as bibliotecas públicas querem, cumulativamente, ter acesso a informação atualizada (impressa e digital), a canais e ferramentas de comunicação disponíveis virtualmente através da Internet e a um local calmo, agradável, moderno e funcional que permita várias apropriações de espaço. Se alargarmos a nossa visão, encontraremos novos públicos alvo para as bibliotecas: dos desempregados aos trabalhadores independentes ou *freelancers*. Ali poderão encontrar espaços ideais para promover a criatividade, a inovação e o empreendedorismo, com condições materiais e imateriais para trabalhar.

A grande resistência a este modelo de trabalho colaborativo em bibliotecas reside no pressuposto de que uma biblioteca é, ou deverá ser, um local calmo e silencioso. Porém, ao passarmos por muitas das atuais bibliotecas públicas rapidamente percebemos que o silêncio já não é imperativo.

## 6.1 Justificação do Projeto

Enfrentamos uma das piores crises económicas, com repercussões à escala global. Portugal, e o concelho de Montemor-o-Velho, em particular, não é exceção.

De acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego do 2.º trimestre de 2013<sup>26</sup>, a população ativa diminuiu em 2,2% em relação ao trimestre homólogo de 2012, sendo que a taxa de atividade da população em idade ativa foi de 60,2%. A população empregada diminuiu 3,9% em relação ao mesmo período em 2012, tendo-se verificado um ligeiro aumento em relação aos dados do trimestre anterior. A taxa de emprego fixou-se nos 50,3%. Também a população desempregada aumentou face a 2012, facto motivado pelo aumento do número de desempregados do sexo feminino, com 35 ou mais anos. A taxa de desemprego foi de 16,4%.

No que à região Centro diz respeito, importa salientar que se registou uma diminuição na população empregada de 1,7% (18,6 mil pessoas) face ao trimestre homólogo de 2012 e um aumento na população desempregada de 2,1 (3,0 mil). A taxa de desemprego aumentou, de 11,2%, no 2º trimestre de 2012, para 11,5% no 2.º trimestre de 2013.

O concelho de Montemor-o-Velho verificou, em 2011<sup>27</sup>, uma taxa de desemprego de 9,9%, num total de 1218 pessoas, das quais 552 homens e 666 mulheres.

Esta crise económica e social europeia foi precedida por um largo período em que se viveu um grande desenvolvimento, “patrocinado”, principalmente, pelos fundos comunitários. As bibliotecas públicas não foram exceção, tendo-se assistido, em Portugal, a um desenvolvimento ímpar com o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que permitiu desde 1987 dotar o país até ao momento com mais de duas centenas de modernas bibliotecas públicas municipais.

Com a elaboração deste trabalho pretende-se demonstrar que o poder local pode incentivar a intervenção pública e estimular o papel empreendedor dos cidadãos utilizando um modelo recente, pouco dispendioso mas que tem demonstrado ter aceitação num mercado de trabalho antes subvalorizado. O investimento realizado por parte das Autarquias no desenvolvimento empresarial e industrial tem passado, essencialmente pela criação de

<sup>26</sup>

Consulte: <[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=153369091&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=153369091&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2)>

<sup>27</sup> Consulte: <[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011\\_apresentacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao)>

parques industriais, gigantes, dispendiosos e, nalguns casos, sem oferta que os justifique. Num quadro institucional e económico em constante mudança e em crise, urge promover a fixação de investimento qualificado e a melhoria da qualidade de vida e das condições económicas dos munícipes, mas a custos controlados. O *coworking* apresenta-se-nos como estratégia que poderá afirmar os territórios na economia global do conhecimento, reforçando a participação intelectual e cívica de uma sociedade civil que se quer empreendedora, forte e ativa.

### **Porquê o *coworking*?**

O mundo empresarial está a reinventar-se, criando o chamado *new world of work*. O mundo do trabalho está, indubitavelmente, a ser redefinido por um novo e inovador modelo, o do *coworking*.

Um conceito que reflete uma nova realidade laboral que, tendo tido início no final dos anos 90 de século XX nos Estados Unidos da América, verifica, desde então, um crescimento exponencial, tendo o número de espaços de *coworking* a nível mundial vindo a duplicar anualmente, desde 2006<sup>28</sup>.

Os espaços de *cowork* são espaços de trabalho partilhados maioritariamente entre *freelancers* e trabalhadores independentes. Mas o *cowork* é também uma comunidade que, para além de partilhar os custos inerentes ao bom funcionamento do espaço, também coopera entre si. *Coworking* é, assim, um modelo de trabalho individual mas, simultaneamente, colaborativo e flexível baseado na confiança e partilha de objetivos e conhecimentos comuns entre os membros. Resumindo, o *cowork* é uma forma de trabalhar individualmente mas em conjunto.

### **Porquê numa biblioteca?**

As bibliotecas públicas da RNBP surgem como escolha óbvia, não só estão implantadas em edifícios criados para a função de biblioteca, como têm uma série de serviços e logística acoplados, que fazem parte da filosofia de qualquer biblioteca, e que poderiam suportar a existência de um espaço de *coworking*.

---

<sup>28</sup> Consulte: <<http://dl.dropboxusercontent.com/u/64387613/Coworking%20Survey%20Booklet.pdf>>



No caso específico de Montemor-o-Velho, acresce ainda o fato de se aproveitar um espaço da biblioteca que neste momento está subvalorizado, servindo de arrumação.

A opção tomada é, por isso, óbvia: rentabilizar um espaço que já é propriedade do Município e que está, atualmente, sem qualquer função, cedendo-o a indivíduos ou organizações que ali queiram desenvolver os seus projetos, com uma rede de serviços que já são prestados pela Biblioteca Municipal.

### 6.1.1 Objetivos a atingir

Este projeto pensa a BMAD no seu contexto geográfico, demográfico, social, cultural, educacional e económico, procurando aferir da necessidade de um reajustamento, facto que, como já foi referido antes, está a acontecer mundialmente. Apesar da RNBP ter incentivado a criação de bibliotecas modernas, abertas aos cidadãos, equipadas tecnologicamente, o vaticinado fim dos livros e, por arrastamento, o do lugar dos livros, torna urgente uma análise cuidada, à luz das necessidades do novo milénio e dos (novos) papéis da biblioteca pública.

Torna-se então urgente identificar as necessidades emergentes, os novos públicos (clientes/utentes) e estabelecer novos serviços para a BMAD, sejam eles enquanto fonte de partilha virtual de informação, local de convívio, espaço de trabalho, centro cultural ou sala de estar da comunidade.

Dados os constrangimentos económicos que condicionam o nosso dia-a-dia, pretende-se, ainda, projetar uma biblioteca “ágora”, uma biblioteca atraente para a comunidade, uma biblioteca que dê mais à sociedade sem contudo esvaziar o parco orçamento municipal disponível.

Seguindo uma tendência mundial do mercado de trabalho, procuraremos criar um espaço de trabalho na BMAD inspirado no conceito de *coworking*. Um espaço multifuncional, atrativo para trabalhadores independentes, microempresários, talentos, criativos, e que fomenta não só o empreendedorismo, como também a participação pública e a integração social.

Em suma, os objetivos que nos propomos atingir são:

1. Criação de um espaço único em Montemor e na região do Baixo Mondego, moderno e inovador que diferencie a BMAD das restantes bibliotecas públicas e, também, dos espaços de *coworking* convencionais;
2. Atração de novos públicos para a BMAD;



3. Acesso pontual ao espaço de *coworking* gratuitamente ou utilização continuada mediante pagamento de valor mensal;
4. Atingir uma taxa de utilização mínima, de forma contínua, de dois *coworkers*/mês no primeiro ano.

### 6.1.2 Fatores de sucesso

Os principais fatores de sucesso deste projeto são:

1. O fator diferenciador que o espaço de *coworking* vai conferir à BMAD no âmbito local, regional e até nacional;
2. Criação de um espaço de trabalho colaborativo, a um baixo custo, que até ao momento não existe em Montemor e que poderá incentivar os locais a serem mais empreendedores;
3. Custo residual de implantação e de manutenção do espaço;
4. Posicionamento da BMAD e do Município perante a sociedade.

### 6.1.3 Missão

Continuando a perseguir a missão central das bibliotecas públicas, este novo serviço pretende posicionar a BMAD na vanguarda dos serviços prestados ao público e à população. Numa altura de crise, em que os números do desemprego crescem de dia para dia, criar um espaço de trabalho colaborativo, gratuito, de qualidade, irá revolucionar não só o mundo das bibliotecas portuguesas, como também a sociedade.

Aberto a qualquer pessoa, de qualquer idade e formação, de alunos a empresários, o espaço de *coworking* na BMAD tem como missão não apenas o prestar de mais um serviço à população, mas também a abertura da sociedade a um novo modelo de trabalho que complementa na perfeição o trabalho de qualquer biblioteca pública.

#### 6.1.4 Riscos

Como qualquer projeto que se pretende implementar, este espaço de *coworking* na BMAD tem alguns riscos. A saber:

1. O declínio do livro representa também uma perda de procura das bibliotecas públicas. Esta aparente falta de atratividade das bibliotecas pode comprometer o sucesso deste espaço;
2. Falta de capacidade de iniciativa da população;
3. Crise económica e social que isola cada vez mais as comunidades.

#### 6.2 Enquadramento territorial

Os territórios são portadores de recursos humanos, financeiros, materiais e imateriais, também eles em constante mutação. Num período em que os territórios alcançam a excelência do *hardware territorial*, graças a avultados investimentos em vias de comunicação, infraestruturas de ensino e de saúde, mas também em equipamentos culturais e desportivos, entre outros, é tempo dos atores territoriais, como é o caso das autarquias, se unirem em torno da potenciação dos recursos locais, isto é, naquilo que poderá ser designado por *software territorial*. Os condicionalismos financeiros que a crise económica impõe assim o exigem.

Enfrentando o desafio de colocar os cidadãos no centro das prioridades, os territórios vêem-se impulsionados a promover um crescimento sustentável, inteligente, inclusivo e coeso.

Um crescimento associado ao desenvolvimento de uma economia assente no conhecimento, na inovação, na competitividade, na qualidade de vida, na produtividade e na eficiência.

### 6.2.1 Breve descrição do concelho de Montemor-o-Velho

O Município de Montemor-o-Velho localiza-se no distrito de Coimbra e conta com uma área de 229 km<sup>2</sup> e uma população superior a 26,2 mil habitantes.<sup>29</sup>

A sede do Município de Montemor-o-Velho dista 18 km da Figueira da Foz, 27 km de Coimbra, 130 km do Porto e 190 km de Lisboa. Apesar de ser um Concelho onde tradicionalmente o setor primário exercia uma influência significativa, atualmente os setores empresarial e industrial apresentam já algum relevo. Neste âmbito, o Município tem apostado numa estratégia de desenvolvimento que passa pela fixação, na região, de diversas indústrias de elevada competitividade e tecnologia. Neste âmbito, é de referir a criação de dois parques empresariais: o Parque de Negócios de Montemor-o-Velho<sup>30</sup> e o Parque Logístico e Industrial de Arazede<sup>31</sup>.

O Concelho de Montemor-o-Velho possui um património histórico e cultural assinalável, sendo de referir o seu Castelo e diversos monumentos de cariz religioso. A nível gastronómico apresenta também um património relevante, com destaque para o arroz carolino do Baixo Mondego e o Pastel de Tentúgal, ambos produtos com IGP.

No sentido de projetar a região a nível nacional e internacional, o Município de Montemor-o-Velho tem apostado na valorização do seu espaço comunitário com diversas iniciativas culturais, sendo de destacar o Citemor<sup>32</sup>, o projecto “Ruas de Cultura”<sup>33</sup>, o Parque Europaradise<sup>34</sup> e o Festival do Arroz e da Lampreia<sup>35</sup>.

Por outro lado, e dada a presença do Rio Mondego bem como a proximidade de Montemor-o-Velho à costa marítima, o Município apresenta um elevado potencial ao nível de procura

---

<sup>29</sup> Consulte: <[http://www.ine.pt/scripts/flex\\_definitivos/Main.html](http://www.ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html)>

<sup>30</sup> Parque com uma área total de 14 hectares, destinado à instalação de empresas de base tecnológica e indústrias com necessidades específicas de condições de trabalho e de imagem. No interior do Parque são ainda disponibilizados serviços bancários, comerciais e de restauração, bem como uma creche.

<sup>31</sup> Com uma área total de cerca de 260 hectares, este parque destina-se à instalação de grandes empresas, nomeadamente dos sectores alimentar, de armazenagem, distribuição e logística. O parque disponibiliza ainda um espaço para serviços sociais, comerciais e de restauração.

<sup>32</sup> Festival anual, que se realiza desde 1978 e que oferece um vasto programa, incluindo teatro, dança, música e cinema, com participantes nacionais e internacionais.

<sup>33</sup> Cluster de indústrias criativas onde coexistam técnicos e artistas, com vista à produção de bens culturais. O projecto passa pela disponibilização de espaços, por parte da Autarquia, que poderão ser usados por artistas interessados em viver e trabalhar no Município. O objectivo é promover o desenvolvimento tecnológico, dinamizar os espaços sociais, promover a requalificação do centro histórico, fixar população e atrair turistas e consumidores.

<sup>34</sup> Consiste num parque zoológico ao ar livre, que conta, atualmente, com cerca de 250 espécies de animais.

<sup>35</sup> Decorre durante 10 dias, e nos últimos anos tem atraído mais de 20.000 visitantes aos restaurantes da região.

de turismo náutico. O Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho (CAR), instalado no Leito Padre Estêvão Cabral, constitui um equipamento desportivo especializado que integra a Rede Nacional para o Alto Rendimento. O CAR enquadra-se na Agenda de Valorização Territorial, no âmbito do desenvolvimento do alto rendimento desportivo, por via da criação de um conjunto de infra-estruturas que asseguram a dotação de um centro de excelência para a prática das modalidades de Canoagem, Natação de Águas Abertas, Remo e Triatlo. O projecto de arquitetura do CAR foi desenvolvido com base em diversas referências internacionais, tendo sido projetado em parceria com as federações de Canoagem, Natação, Remo e Triatlo.

Atualmente, o CAR é utilizado no âmbito de treinos regulares (treinos e estágios de seleções nacionais) e de eventos (nacionais e internacionais), tendo recebido, até agora, um campeonato europeu de remo, em 2010, dois campeonatos europeus de canoagem (em 2012 e 2013) e três provas internacionais de canoagem que congregaram nesta vila do Baixo Mondego os campeões olímpicos da modalidade. Está já agendado, para 2015, o campeonato do mundo de canoagem.

A descoberta e a aventura, ligada a um espírito empreendedor com uma base cultural fortíssima, marcam a vida desta singular vila. Na continuidade dessa vocação, o Município de Montemor-o-Velho decidiu apostar, de forma intensa, na valorização do seu espaço comunitário com iniciativas no domínio do Desporto, Turismo, Cultura e Tecnologia. O objetivo é fixar investimento qualificado, melhorar a qualidade de vida e as condições económicas dos seus municípios.

Nesse sentido, a integração de Montemor-o-Velho numa região de Conhecimento e de Tecnologia em desenvolvimento no Baixo Mondego, em parceria, num projeto nacional<sup>36</sup>, com cinco outros municípios portugueses, pressupõe o desenvolvimento de infraestruturas, competências e ambientes propícios a uma estratégia de atração de recursos humanos qualificados, à fixação de investimento e à dinamização do turismo.

---

<sup>36</sup> A saber: Rede de Economias da Criatividade (REC). Constituída pelos Municípios de Óbidos, Guimarães, Montemor-o-Velho, Tondela, Montemor-o-Novo, Seia e pela Fundação Bissaya Barreto, a rede estabelece um programa de ação com o objetivo de desenvolver a economia da criatividade nos diferentes parceiros, assente em três eixos principais: criatividade, empreendedorismo, indústrias criativas e educação. Com um investimento total de 9 milhões de euros, a rede desenvolverá projetos comuns aplicáveis em todos os parceiros e projetos individuais, cabendo aos primeiros um valor de cerca de 2,5 milhões de euros. Este modelo permite uma atuação em contínuo e uma maior capacidade de desenvolvimento de relações entre atores públicos, privados e associativos, que são uma das características fundamentais no desenvolvimento das indústrias criativas. Com a REC surge uma rede nacional direcionada para o desenvolvimento das indústrias criativas, que procurará articular-se com outras redes já existentes de base territorial, e representa um importante manifesto dos municípios que a integram da necessidade de se encontrarem formas inovadoras de gestão pública e de planeamento conjunto de estratégias de inovação e criatividade.

A qualificação da Pista de Remo como Centro de Alto Rendimento, a criação do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho e do Parque Logístico e Industrial de Arazedo representam já elementos visíveis desta estratégia, permitindo a fixação de diversas indústrias de elevada competitividade e tecnologia e a presença de numerosos atletas no quotidiano da Vila.

Os projetos em preparação, como o do Parque de Ciência em Nanotecnologia ou as Ruas de Cultura, completam o conjunto que irá permitir a Montemor-o-Velho posicionar-se como um dos municípios mais vibrantes, vanguardistas e dinâmicos da região centro.

Esta dinâmica, que se pretende para Montemor-o-Velho, implica a criação de uma rede de espaços produtivos multifuncionais, ancorada na reestruturação das áreas industriais existentes, na refuncionalização de espaços centrais com funções produtivas, na requalificação e revitalização do centro histórico e na valorização dos espaços de conhecimento como forma de estímulo para novas dinâmicas urbanas, criativas, culturais e socioeconómicas.

### **6.2.2 Acessibilidades**

Concelho com situação geográfica privilegiada, junto a importantes acessibilidades e na área de influência do Porto da Figueira da Foz.

A rede viária possibilita a ligação aos mais importantes centros urbanos do Baixo Mondego: Coimbra, Cantanhede e Figueira da Foz distam todos a menos de 30 minutos da sede de concelho.

As principais vias de comunicação rodoviária são a A14 (Figueira da Foz / Coimbra e ligação com a A1, que liga Lisboa, Porto e Espanha) e A17 (Aveiro / Leiria e ligação com a A8, que liga a Lisboa). De referir ainda a EN111 que atravessa o concelho.

O território de Montemor-o-Velho está ainda servido por ligações ferroviárias privilegiadas: Linha do Norte com extensão à Figueira da Foz via Alfarelos / Granja do Ulmeiro e Linha da Beira Alta (Figueira da Foz – Vilar Formoso), em projeto de modernização. A 17km encontramos o porto da Figueira da Foz que permite a via marítima.

### 6.2.3 Análise SWOT do Município

Com esta análise SWOT pretende-se examinar as forças e fraquezas que o Município de Montemor-o-Velho apresenta, de modo a encontrar as oportunidades que se apresentam àquele território, bem como as potenciais ameaças.

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Diversidade e qualidade do património histórico, cultural, arquitetónico, natural e paisagístico da região;</li> <li>→ Melhorias notáveis nos indicadores de educação e de escolarização;</li> <li>→ Capacidade de formação de nível superior na região;</li> <li>→ Bolsa de Recursos Humanos concentrada no eixo urbano Coimbra - Figueira da Foz com um perfil etário e habitacional positivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Debilidade do crescimento económico da região;</li> <li>→ Carências na oferta de serviços avançados às empresas nas áreas de acolhimento empresarial;</li> <li>→ Persistência de carências na oferta de transportes públicos à escala local e regional;</li> <li>→ Insuficiente aproveitamento dos locais de interesse ambiental e patrimonial;</li> <li>→ Agravamento do desemprego;</li> <li>→ Falhas na comunicação entre o setor público e o privado.</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Exploração da diversidade de recursos numa estratégia de crescimento inteligente e sustentável;</li> <li>→ Capitalizar as experiências de trabalho em parceria;</li> <li>→ Promoção dos serviços públicos;</li> <li>→ Incentivo para o desenvolvimento de dinâmicas de cooperação entre agentes institucionais, económicos e culturais;</li> <li>→ Capitalizar a experiência de comunicação e articulação entre instituições locais e a capacidade de gerar resultados a uma escala local, no sentido do reforço de competências;</li> <li>→ Crise económica nacional como fator oportuno para criação de espaços de trabalho a custos controlados;</li> <li>→ Capitalização do investimento realizado em matéria de qualificação dos recursos humanos e materiais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Prolongamento da crise económica;</li> <li>→ Oferta alargada de infraestruturas de suporte de base tecnológica e de investigação e de áreas de acolhimento empresarial;</li> <li>→ Centralização dos centros de decisão e de comércio fora da região;</li> <li>→ Desertificação das zonas rurais;</li> <li>→ Novos focos de carência económica e exclusão social;</li> <li>→ Aumento do peso no orçamento das Autarquias dos custos associados à ação social e à educação;</li> <li>→ Contração, no atual contexto de crise económica, da capacidade da região capitalizar investimento realizado em matéria de qualificação da população.</li> </ul>

### 6.3 A Biblioteca Municipal Afonso Duarte

Situada no Centro Histórico da vila de Montemor-o-Velho, instalada no renovado Solar dos Alarcões, a Biblioteca Municipal Afonso Duarte (BM2<sup>37</sup>) nasceu de um esforço conjunto entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o então Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB). Construiu-se assim um local aberto e dinâmico, com 1388m<sup>2</sup> de área bruta, que pretende oferecer no âmbito da ação cultural uma grande variedade de conhecimento, facultar à população do concelho um fácil e livre acesso a bens de educação e cultura, através de uma diversificada panóplia de serviços orientados para a divulgação do livro, da leitura e ainda nas diversas áreas do saber, sejam elas literárias ou artísticas.

A nova Biblioteca Municipal abriu as portas em 2007, tendo sido inaugurada recentemente.

#### 6.3.1 Espaços da Biblioteca / Memória descritiva

Edifício do séc. XVII, caso exemplificativo de uma casa nobre de província, com características de origem erudita, reconstruído no século XIX e recuperado em 2002 pela autarquia de Montemor-o-Velho, com projeto de arquitetura de Pedro Maurício Borges, para instalação da Biblioteca Municipal. Constituído por rés do chão, 1.º andar, sótão, capela e logradouro.

A BMAD é constituída por um conjunto articulado de espaços funcionais:

**Átrio:** Situado no rés do chão, é a zona de receção por excelência, onde se concentra todo o movimento de entrada e saída do edifício. Dotado de um balcão de atendimento onde, para além de funcionar o serviço de informação (pesquisa bibliográfica, apoio generalizado ao leitor), se centra o serviço de empréstimo domiciliário da biblioteca. Este espaço acolhe frequentemente exposições temáticas temporárias.

**Sala Infanto-Juvenil:** No rés do chão situa-se também um espaço dotado de bibliografia e equipamento apropriado aos mais jovens, com especial atenção para Hora do Conto e Atelier de Expressão, computadores para a realização de trabalhos, acesso à Internet,

---

<sup>37</sup> Recorde-se que foram definidos três programas-tipo para as bibliotecas municipais, dimensionados em função da população concelhia. A saber: BM1 para concelhos com população inferior a 20 000 habitantes, BM2 para concelhos com população entre 20.000 e 50.000 habitantes e BM3 para concelhos com população superior a 50.000 habitantes.



visionamento de DVDs educativos e lúdicos. Esta sala está organizada por áreas temáticas. Os utilizadores têm livre acesso para consulta local e empréstimo domiciliário.

**Sala Polivalente e Área de Exposições:** Ainda no rés do chão do edifício encontramos um espaço amplo destinado a várias atividades, nomeadamente exposições, pequenos encontros, cursos de formação, etc. Aberto à utilização por parte de outras entidades. Tem capacidade para 100 lugares sentados. Dispõe de equipamento de som, leitor de DVDs, CDs, ecrã gigante e videoprojetor. Poderá também funcionar como sala de cinema.

**Sala 1:** Espaço amplo, com acesso exterior, no 1.º piso. Neste momento serve de arrumo aos materiais utilizados nas exposições temporárias. Localizado ao lado das escadas interiores do edifício (espaço proposto para implementação do *coworking*).

**Jardim:** Seja no verão ou no inverno, este é um dos espaços mais agradáveis da Biblioteca Municipal Afonso Duarte. Situado nas traseiras do edifício, no jardim podemos apreciar os barulhos do campo, usufruir do ar puro que ali se respira ou descansar à sombra da árvore centenária que ali se encontra. Espaço versátil que tanto recebe um leitor mais ávido de ar livre como um cocktail ao final do dia.

**Capela:** Espaço de exposições – Recentemente renovada, a capela é agora um espaço de exposições temporárias. Situada no jardim da BMAD.

**Centro de Estudos Inesianos:** (Atualmente em remodelação) espaço destinado à consulta de documentação sobre temáticas ligadas à figura de Inês de Castro, espólio cedido por Paulino Mota Tavares. Podem ser consultados documentos como manuscritos, quadros, gravuras, medalhas e livros impressos.

**Sala de Leitura de Adultos:** O 1.º andar da BMAD foi projetado em *open space* e recebe não apenas a sala de leitura dos adultos como também o espaço de audiovisuais e o espaço dos periódicos. Dotado de livros, publicações periódicas, fundo local, fundo regional, computadores com acesso à Internet, um dos quais adaptado para cegos e ambliopes. O espaço de audiovisuais destina-se à audição e visionamento de DVDs e CDs-Áudio. Está organizado por géneros musicais e tipologia de filmes.

**Sala de Reuniões:** Situada na área privativa do 1.º andar da BMAD, recebe apenas reuniões internas de serviço, não estando aberta ao público em geral.

**Gabinetes de trabalho:** Também na área privativa do 1.º andar se situam dois gabinetes de trabalho para os funcionários da BMAD.

**Bar:** Reservado aos funcionários da BMAD, o bar situa-se na área privativa do 1.º andar da BMAD.

**Sala de Tratamento Arquivístico e Bibliotecário:** O trabalho mais técnico é feito no 3.º piso do edifício. Espaço reservado aos funcionários da BMAD.

**Depósito:** Situa-se no 3.º e último piso da BMAD. Espaço amplo, porém com alguns problemas de luminosidade e infiltrações. Reservado ao pessoal técnico da BMAD.

**Acessibilidades:** Um dos poucos edifícios públicos do concelho de Montemor-o-Velho acessível a cidadãos com reduzida mobilidade física. Apesar da entrada ficar num nível superior ao da rua, a BMAD tem uma rampa de acesso que possibilita o acesso àquele espaço. Sendo um edifício com vários pisos, está dotado de um elevador.

### 6.3.2 Organização do Fundo Documental

A BMAD oferece aos seus utilizadores um fundo bibliográfico variado, composto por cerca de 30.000 documentos em vários tipos de suportes, tentando abranger todas as áreas do conhecimento.

Os documentos encontram-se organizados por assunto, dentro de nove grandes áreas, segundo a Classificação Decimal Universal (CDU). Para uma melhor arrumação e identificação por parte do utilizador atribuiu-se a cada grande área uma cor, colocada nas etiquetas que possuem as cotas.

### 6.3.3 Serviços disponíveis

- Serviço de acolhimento e empréstimo domiciliário;
- Empréstimo interbibliotecas;
- Catálogo em linha;
- Troca e empréstimo de manuais escolares;
- Serviço informativo, educativo e cultural;
- Serviço de referência e informação à comunidade;
- Serviço de apoio às bibliotecas escolares;
- Serviço de reprografia;
- Serviço de animação da Leitura/ Hora do Conto;
- Serviço de auto-formação e aprendizagem à distância;

- Serviço de rede *wireless*, todos os espaços públicos da Biblioteca estão equipados com pontos de acesso à rede sem fios;
- Acessos para pessoas com mobilidade reduzida;
- Posto adaptado para cegos e pessoas com baixa visão.

#### 6.3.4 Horário

A Biblioteca Municipal Afonso Duarte está aberta aos dias de semana das 10 horas às 20 horas (de abril a outubro) ou às 18 horas (de novembro a março). Encerra aos fins de semana. Procurando responder às solicitações dos utilizadores, está em estudo a hipótese de a BMAD abrir portas aos sábados, das 14 horas às 18 horas.

#### 6.3.5 Diagnóstico

Nos últimos três anos, a BMAD verificou uma tendência crescente no número de utilizadores. Tendo por base o *Relatório de Atividades da Biblioteca Municipal Afonso Duarte de 2012* e os dados dos relatórios trimestrais da BMAD referentes aos três primeiros trimestres de 2013, constatou-se que em 2011 o número de utilizadores foi de 9655, em 2012 de 9824, e até 23 de agosto já se registaram 10524 utilizadores.

As bibliotecas ainda vivem muito do seu carácter educativo, como demonstra o perfil etário de utilizadores. De acordo com as informações recolhidas no relatório final encomendado pela Fundação Bill & Melinda Gates (2013) sobre as *Perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas em Portugal*, conclui-se que o perfil dos utilizadores de bibliotecas em Portugal é maioritariamente masculino (53%), entre os 15 e os 24 anos (33%), verificando-se um decréscimo significativo para o grupo etário dos 25-39 anos, cerca de 13%. Acresce ainda o facto de a escolarização ter tomado conta de parte dos serviços e atividades das bibliotecas públicas municipais em Portugal, que se veem atualmente confrontadas com as solicitações permanentes das bibliotecas escolares. Os estudantes são quem mais frequenta as bibliotecas públicas e sua utilização é marcadamente instrumental. Excetuando o público escolar (alunos e professores), os estudos<sup>38</sup> apontam que grande parte dos ativos (aproximadamente 88%) não frequenta estes equipamentos. Presume-se, por isso, que grande parte dos adultos não se revê nem encontra nas bibliotecas municipais portuguesas resposta às suas necessidades de informação.

---

<sup>38</sup> É o caso da *Leitura em Portugal*, de 2007, coordenado por Maria de Lourdes Lima dos Santos.

A maioria das bibliotecas municipais orienta os seus serviços para actividades meramente recreativas, seja através da animação da leitura (como a hora do conto), seja através de eventos culturais, mais ou menos elitistas, como as palestras e encontros com escritores e outros intelectuais. A BMAD não é exceção e padece de alguns destes problemas.

Ainda assim, o estudo<sup>39</sup> indica que os utilizadores dos computadores de acesso público nas bibliotecas portuguesas mencionam o trabalho como uma das principais razões para usufruírem daquele serviço (15% contra 12% da média europeia).

Considerando o Relatório Estatístico 2012 da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a percentagem de utilização dos computadores de acesso ao público é de 68%. Valor muito divergente dos dados apresentados no relatório final da Fundação Bill & Melinda Gates, onde se refere que “cerca de um em cada oito utilizadores (14%) que estiveram numa biblioteca em Portugal” usou um computador de acesso ao público. As razões apresentadas resultam da grande massificação do uso de computadores pessoais e do acesso à internet. No caso da BMAD, verifica-se que, apesar do aumento do número de visitantes verificado ao longo dos últimos anos, não há muita procura para a utilização dos computadores de acesso ao público, facto provavelmente motivado pela existência de um espaço internet municipal nas proximidades.

Para o projeto, tornou-se necessário fazer um levantamento do equipamento e mobiliário existentes na BMAD.

---

<sup>39</sup> Fundação Bill&Melinda Gates (2013), referido anteriormente.

EQUIPAMENTO		RÉS DO CHÃO				1º ANDAR			2º ANDAR	TOTAL
		Atendimento Recepção	Sala Infanto- Juvenil	Sala Polivalente	Arrumos	Sala de adultos	Sala de reuniões	Gabinetes técnicos	Depósito	
Computadores	3	4	1	0	8	0	4	1	21	
Computador para amblíopes	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Televisão	0	1	0	0	1	0	0	0	2	
Leitor de DVD	0	1	0	0	1	0	0	0	2	
Leitor de CD	0	1	0	0	2	0	0	0	3	
Auscultadores	0	0	0	0	4	0	0	0	4	
Impressora	0	1	0	0	1	0	1	0	3	
Multifunções	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
Central telefónica	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
Telefone	1	1	1	1	1	1	3	1	10	
Data Show	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
Equipamento de som	0	0	1	0	0	0	0	0	1	
<b>MOBILIÁRIO</b>										
Mesa para 2 pax	0	6	0	6	15	0	0	10	37	
Mesa para 6 pax	0	0	0	0	2	1	0	0	3	
Mesa individual	0	0	0	0	2	0	0	3	5	
Mesa redonda	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Secretária	0	2	2	0	1	0	6	0	11	
Cadeira	0	6	100	0	49	8	0	20	183	
Cadeira palco	0	0	6	0	0	0	0	0	6	
Cadeira com rodas	2	2	0	0	1	0	6	0	11	
Cadeira repouso	0	0	0	0	0	0	0	4	4	
Cadeira criança	0	40	0	0	0	0	0	0	40	
Sofá	0	0	0	0	8	0	0	0	8	
Bancos	0	10	0	0	0	0	0	0	10	
Puffs	0	5	0	0	0	0	0	3	8	
Quadro Branco	0	0	0	1	0	0	0	0	1	
Estantes	0	0	0	0	6	0	0	2	8	

Verifica-se a existência de material subaproveitado, estando atualmente armazenado em zonas de arrumos e depósitos.

### 6.3.6 Análise SWOT da Biblioteca Municipal Afonso Duarte

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Compromisso das Bibliotecas Públicas com o desenvolvimento social;</li> <li>→ Edifício, equipamento informático e mobiliário renovados;</li> <li>→ Espaços diferenciados, confortáveis e adaptados a diferentes usos;</li> <li>→ Polivalência dos espaços;</li> <li>→ Rede de internet e wifi, aposta nas novas tecnologias da informação;</li> <li>→ Importância da interação técnico/utilizador;</li> <li>→ Público muito diversificado, de bebés a idosos;</li> <li>→ Programação própria;</li> <li>→ Existência de espaço, que atualmente não tem qualquer função prática, facilmente adaptável para novas funções, com acesso exterior próprio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Crise das Bibliotecas Públicas, decorrente da massificação da internet e do acesso facilitado à informação;</li> <li>→ Horário distinto de verão e de inverno e encerramento ao fim de semana;</li> <li>→ Inexistência de serviço de cafetaria no edifício;</li> </ul>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Capitalização do investimento feito;</li> <li>→ Exploração de novas oportunidades sociais, revisão dos papéis de intervenção na sociedade por parte das bibliotecas;</li> <li>→ Valorização do empreendedorismo local;</li> <li>→ Atração de novos utilizadores;</li> <li>→ Bibliotecas como central de comunicações e ponto de encontro;</li> <li>→ Rentabilização de espaço subaproveitado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Oferta alargada de infraestruturas de oferta de TIC, como espaços internet;</li> <li>→ Cortes orçamentais no âmbito da cultura, não só a nível local como nacional;</li> <li>→ Cultura ainda vista como um dos “elos mais fracos”;</li> <li>→ Rápida obsolescência dos materiais informáticos e das TIC.</li> </ul>

## 6.4 Casos de estudo / Benchmarking

Percebermos o que se faz noutras realidades, conhecer e estudar diferentes estratégias de desenvolvimento permite não só descobriremos novas tendências de mercado, como ganharmos inspiração para o desenvolvimento de projetos mobilizadores e sustentáveis.

Neste sentido, depois de já termos dissertado acerca das bibliotecas públicas, dos seus desafios e das soluções que, um pouco por todo o mundo, têm vindo a ser adotadas, procuramos agora identificar as boas práticas e casos de sucesso de *coworking*, não apenas a nível internacional, mas também nacional. Iremos abordar ainda o caso da Biblioteca de Alfândega da Fé que implementou, sem aparente sucesso, um espaço de *coworking*.

### 6.4.1 Centre for Social Innovation<sup>40</sup>

O Centre for Social Innovation (também conhecido por “CSI”) é um espaço de *coworking* centrado na missão de catalisar a inovação social. O CSI abriu as portas em Toronto, em junho de 2004, com o objetivo de criar uma nova forma de trabalho no setor social que fosse capaz de oferecer melhores condições de trabalho (físicas e de recursos humanos de apoio) a baixo custo, permitindo assim que as organizações se focassem na sua missão de mudança social. Do espaço inicial com 560m<sup>2</sup>, o CSI Toronto cresceu para 3344m<sup>2</sup> em

<sup>40</sup> Consulte <<http://socialinnovation.ca/about>>

2010. Dois anos depois, abriu um outro espaço em Regent Park, com 930m<sup>2</sup>. Atualmente, esta comunidade de *coworking* conta já com três espaços em Toronto e um em Nova Iorque. Os setores de atividade no CSI Toronto vão da agricultura às finanças, e congrega mais de 450 empresas comerciais, associações sem fins lucrativos, empreendedores, artistas e ativistas.

Os membros do CSI Toronto tem acesso a ferramentas que lhes permitem acelerar o sucesso do seu trabalho e amplificar o impacto na sociedade: ambiente empresarial, internet, intranet, salas de reuniões, fotocopiadoras, faxes, equipamento audiovisual, caixas de correio, cozinha, entre outros. O CSI Toronto está aberto 24 horas por dia, todos os dias.

Os preços variam dos 75 dólares por mês (pacote de 5h) aos 750 dólares/mês (para quem precisa de um espaço privado para grupos). Mesmo que não precise de um espaço de *coworking*, pode associar-se a esta comunidade (30 dólares/mês) ou alugar uma das salas de reuniões ou de eventos.

#### **6.4.2 Fusion Cowork<sup>41</sup> - Aveiro**

A Fusion Co-work & Webexperts é um espaço multifuncional de trabalho colaborativo, onde se disponibilizam espaços de trabalho *low-cost* para *freelancers*, unidade de apoio a esses mesmos trabalhadores e serviços associados ao funcionamento das empresas envolvidas. A Fusion Cowork também disponibiliza soluções à medida para cada cliente.

A Fusion Cowork é mais do que um espaço de *cowork* ou um simples escritório. É um espaço que pretende aumentar a rede de contactos dos *coworkers*, potenciando a produtividade e uma mudança de atitudes.

O principal objectivo deste espaço é impulsionar os projetos dos *coworkers* da Fusion Cowork, num ambiente descontraído e económico, sem que isso signifique um sacrifício de profissionalismo e prestígio para o *coworker*. E com este objectivo traçado, a Fusion proporciona um espaço exclusivo para o seu trabalho, sala de reuniões e serviços de escritório virtual.

A Fusion Cowork abriu portas a 15 de junho de 2011, implementando esta nova filosofia de trabalho colaborativo na cidade de Aveiro, uma cidade dinâmica, cosmopolita, em franco crescimento e desenvolvimento económico e social sustentados, a nível de infraestruturas

---

<sup>41</sup> Consultar <<http://fusioncowork.com/>>



fundamentais, pela Universidade de Aveiro, o porto de Aveiro e as excelentes acessibilidades regionais e transnacionais.

Em novembro de 2012, graças à procura que superou largamente as expectativas, a Fusion muda de localização para um espaço maior (com o triplo da área útil do primeiro) e no coração da cidade de Aveiro. Desenhada para o profissional que necessita de uma morada de prestígio, com bons acessos, espaços de trabalho confortáveis e capazes de acomodar os seus clientes e parceiros de negócios, a Fusion está localizada no centro da cidade de Aveiro, é espaçosa e calma, mas também alegre e produtiva. Com dois pisos, a Fusion consegue não só mais espaço como uma melhor distribuição de ambientes, no 1.º andar funciona o *cowork*, a cozinha e o lounge, no 2.º piso encontram-se alojados os serviços de micro-incubação e a sala de reuniões/formação.

Os preços variam consoante o *pack* escolhido: clube para *coworkers* que pretendam utilizar com regularidade o espaço a partir de 13€/dia, 50€/semana ou 111€/mês a Fusion oferece uma série de serviços, que vão do café a chamadas para rede fixa ilimitadas. Ou ainda o *pack* horas, para *coworkers* que pretendem uma utilização ocasional, desde 16€ por 8 horas de trabalho que tem lugar de secretária, acesso à internet e ar condicionado. A Fusion disponibiliza ainda a sala de reuniões / formação a partir de 11€/hora.

#### **6.4.3 Espaço de coworking na Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé**

O primeiro espaço de coworking numa biblioteca pública em Portugal, e em território rural, abriu a 2 de janeiro de 2012 em Alfândega da Fé, com o objetivo de responder às novas tendências sociais de acolhimento de novos povoadores, empreendedores que trocaram as áreas metropolitanas pelo interior rural.

O *coworking* de Alfândega da Fé, acolhido temporariamente na Biblioteca Municipal, é o primeiro espaço de *coworking* da região, um dos pioneiros a abrir fora dos grandes centros urbanos e é um dos três do país a funcionar em espaços públicos<sup>42</sup>.

O projeto tinha ainda a ambição de adicionar novas valências, como *mentoring*<sup>43</sup>, a sala de ensaios artísticos ou um *fablab*, no intuito de integrar a rede de ideação e experimentação profissional *Working Labs*.

---

<sup>42</sup>Consulte: <<http://www.cm-alfandegadafe.pt/noticias/363>> e <<http://infoex.pt/index.php?id=2176346495191586884>>

Esta iniciativa surgiu no âmbito de uma parceria celebrada entre o grupo EDP, o Município de Alfândega da Fé e o Programa de Repovoamento Rural Novos Povoadores<sup>44</sup> e apoiou a transferência de cinco famílias metropolitanas para aquele concelho.

No entanto, este espaço de *coworking* enfrentou algumas dificuldades, devidas em parte à ausência de um diagnóstico das necessidades utilizadores, bem como a um planeamento prévio dos recursos necessários para a implementação de um espaço desse tipo. Sem este planeamento, e sem o envolvimento da Biblioteca e da sua equipa, a criação de um espaço de *coworking* limitou-se à ocupação da Sala de Adultos da Biblioteca pelos eventuais *coworkers*, o que desde logo suscitou problemas de convívio entre estes e os leitores. Enquanto os primeiros necessitavam de um espaço de trabalho onde fosse possível a interação, o diálogo, a utilização do telemóvel, por exemplo, os segundos exigiam um espaço mais silencioso e recatado onde fosse possível a leitura e o estudo. Após alguns meses e inúmeras queixas de *coworkers* e leitores, decidiu-se criar um espaço de *coworking* fora da Biblioteca (já que esta não dispunha de nenhum espaço diferenciado e adequado para este fim) num outro edifício do Município. Temos conhecimento que parte dos problemas apontados desapareceram, e embora o espaço continue a funcionar não terá tido a adesão prevista.

## 6.5 Coworking na Biblioteca Municipal Afonso Duarte

O espaço de *coworking* irá funcionar no edifício da BMAD, propriedade do Município de Montemor-o-Velho, como complemento aos serviços atualmente prestados pela Biblioteca. Será, por isso, um serviço da responsabilidade da Autarquia, assegurado pelos recursos humanos afetos à BMAD.

A escolha da BMAD para acolher o espaço de *coworking* não foi feita ao acaso. Trata-se de um espaço bem localizado, com bons acessos, recentemente requalificado, moderno mas com história, um espaço de cultura, conhecimento, informação e lazer por excelência. A proximidade com serviços e entidades diversas desempenha um papel de atratividade extra a favor da instalação na BMAD deste espaço de trabalho colaborativo. O fato da BMAD ser

---

<sup>43</sup> Tutoria, visa criar uma relação entre um mentor e um mentorando com a finalidade de complementar, orientar e apoiar a atividade do mentorando.

<sup>44</sup> Consulte: <<http://www.novospovoadores.pt/projecto/>>

propriedade do Município não só lhe confere uma maior visibilidade como diminui os custos associados para a prossecução deste projeto. Outro dos fatores decisivos para esta escolha foi a existência de espaços e equipamentos subvalorizados no interior da BMAD.

### 6.5.1 Localização

A BMAD está localizada no centro da vila de Montemor-o-Velho, na Rua Conselheiro Doutor João de Alarcão, ocupando um edifício histórico daquela vila.

A centralidade da localização confere-lhe boas acessibilidades, facilidade de estacionamento e uma grande proximidade a outros serviços (bares, restaurantes, Câmara Municipal, Comunidade Inter Municipal do Baixo Mondego (CIM-BM), Finanças, Arquivo Municipal, residências universitárias para atletas de alto rendimento).

A BMAD está inserida num bairro com algum dinamismo cultural e social. A proximidade ao Castelo (ex-libris da região), a associações culturais, desportivas e sociais e a locais de cultura por excelência (Arquivo Municipal, Sala B - sala de espetáculos, Teatro dos Castelos) contribuem de sobremaneira para a energia daquele espaço. Tal facto foi potenciador da criação do projeto “Ruas de Cultura”, que o Município de Montemor-o-Velho tem em curso, em colaboração com a Universidade de Coimbra, e que pretende afirmar Montemor-o-Velho como um espaço de estímulo à inovação e às indústrias culturais.



Fig. 20 – Localização da BMAD, Montemor-o-Velho.

### **6.5.2 Principais stakeholders, público alvo e vantagens esperadas do projeto**

Os principais *stakeholders* deste projeto são o Município de Montemor, que detém a propriedade do edifício e é responsável pelo bom funcionamento da Biblioteca Municipal, os trabalhadores da Biblioteca Municipal, que prestam um serviço à comunidade, serviço esse que se quer cada vez mais próximo e eficiente, e os Municípios de Montemor-o-Velho, que já usufruem da Biblioteca Municipal e que assim poderão ver o leque de serviços oferecidos aumentar.

O público alvo é bastante diversificado: estudantes, pais, professores, donas de casa, desempregados, reformados, trabalhadores independentes, *freelancers*, organizações sem fins lucrativos, associações locais, turistas, todos são potenciais utilizadores deste espaço.

Replicando a estratégia seguida pelo CSI<sup>45</sup>, este projeto a implementar na Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho afirma-se como uma versão híbrida: enquanto biblioteca fornece serviços dedicados à comunidade na promoção do livro e da leitura, no apoio ao ensino formal e não formal, na divulgação da história local, na realização de diversas atividades culturais, na inclusão digital e no lazer e ocupação dos tempos livres, enquanto espaço de *cowork* oferece um espaço de trabalho colaborativo, com uma filosofia temporal e social própria, a trabalhadores independentes. Em suma, enquanto espaço público presta um serviço à comunidade, apoiando-a e procurando encontrar soluções à medida de cada um, e enquanto espaço social promove a inserção e a formação da comunidade.

Pretende-se, assim, não só atrair mais público à Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho, como também reforçar os serviços prestados à população no sentido de fomentar e apoiar o empreendedorismo, a capacidade de iniciativa e o trabalho, podendo contribuir positivamente para uma diminuição da taxa de desemprego concelhia e para um aumento da taxa de produtividade.

### **6.5.3 Características de um espaço de coworking**

Antes de mais convém perceber a essência de um espaço de *coworking* enquanto novo padrão de trabalho. Esta nova tendência a nível mundial, consiste na partilha de espaços de trabalho por diversos profissionais, na sua maioria com características empreendedoras, que, embora trabalhando de forma independente, partilham valores e trocam ideias e experiências entre si. A partilha não é puramente económica, numa lógica de economia de

---

<sup>45</sup> Consulte: <<http://socialinnovation.ca/sssi>>

escala, mas também de experiências e de colaboração laboral. Daí que os valores preconizados pelos espaços de *coworking* sejam a responsabilidade social, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, a colaboração e partilha, e a diversão.

De acordo com Coworking Manifesto (2013) o *coworking* está a redefinir a forma de trabalho como o entendemos. Inspirado pela cultura da participação, da livre circulação, da colaboração e da cultura do *empowerment*, o modelo de *coworking* pretende dinamizar o mundo do trabalho, criando uma economia de inovação e criatividade assente na colaboração, na partilha e na comunidade.

Com a implementação do espaço de *coworking* na BMAD pretende-se a promover a intergeracionalidade, o empreendedorismo social, a criação de uma nova dinâmica de trabalho e uma revitalização das funções e dos serviços prestados pela Biblioteca. O espaço de *coworking* procurará fomentar uma maior partilha e entreajuda entre pessoas com projetos empreendedores, constituindo-se como um ambiente propício à inovação, criatividade e empreendedorismo.

Convém ainda sublinhar o carácter educativo/formativo que a BMAD já tem intrínseco na sua missão e que se pretende reafirmar com este projeto. De facto, o espaço de *coworking* deverá apostar no desenvolvimento de programas formativos que vão ao encontro das necessidades reais do público alvo, constituindo-se como parceiro de entidades como o GIP (Gabinete de Inserção Profissional) de Montemor-o-Velho, o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) da Figueira da Foz, a CIM-BM (Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego), o CLDS+ (Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais) de Montemor-o-Velho e a Associação Diogo de Azambuja.

Um espaço de *coworking* é mais do que um local físico, envolvendo também aspetos sociais, ambientais e psicológicos. Deve ter em conta determinadas características, a saber:

- A localização: deve ser acessível, estar próximo do centro urbano, estar cercado de amenidades pessoais e profissionais (como restaurantes, serviços sociais, ...), ter estacionamento próximo e ser seguro;
- A infraestrutura / edifício: deve ter uma boa iluminação natural, ser amplo, arejado, agradável, versátil e funcional, deve ainda ter uma boa impermeabilização sonora.
- Serviços partilhados: receção, internet, impressora, telecomunicações. Neste caso do *coworking* na BMAD podemos falar ainda de espaços partilhados, numa lógica de *co-location*;
- Espaço de trabalho: disponibilização / aluguer de secretárias para trabalho, comumente designadas por *hot desks*;

- Espaço polivalente de formação e/ou reuniões;
- Espaço de descanso e lazer: espaço *lounge* que intensifique a experiência colaborativa do *cowork*;
- Equipamento e mobiliário adequados: versatilidade e ergonomia aliadas ao conforto.

#### 6.5.4 Serviços

Também aqui a escolha da BMAD foi consensual graças a um sem número de serviços que a Biblioteca já fornece gratuitamente aos seus utilizadores: espaço com internet sem fios e climatizado, com segurança e recursos humanos qualificados.

Os serviços partilhados são os ingredientes base de um espaço de trabalho colaborativo, uma vez que o *coworking* promove a colaboração, a troca, a partilha e o apoio aos *coworkers*. Destes serviços partilhados destacamos o serviço de reprografia (cópias e impressões), a internet, os equipamentos de comunicação (telefones, faxes) e audiovisuais, a segurança, a limpeza, recursos humanos administrativos e o bar. A existência de serviços partilhados é um dos fatores diferenciadores de um espaço de *coworking* e um escritório que se pode alugar. A fórmula é simples: trata-se de agregar economias de escala, com preços competitivos e às necessidades dos utilizadores.

As bibliotecas públicas já oferecem uma série destes serviços à população. A BMAD não é exceção, disponibilizando aos munícipes serviços de reprografia, rede internet sem fios, equipamento audiovisual (leitores de DVD e CD, televisão, projetor multimédia), segurança, limpeza, recursos humanos de apoio e climatização. Assim, o espaço de *coworking* a ser implementado não teria de ter encargos extra em providenciar estas amenidades.

Apesar da BMAD não ter condições para oferecer um espaço de bar ou de refeitório, nas imediações encontram-se alguns bares e restaurantes que poderiam servir de apoio ao espaço de *coworking*, potenciando deste modo também o comércio local.

Uma das fraquezas da BMAD em relação à implementação deste projeto reside no horário praticado. Atualmente a BMAD só funciona de segunda a sexta feira, das 10h às 20h (horário de verão) ou às 18h (horário de inverno). Um espaço de *coworking* deveria permitir, em teoria, o acesso 24 horas por dia, 7 dias por semana. Analisando os exemplos apresentados<sup>46</sup>, verificamos que a maioria tem um horário flexível, podendo estar aberto 24/7 caso os *coworkers* assim necessitem, não oferecendo, nos horários *mortos*, todos os

---

<sup>46</sup> É o caso da CSI e da Fusion Cowork, já aqui referenciados.



serviços partilhados. Este ponto fraco detetado relativamente à BMAD pode, facilmente, transformar-se numa potencialidade, uma vez que o espaço onde se propõe implementar este projeto tem acesso exterior, possibilitando o acesso à sala sem passar pelo átrio principal da BMAD e sem aceder às restantes divisões. Cortam-se assim eventuais custos que estariam associados ao alargamento do horário da BMAD e oferece-se mais um serviço aos *coworkers*. No entanto, parece-nos que a chave só deverá ser cedida mediante o pagamento de uma taxa mensal de acesso ao espaço. Deste modo, um utilizador do espaço que apenas queira utilizá-lo durante o horário da BMAD poderá fazê-lo gratuitamente, tal como já acontece com os restantes serviços fornecidos pela Biblioteca. No entanto, se quiser utilizá-lo mais tempo, noutra hora, terá de pagar para ter acesso à chave.

#### **6.5.4.1 Outros serviços complementares já existentes**

##### ***Espaço infantil***

Numa altura em que o tema da conciliação da vida profissional com a vida familiar tem vindo a ter cada vez mais importância no contexto das mudanças económicas, demográficas e sociais ocorridas ao longo dos últimos anos nas sociedades desenvolvidas, as dificuldades sentidas pelas pessoas em equilibrar as suas responsabilidades familiares com o exercício de uma atividade profissional são cada vez maiores. Se, por um lado, a participação ativa da família no processo de desenvolvimento das crianças e no apoio aos mais idosos é tida como fundamental, por outro lado, as exigências do mercado de trabalho impõem o recrutamento de profissionais cada vez mais qualificados, disponíveis e com elevados níveis de produtividade. A existência de um espaço infantil na BMAD onde o *coworker* pode deixar, com segurança, a criança enquanto trabalha constitui-se como uma grande mais valia para este projeto<sup>47</sup>. É preciso ter em atenção que o espaço infantil não deverá funcionar, nem pretende ser uma creche ou jardim infantil, mas poderá ampliar e complementar a oferta extra curricular que aqueles serviços já fornecem.

---

<sup>47</sup> Lima e Neves (2010) constataram a existência de uma associação positiva entre a utilização de instituições de acolhimento e a participação na vida ativa. A variação na probabilidade de participação na vida ativa é maior no caso das mulheres (12,2 p.p.) do que no caso dos homens (1,0 p.p.). Verificaram ainda que quando a mulher participa na vida ativa, a probabilidade de recorrer a um serviço de acolhimento para o filho mais novo (com menos de 15 anos) aumenta em 30,5 p.p. (17,0 p.p. no caso dos homens).

### **Jardim**

O espaço exterior da BMAD é um local muito procurado pelos utilizadores da Biblioteca para ler, descansar, estudar, confraternizar e também comer um *snack*. De fato, aquele espaço é muito solicitado por quem requisita o auditório da BMAD para servir o *catering*.

Situado no interior da BMAD, o jardim é um espaço ao ar livre, amplo, com espaços verdes e espaços pavimentados, o que lhe confere uma grande versatilidade. Uma vez que não é coberto tem um tempo útil de utilização mais reduzido, sendo mais utilizado quando o tempo está seco.

No sentido de tornar aquele espaço ainda mais apetecível, sugere-se a colocação de algum mobiliário no jardim, a saber: puffs, mesas individuais e cadeiras. De notar que o mobiliário sugerido já existe na BMAD estando, a maior parte do tempo, arrumado.

#### **6.5.4.2 Outros serviços complementares a implementar**

##### ***Projeto Ateliers Empreender Criança*<sup>48</sup>**

Propõe-se a adesão ao projeto da Associação Industrial Portuguesa (AIP) que pretende incutir na população jovem capacidades de iniciativa, criatividade, autoconfiança, liderança, trabalho em equipa, responsabilidade e sentido crítico e cívico. O grande objetivo é criar o gosto e a apetência pela atividade empresarial desde a mais tenra idade e contribui decisivamente para a consolidação de uma cultura de empreendedorismo.

De referir que este projeto contou, no ano letivo 2012/13, com a adesão de 118 turmas, num total de cerca de 2000 alunos. A previsão para o ano letivo 2013/14 é de crescimento, não apenas a nível nacional mas também internacional, nos PALOP.

#### **6.5.5 Projeto**

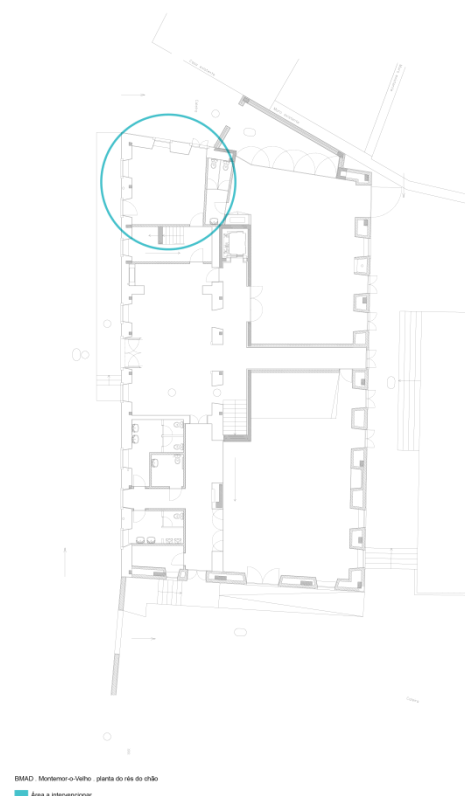
Em termos funcionais o que se pretende com este projeto é dotar duas áreas já existentes na BMAD, no piso térreo e no primeiro piso, de novas valências, adaptando-as a um espaço de *coworking*. Apenas dois pisos do edifício da BMAD serão intervencionados, no entanto a maioria das intervenções propostas são de carácter pontual, não intrusivo e de total reversibilidade.

---

<sup>48</sup> Consulte: <<http://www.aip.pt/?lang=pt&page=homepage/homepage.jsp&detail=30b63812-3004-3110-35b1-d207ee32ac42>>

Intervenção por piso:

**Rés do chão:** O piso térreo do edifício é a entrada da BMAD, acolhendo, por isso, a área de atendimento comum às diferentes valências do edifício. Para além do amplo hall de entrada que pontualmente recebe exposições temporárias, este piso tem ainda a sala infantil, o auditório / sala polivalente, quatro instalações sanitárias, uma das quais adaptada a pessoas com necessidades especiais de mobilidade, uma sala de arrumos, o jardim e uma sala, com acesso direto ao exterior, que funciona atualmente como arrumação e que será o espaço a intervencionar com este projeto.



**Fig. 21** – Planta da BMAD, rés do chão, área a intervencionar.

Todo o piso tem uma boa iluminação direta de luz natural e indireta, estando equipado com luminária versátil e adequada ao fim.

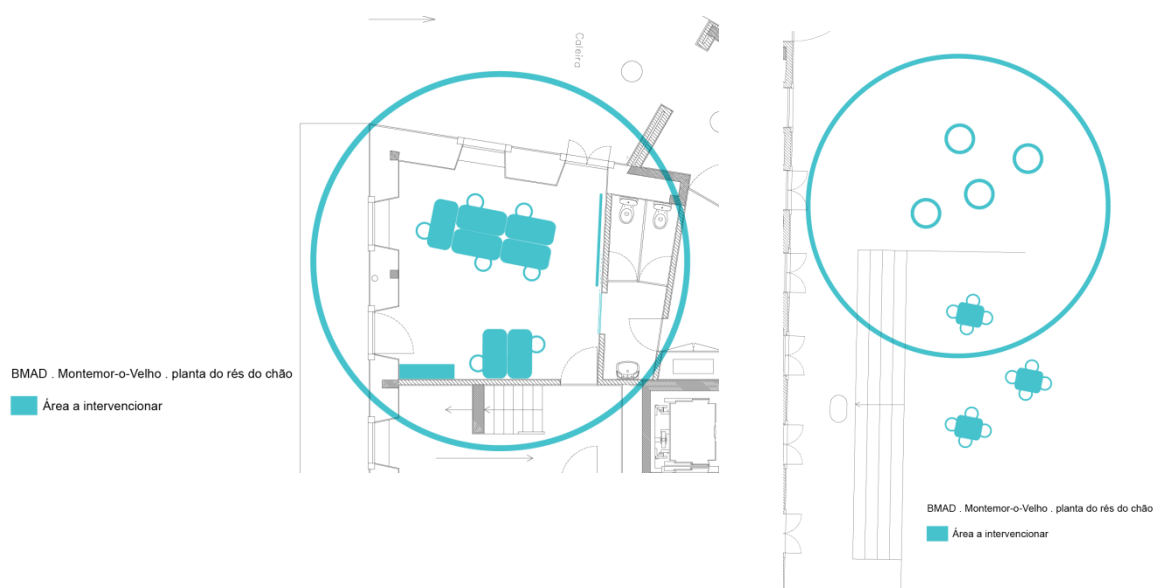
A área a intervencionar pode ser acedida pelo interior da BMAD ou pelo exterior, uma vez que tem um acesso direto à rua. Este acesso poderá ser utilizado fora do horário de funcionamento da biblioteca, constituindo-se como uma mais valia para o espaço de *coworking*. Para que esse acesso distinto seja viável torna-se necessário proceder a uma série de alterações no edifício, de modo a impedir o acesso ao núcleo da BMAD quando esta se encontra encerrada ao público.

Neste sentido propõe-se:

- Substituição de duas fechaduras das portas que fazem o acesso das instalações sanitárias à sala infantil e do acesso das escadas de serviço à zona de atendimento;
- Abertura de uma porta de acesso direto às instalações sanitárias. Dados os constrangimentos de espaço útil, sugere-se que a porta seja de correr;
- Criação de um espaço *lounge/esplanada* no jardim.

Tendo em consideração a área útil da sala de *coworking*, aponta-se para a criação de 7 espaços de trabalho, necessitando da alocação de 7 secretárias, 7 cadeiras, 1 quadro

branco, um armário e dois computadores<sup>49</sup>. No que ao jardim diz respeito, sugere-se a utilização de 3 puffs, 4 cadeiras de repouso / *lounge*, 3 mesas individuais e 6 cadeiras.



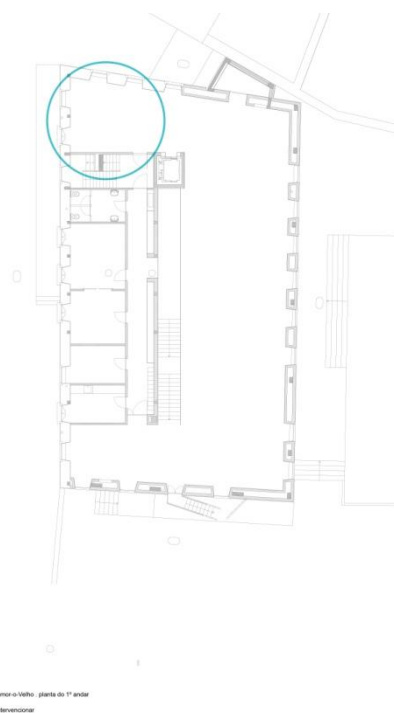
**Fig. 22 e 23** – Pormenor da planta do rés do chão da BMAD. Projeto para implementação espaço coworking. À direita proposta para sala de coworking. À esquerda proposta para jardim.

<sup>49</sup> Verifica-se, na maioria dos espaços de coworking, a inexistência de equipamento informático (computadores, software) para uso dos coworkers, uma vez que a maioria tem o equipamento necessário e que o software necessário pode ser muito diversificado e oneroso. Para a realidade de Montemor-o-Velho e deste espaço de coworking na BMAD sugere-se, no entanto, a alocação de dois computadores da sala de leitura, onde atualmente estão sete, para o coworking, respondendo assim aos utentes que eventualmente não disponham do equipamento.

**Primeiro andar:** Este piso funciona atualmente como sala de leitura em *open space* com o espaço de audiovisuais e de periódicos, e a zona de acesso restrito onde funcionam os gabinetes de trabalho, a sala de reuniões e o bar. Mais uma vez se verifica uma boa luminosidade natural deste piso. Com este projeto propõe-se o redimensionamento e redistribuição da sala de leitura de modo a alocar uma sala de reuniões / trabalho por cima do espaço de *coworking* servindo, simultaneamente, quer o *coworking* quer a BMAD. Esta redistribuição irá incidir especialmente na mediateca e na sala de leitura de periódicos. Visto estes dois espaços serem complementares, tendo até uma filosofia de utilização similar, e não terem, de momento, uma utilização a 100%, prevê-se a absorção da mediateca pela sala dos periódicos, localizada no topo sul do edifício. No extremo oposto, sugere-se a colocação de uma estrutura amovível envidraçada que faça uma separação visual, acústica<sup>50</sup> e de segurança entre a área de reuniões / trabalho e a sala de leitura da BMAD. Esta estrutura poderá estar aberta (correndo as portadas envidraçadas) ou fechada e trancada, impedindo o acesso à sala de leitura.

Também neste piso é necessária a substituição de duas fechaduras das portas que fazem o acesso das escadas de serviço à área restrita e ao segundo piso.

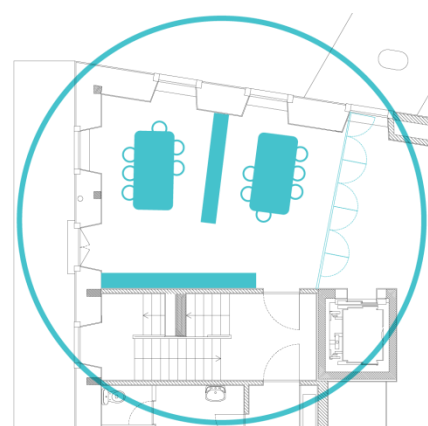
<sup>50</sup> Este é um ponto fulcral para a divisão daqueles dois espaços. Tendo como referência o sucedido na Biblioteca de Alfândega da Fé, atrás referido, é fundamental que o espaço de *coworking* não interfira acusticamente com os restantes serviços da biblioteca. Apesar das bibliotecas estarem a diversificar cada vez mais a sua área de atuação e o seu *modus operandi*, não se exigindo já que seja um espaço de silêncio, continua a ser um espaço onde deve imperar o respeito pelos outros. A incompatibilidade entre um espaço que se quer calmo e outro que deve ser de discussão é óbvia, daí a proposta de separar os dois espaços com uma estrutura que seja cumulativamente amovível e isoladora acústica. A sugestão do vidro prende-se ainda com o não comprometimento da luz natural.



BMAD - Montemor-o-Velho - planta do 1º andar

Área a intervir

**Fig. 24** – Planta da BMAD, 1º piso, área a intervir.



BMAD - Montemor-o-Velho - planta do 1º andar

Área a intervir

**Fig. 25** – Pormenor da planta primeiro piso da BMAD. Projeto para implementação da sala de reuniões do espaço *coworking*.

A nível de mobiliário, estima-se a colocação de duas mesas de trabalho, 12 cadeiras e uma estante.

De notar que quer o equipamento quer o mobiliário a afetar ao espaço resulta de uma gestão mais eficiente do material já existente na biblioteca, tendo-se procurado não condicionar a atual oferta de serviços<sup>51</sup>.

		RÉS DO CHÃO					1º ANDAR				2º ANDAR	TOTAL
		Atendimento Receção	Sala Infanto- Juvenil	Sala Polivalente	Espaço Coworking	Jardim	Sala de adultos	Reuniões Coworking	Sala de reuniões	Gabinetes técnicos	Depósito	
<b>EQUIPAMENTO</b>	Computadores	3	4	1	2	0	6	0	0	4	1	21
	Computador para ampliopes	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Televisão	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
	Leitor de DVD	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
	Leitor de CD	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	3
	Auscultadores	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4
	Impressora	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	3
	Multifunções	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Central telefónica	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Telefone	1	1	1	1	0	1	1	1	2	1	10
	Data Show	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	Equipamento de som	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>MOBILIÁRIO</b>	Mesa para 2 pax	0	6	0	7	0	14	0	0	0	10	37
	Mesa para 6 pax	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	3
	Mesa individual	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	5
	Mesa redonda	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Secretária	0	2	2	0	0	1	0	0	6	0	11
	Cadeira	0	6	105	7	6	49	12	8	0	0	193
	Cadeira palco	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
	Cadeira com rodas	2	2	0	0	0	1	0	0	6	0	11
	Cadeira repouso	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4
	Cadeira criança	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0	40
	Sofá	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	8
	Bancos	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10
	Puffs	0	5	0	0	3	0	0	0	0	0	8
	Quadro Branco	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Estantes	0	0	0	1	0	6	1	0	0	0	8

### 6.5.6 Criação e dinamização de um grupo de coworkers

Nos últimos estudos desenvolvidos pela Deskmag<sup>52</sup>, desenvolvidos em 24 países, verificou-se que os espaços de *coworking* cresceram 400% nos últimos 2 anos, tendo por base fatores como proximidade de centros urbanos, redução de custos, acessos a uma grande diversidade de serviços, ambiente de trabalho construtivo e positivo.

A maioria dos *coworkers* situa-se na faixa etária compreendida entre os 25 e os 40 anos, com uma idade média de 34 anos. Mais de 2/3 são homens<sup>53</sup> e cerca de 54% são

<sup>51</sup> Confrontar com a relação de equipamento e mobiliário atual da BMAD no ponto 6.3.5.

<sup>52</sup> Consulte: <<http://dl.dropboxusercontent.com/u/64387613/Coworking%20Survey%20Booklet.pdf>>

<sup>53</sup> De notar que, no 3.º inquérito realizado pela Deskmag, que será disponibilizado aquando da 3.ª Conferência Europeia de Coworking, que decorrerá de 11 a 13 de novembro em Barcelona, cujos primeiros resultados se encontram disponíveis em <<http://www.deskmag.com/en/1st-results-of-the-3rd-global-coworking-survey-2012>>, se denota uma tendência de mudança com o crescimento do número de mulheres a aderirem a projetos de coworking, principalmente na Europa, onde a percentagem subiu para os 42%. Para os coworkers que responderam a este inquérito, as palavras



*freelancers* ou profissionais liberais maioritariamente das áreas de design, multimédia, criatividade, arquitetura, comunicação, marketing ou jornalismo, mas também das áreas de direito e contabilidade, seguidos de 20% de empreendedores que pretendem lançar as suas empresas e marcas, aliando os seus projetos pessoais com outros trabalhos fixos, de forma a garantir a sustentabilidade.

58% dos *coworkers* inquiridos, antes de usar o espaço de *coworking*, trabalhava a partir de casa. Informados e dinâmicos, 74% dos *coworkers* têm formação superior e uma experiência diversificada, valorizando e procurando ambientes de trabalho efervescentes, que estabeleçam a ponte entre um escritório *open space* com áreas de trabalho partilhadas e salas de reunião mais privadas, em que possam receber os seus clientes.

Nas prioridades definidas pelos *coworkers*, os baixos custos associados ao *coworking* ocupam a 6.<sup>a</sup> posição, ultrapassados pela interação, flexibilidade de horário, oportunidades de trabalho, partilha de conhecimentos e as características do espaço de trabalho. De acordo com o estudo da Deskmag, 43% dos *coworkers* consideram que a passagem para um espaço de *coworking* contribuiu para a conquista de novas oportunidades de trabalho. 75% dos *coworkers* trabalham próximo de casa, 50% vive num raio de 4,8 km, e 25% vive entre 5 a 9,5 km.

Verificou-se ainda um crescimento exponencial de espaços de *coworking* em áreas rurais. Com efeito, estes espaços parecem ter conquistado um grande dinamismo em territórios menos povoados, facto que pode estar associado a abordagens de empreendedorismo por parte de entidades locais.

Analisando estes dados em conjunto com as informações recolhidas no relatório final sobre as *Perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas em Portugal (2013)*<sup>54</sup>, concluímos que as bibliotecas são fundamentais na prossecução da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, uma vez que promovem esforços no acesso à informação e ao conhecimento, à inclusão digital e à aprendizagem ao longo da vida. Tal como no *coworking*, também nas bibliotecas se nota uma prevalência dos homens, ainda que ténue e com tendência a diminuir.

De salientar que o referido estudo afirma que 15% dos utilizadores dos computadores de acesso público nas bibliotecas portuguesas mencionam o trabalho como uma das principais razões para usufruírem daquele serviço. De facto, o papel das bibliotecas públicas ao nível

---

que melhor descrevem esta tendência de trabalho colaborativo são diversão, amizade, criatividade, inspiração, produtividade, flexibilidade, social e colaboração.

<sup>54</sup> Encomendado pela Fundação Bill & Melinda Gates, já referido anteriormente.

do emprego, ao disponibilizar acesso a oportunidades de emprego, tem vindo a assumir uma crescente importância. A investigação demonstrou que quase um terço (29%) dos utilizadores dos computadores de acesso público usou a biblioteca para alguma atividade relacionada com o emprego<sup>55</sup>, representando um valor estimado de 43.000 utilizadores em Portugal.

Parece-nos, assim, que existe público dentro das próprias bibliotecas para um serviço de *coworking*. No entanto, um dos objetivos deste projeto é também a atração de novos públicos para a biblioteca, conferindo-lhe uma maior visibilidade e notoriedade. Deste modo, o espaço de *coworking* terá de conquistar empreendedores, talentos, profissionais liberais que pretendam novas experiências de trabalho, promovendo assim não apenas a sustentabilidade do projeto e o empreendedorismo, como também a retenção de talentos, a inclusão, a participação, a colaboração e um sentido crescente de comunidade.

### 6.5.7 Parcerias

Um dos aspetos que consideramos diferenciador no âmbito deste projeto encontra-se relacionado com a parceria que se pretende instituir e que é caracterizada não apenas pela dimensão que assume, como pelo conjunto diversificado de parceiros que engloba, que através da comunicação e da criação de sinergias de cooperação entre todos se propõem a desenvolver ações com vista a alcançar os objetivos e metas apresentados.

A criação deste espaço de *coworking* na Biblioteca Municipal Afonso Duarte, em Montemor-o-Velho, pressupõe o estabelecimento de algumas parcerias ao nível da captação de *coworkers* e do estabelecimento de uma rede ativa de apoio ao empreendedorismo.

Neste sentido, apresenta-se como fulcral uma estreita articulação do espaço de *coworking* da BMAD com o Instituto de Emprego e Formação Profissional da Figueira da Foz (IEFP), com o Gabinete de Inserção Profissional de Montemor-o-Velho (GIP) e com o programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais “iMontemor+” (CLDS+), promovendo capacidades e competências das pessoas desempregadas, promovendo o aumento de empregabilidade no concelho de Montemor e apoiando a capacidade empreendedora para a construção de novos postos de trabalho e oportunidades de futuro.

---

<sup>55</sup> Saliente-se que a grande maioria das atividades referidas pelos utilizadores dizem respeito a procura de emprego e não com atividades laborais de *per se*, indo ao encontro de alguns serviços que as bibliotecas atualmente disponibilizam de apoio a desempregados.

O GIP de Montemor-o-Velho é um serviço de proximidade do IEFP que presta apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Com cerca de 1200 utentes inscritos, o GIP presta apoio na procura ativa de emprego, acompanha os utentes em fase de inserção ou reinserção profissional, divulga ofertas de emprego e medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo. Atualmente o GIP funciona no Solar dos Pinas, um edifício próximo da BMAD que alberga também a Comunidade Inter Municipal do Baixo Mondego. O GIP de Montemor-o-Velho, em conjunto com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, serão parceiros óbvios deste projeto encaminhando para o espaço de coworking da BMAD utentes com características empreendedoras ou que pretendam criar o seu próprio posto de trabalho.

Outro parceiro deste projeto é o “iMontemor+”, Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+) de Montemor-o-Velho, que tem por finalidade a promoção da inclusão social das pessoas através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate das situações críticas de pobreza. Este programa está a ser desenvolvido pelo Município de Montemor-o-Velho a convite do Instituto da Segurança Social, tendo como entidade coordenadora a AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, e entidades executoras três IPSS do concelho (Santa casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho, Associação Fernão Mendes Pinto e Casa do Povo de Arazede). O “iMontemor+” irá entrar em funcionamento brevemente, no Solar dos Pinas, onde já funciona atualmente o GIP, tendo como objetivo geral “aumentar em 10% os níveis de empregabilidade, através da potenciação, quer das capacidades individuais das pessoas desempregadas, quer das capacidades do tecido empresarial concelhio” até 2015<sup>56</sup>.

Também a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) deverá afirmar-se como parceira do espaço de *coworking* na BMAD, uma vez que a sua missão é “fazer do Baixo Mondego um Território com mais espírito empreendedor, mais coesão social mais qualidade de vida e mais riqueza”<sup>57</sup>. A Rede Regional de Suporte ao Empreendedorismo do Baixo Mondego, ancorada na CIM-BM, constitui-se como um esforço coletivo de inúmeras entidades locais, regionais e nacionais orientado para o apoio ao empreendedorismo e ao reforço da competitividade e inovação.

---

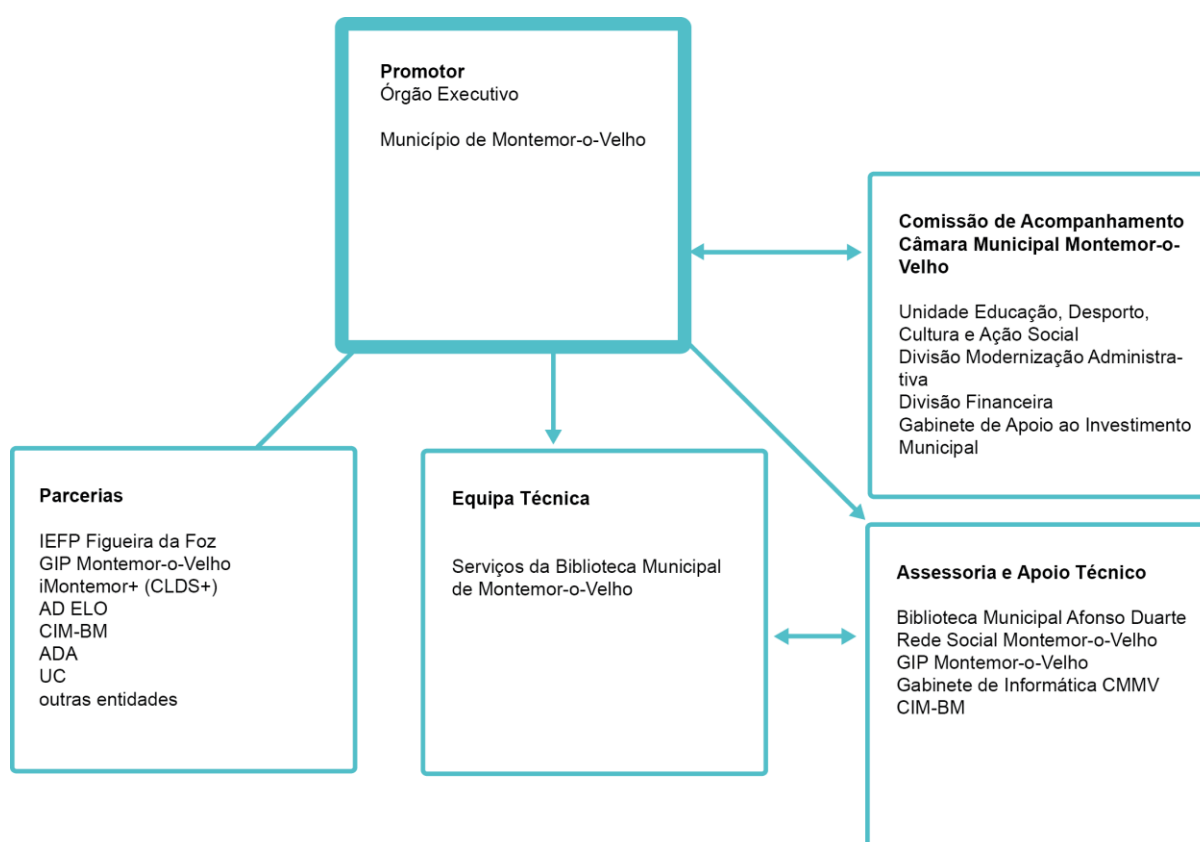
<sup>56</sup> Este número tem em conta o número de pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego da Figueira da Foz em maio de 2013, cerca de 1750 pessoas. Rede Social Montemor-o-Velho, “Contrato Local de Desenvolvimento Social +. Plano de Ação.”, agosto 2013.

<sup>57</sup> Consulte o site da CIM-BM em <<http://www.baixomondego.pt/>>.

A Universidade de Coimbra (UC) e a Associação Diogo de Azambuja (ADA), enquanto proprietária das duas escolas profissionais de Montemor-o-Velho, são parceiras óbvias deste projeto enquanto entidades que podem “fornecer” recém formados para o espaço de coworking da BMAD, numa lógica de preparação para o mundo do trabalho e de incubadora.

### 6.5.7.1 Modelo de gestão

Propõe-se que este espaço funcione de uma forma simplificada, de acordo com o quadro síntese que se apresenta:



### 6.5.8 Desenvolvimento de ações de marketing

Propõe-se a divulgação do espaço de *coworking* na BMAD em diversos suportes de publicidade, como é o caso de *mupis*, *outdoors*, cartazes e folhetos colocados não apenas em locais estratégicos do concelho de Montemor-o-Velho (escolas, GIP, iMontemor+, CIM-BM, finanças, segurança social, piscinas, biblioteca) mas também na região através de parcerias já definidas de cedência de espaços publicitários com Municípios limítrofes. Pretende-se assim sensibilizar os consumidores e possíveis utilizadores para a existência daquele espaço e as suas potencialidades.

O espaço de *coworking* deverá ainda ser divulgado em todos os suportes de comunicação da Autarquia e das entidades parceiras do projeto. Boletins informativos, *newsletters*, agendas culturais, sites e redes sociais serão meios privilegiados de promoção do espaço de *coworking* e da BMAD.

Em conjunto com as entidades parceiras, poder-se-á criar uma campanha que associe a utilização do espaço de *coworking* na BMAD a um produto ou serviço de oferta, como a frequência de um curso de formação, por exemplo.

A promoção deste serviço deverá ainda ser complementada com a presença online do espaço de *coworking* na BMAD nas mais diversas ferramentas de pesquisa e informação sobre empreendedorismo e *cowork*, de modo a expandir a região de influência, ganhando reconhecimento. A saber:

- Integração no Roteiro Nacional do Empreendedorismo<sup>58</sup>, plataforma online que disponibiliza uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento empresarial e à criação de novas empresas e de novas ideias, contribuindo para o crescimento económico e para o emprego com base em projetos estruturantes centrados nas vantagens competitivas de cada território. Este Roteiro pretende agrupar toda a informação relativa às entidades e estruturas promotoras e potenciadoras do empreendedorismo, para cada distrito de Portugal Continental e disponível para consulta com base em pesquisas por região, setor de atividade, tipo de entidade e/ou de apoio prestado. Esta ferramenta, promovida pelo IEMinho, posiciona-se assim como um agente facilitador do desenvolvimento empresarial e da criação de novas empresas. De notar que estão já integradas no Roteiro algumas associações com sede em Montemor-o-Velho, como a CIM-BM, a Associação Nacional de Orizicultores, a Associação de Pasteleiros de Tentúgal e o próprio Município Montemorense.
- Registo na Rede do Empreendedorismo Português “Querer Arriscar”<sup>59</sup>, plataforma de colaboração que pretende ser o “ponto de encontro e de *networking* com tudo o que é relevante para a nova geração de empreendedores”<sup>60</sup>.
- Participação na RIERC – Rede de Incubadoras de Empresas da Região Centro. A rede conta com a participação de 12 Incubadoras de Empresas sedeadas nesta Região de Portugal, além do CEC - Conselho Empresarial do Centro.
- Divulgação no Portal do Empreendedor da CIM-BM (<http://www.construifuturos.pt/>).

---

<sup>58</sup> Consulte <[http://www.roteironacionaldoempreendedorismo.com/\\_home](http://www.roteironacionaldoempreendedorismo.com/_home)>

<sup>59</sup> Consulte: <<http://www.quererarriscar.com/forum.php>>

<sup>60</sup> Consulte: <<http://www.quererarriscar.com/content.php?2-Apresenta%E7%E3o-do-projecto>>

## 6.5.9 Levantamento de Custos

### 6.5.9.1 Custos iniciais (estimativa)

Uma das grandes mais-valias do projeto agora proposto reside na necessidade de um investimento quase residual. Para tal muito contribui o facto do edifício ser propriedade do Município de Montemor-o-Velho, ter sido alvo de um projeto de requalificação e reestruturação recente, e alocar uma biblioteca pública, estando já equipado com uma série de serviços e equipamentos fundamentais para o bom funcionamento quer de uma biblioteca quer de um espaço de *coworking*.

No entanto, estima-se a existência de alguns custos associados ao lançamento deste espaço, uma vez que há necessidade de reformular e agilizar algumas áreas da Biblioteca para melhor acolher o espaço de *coworking*. A saber:

Descrição	Quant.	Custo <sup>61</sup>	Total
Fechadura para porta	4	35,00€	140,00€
Destruição de parede, abertura de porta, reboco, pintura e guarnição <sup>62</sup>	1	80,00€	80,00€
Porta de correr + estrutura	1	75,00€	75,00€
Estrutura envidraçada	1	600,00€	600,00€
			895,00€

No que diz respeito a custos de funcionamento, estes estão já integrados no custo total do edifício da BMAD, uma vez que o que se propõe é uma readequação de um espaço da biblioteca que atualmente se encontra subaproveitado, podendo, eventualmente, notar-se um ligeiro acréscimo nos gastos de eletricidade e gás.

<sup>61</sup> Valores sem IVA.

<sup>62</sup> A mão de obra será fornecida pela Câmara Municipal, através de funcionários próprios.



### 6.5.9.2 Estimativa dos custos envolvidos

Os custos envolvidos no presente projecto no valor de 895€, já identificados, relacionam-se com a necessidade de reformular algumas áreas da Biblioteca.

O mobiliário e o equipamento necessários para o espaço encontram-se disponíveis, devendo apenas ser transferidos de zona física, sendo propriedade do município contribuem para a estrutura de custos do próprio edifício/serviço<sup>63</sup>.

A utilização de equipamento de reprografia ou de impressão encontra-se previsto na tabela das taxas e outras receitas municipais, para todos os utilizadores da biblioteca, não constituindo por isso um acréscimo de custos para a biblioteca. A utilização de telefone para a rede fixa pode estar prevista a custo zero, caso o pacote de telecomunicações acordado com o prestador de serviços inclua chamadas ilimitadas para a rede fixa, mediante barramento de outros serviços na central telefónica.

Enquanto a BMAD estiver aberta, a utilização do espaço não tem qualquer custo para o utilizador. Porém, uma vez que o espaço pode ser tornado independente da BMAD, possibilitando o seu uso a um horário diferente do da BMAD, e implica a entrega de uma chave do equipamento, deverá fazer-se um contrato /protocolo de colaboração<sup>64</sup> sujeito ao pagamento de uma taxa mensal, cujo valor deverá ser utilizado para a própria Biblioteca.

O valor a determinar deverá ser pelo menos o custo do espaço a ocupar que deverá ser calculado através do recurso à contabilidade analítica ou de custos.

A contabilidade de custos é uma ferramenta fundamental para a tomada de decisão, decidir se se deve comprar ou produzir, executar ou contratar depende do conhecimento dos custos inerentes aos bens, serviços, actividades ou funções. Por outro lado determinar o custo das funções permite tomar medidas corretivas, com vista à prossecução de objetivos previamente definidos, que no caso dos serviços públicos não se prendem com a obtenção do lucro mas com critérios de eficácia, eficiência e de economia.

Existem vários tipos de custo e formas de cálculo de acordo com as necessidades da gestão e com a estrutura organizacional, que determinam o critério utilizado.

Critério do âmbito/objeto	Os custos podem classificar-se como custos de produtos operacionais e funcionais
---------------------------	----------------------------------------------------------------------------------

---

<sup>63</sup> Vide ponto 6.5.5 do presente trabalho.

<sup>64</sup> Vide Anexo 5 – Regulamento.

**Critério de produção** Os custos podem classificar-se como custos de produção, transformação, comercial, completo e económico.

**Critério da atividade** Os custos podem classificar-se como custos fixos ou de estrutura.

**Critério de conexão/relação** Os custos podem classificar-se como custos diretos ou indiretos

A repartição dos custos indiretos é muito subjetiva e o seu grau de subjetividade depende do critério de repartição aplicado. No caso das autarquias locais, o POCAL define um conjunto de princípios e de procedimentos para a contabilidade de custos, designadamente para o apuramento obrigatório dos gastos das funções e dos gastos que permitem determinar o valor para a fixação de tarifas e de preços de bens e serviços.

Quanto à tipologia dos custos, o POCAL adoptou o critério da conexão/relação, que permite classificar os custos em diretos ou indiretos consoante a ligação entre os custos e o seu objecto e destino.

Este critério estabelece que os custos diretos são afetos ao custo das funções, bens ou produtos e serviços enquanto os indiretos são imputados às funções, bens ou produtos e serviços de acordo com critério de repartição de custos definido.

Para o atual projeto a informação de que dispomos é a facultada pelo balancete por serviços, da aplicação utilizada para a contabilidade analítica do município de Montemor-o-Velho, referente à BMAD e as plantas do edifício.

Da análise do balancete verificamos a conformidade com o POCAL, quanto à classificação dos custos em diretos e indiretos, e o valor dos custos apurados para o ano de 2012.

<b>Balancete da BMAD</b>	<b>Ano 2012 (euros)</b>
Custos diretos	86.162
Custos indiretos	107.437

Não dispomos de informação quanto à possível desagregação destes custos pelas funções/atribuições da BMAD, mas sabemos as áreas ocupadas pelas diversas valências. Desta forma a imputação dos custos diretos far-se-á diretamente à área ocupada por m2 de cada valência e os custos indiretos serão repartidos do acordo com a repartição de base única, isto é, em função dos custos diretos e através de coeficientes de imputação.

O quadro seguinte representa a distribuição da área do edifício pelas principais valências da BMAD, a área considerada para o espaço de *coworking* corresponde à sala existente no r/c, com sensivelmente 25m2, e uma área idêntica no 1º piso, a diminuir à sala de adultos, que estará disponível depois das obras de alteração do espaço.

<b>Distribuição da área pelas principais valências</b>			
Designação	Área (m <sup>2</sup> )	Custos Diretos	%
Sala Infanto-Juvenil	111	9.178,49 €	11%
Sala Polivalente	114	9.426,55 €	11%
Atendimento/receção	56	4.630,59 €	5%
Sala Adultos	254	21.003,02 €	24%
Sala Reuniões	19	1.571,09 €	2%
Gabinetes técnicos	25	2.067,23 €	2%
Espaço coworking	50	4.134,45 €	5%
Depósito	413	34.150,58 €	40%
soma	1.042	86.162,00 €	

Foi apurado o custo direto por m2, calculado o custo direto de cada espaço físico e apurada a percentagem de cada um em relação ao total dos custos diretos. Para a imputação dos custos indiretos foram agregadas as áreas correspondentes ao atendimento/receção, sala de reuniões, gabinetes técnicos e depósito, por corresponderem todas a espaços relacionados com o funcionamento da própria BMAD. Desta forma foram apurados os coeficientes de imputação e os custos indiretos, como se pode verificar no quadro que se segue.

<b>Imputação de custos indiretos</b>		
Valência	Coeficiente Imputação	Custos Indiretos
Espaço Infanto-Juvenil	0,11	11.444,82 €
Espaço Polivalente	0,11	11.754,14 €
Espaço funcionamento/técnico	0,49	52.893,65 €
Sala Adultos	0,24	26.189,06 €
Espaço coworking	0,05	5.155,33 €
soma	1,00	107.437,00 €

Foram posteriormente apurados os custos totais anuais, tendo por base os valores referentes ao último exercício económico, correspondendo à área considerada para o espaço de *coworking* o valor de € 9.289,78.

<b>Apuramento de custos totais</b>	
Valência	Custo Anual
Espaço Infanto-Juvenil	20.623,31 €
Espaço Polivalente	21.180,70 €
Espaço funcionamento/técnico	95.313,14 €
Sala Adultos	47.192,08 €
Espaço <i>coworking</i>	9.289,78 €
soma	193.599,00 €

A taxa mensal a cobrar corresponde ao custo do espaço de 50m<sup>2</sup>, estimado para o presente projeto, é de €309,66. Considerando que o projeto disponibilizará 7 secretárias, cuja utilização facultará o acesso ao piso superior, local onde se prevê disponibilizar uma sala de reuniões, o valor desce para €44,24 mensais por utilizador.

<b>Espaço <i>coworking</i></b>		<b>Custo por Secretária do Espaço de <i>coworking</i></b>	
custo anual	9.289,78 €	custo anual	1.327,11 €
custo mês	309,66 €	custo mês	44,24 €
custo dia	25,38 €	custo dia	3,63 €

Comparativamente o valor praticado pela utilização de secretárias na Fusion em Aveiro é de €111 por mês e de €13 por dia e não disponibiliza o acesso à sala de reuniões, que custa €11/hora para utilizações pontuais.

Neste sentido, apresenta-se um quadro síntese que compila o valor proposto para a taxa mensal praticada para o uso do espaço de *coworking* na BMAD e os serviços que estão incluídos nos dois modos possíveis de utilização do espaço:

- utilização pontual, durante o horário da BMAD, a custo zero;
- utilização contínua e regular, com acesso ao espaço de *coworking* a qualquer horário, prevê o pagamento de uma taxa mensal.

	0€ MÊS	45€ MÊS
Lugar Secretária	●	●
Acesso Internet	●	●
Sala Reuniões	*●	●
Ar condicionado	●	●
Serviço 24h	○	●
Impressora	*●	●
Telefone rede fixa	●	●

○ Serviço não disponível

\*● Serviço condicionado

● Serviço disponível

### 6.5.10 Calendarização das várias etapas que compõem o projeto

ETAPA / FASE	JAN EIRO	FEB REIRO	MAR ÇO	ABR IL	MAI O	JUN HO	JUL HO	AGO STO	SET EMBRO	OUT UBRO	NOV EMBRO	DEZ EMBRO
Proposta de implementação do projeto												
Aprovação do projeto												
Obras												
Estabelecimento de parcerias												
Divulgação												
Implementação / Abertura												
Dinamização												
Acompanhamento												



## CONCLUSÕES

*“The past decade was about finding new collaboration and innovation models on the web. The next decade will be about applying them to the real world.”* (Chris Anderson)

Este é sem dúvida um projeto que marca pela diferença e pela mudança de paradigma no que às bibliotecas, aos serviços partilhados e ao trabalho diz respeito. Numa sociedade fundada no conhecimento, as bibliotecas devem cimentar a identidade cultural, o desenvolvimento social, a diversidade de informação, a criatividade e a inovação, a economia do conhecimento e o espírito empreendedor. As bibliotecas devem, por isso, ter como missão a construção de uma nação criativa e de êxito, facilitando o acesso da sociedade ao conhecimento e à inspiração.<sup>65</sup> A criação de espaços que fomentam a partilha e o empreendedorismo proporciona o surgimento de novas ideias e ações, dinamizando o território.

Este espaço de *coworking* na BMAD está orientado para, não esquecendo a missão das bibliotecas públicas, criar uma comunidade inclusiva, diversificada e participativa.

O presente projeto foi desenvolvido tendo sempre por base a realidade local de Montemor-o-Velho, assentando em modelos internacionalmente conhecidos de promoção do conhecimento, inovação, empreendedorismo social e *coworking*.

Aliado a uma biblioteca, o espaço de *coworking* cresce. Deixa de ser “apenas” um espaço de *cowork* normal ou “apenas” uma biblioteca. É uma nova visão. É uma nova aplicação de um novo modelo colaborativo e inovador ao mundo real.

---

<sup>65</sup> Investing in Knowledge, MLA, 2004.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de (1997) – **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo : Polis : APB. 129 p. ISBN 85-7228-006-5

ARTS COUNCIL ENGLAND (2013) - **The library of de future** [Em linha]. London : Arts Council England. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://www.artscouncil.org.uk/media/uploads/pdf/The\\_library\\_of\\_the\\_future\\_May\\_2013.pdf](http://www.artscouncil.org.uk/media/uploads/pdf/The_library_of_the_future_May_2013.pdf)>

BETANCUR BETANCUR, Adriana María (2007) – **Bibliotecas públicas, información y desarrollo local**. Medellín : Comfenalco Antioquia. 67 p. ISBN 978-958-98337-1-1

BUDNIK SINAY & MAZA MICHELSON (2006) – **Política de equidade en el acceso a la información: avanzando hacia un Chile digital** [Em linha]. Ciências da Informação. ISSN 0100-1965. Vol. 35, n.º 2 (2006), pp. 68-74. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a08v35n2.pdf>>

CALIXTO, José António (2005) – **As bibliotecas públicas portuguesas: transformações, oportunidades e desafios**. Páginas a & b. ISSN 0873-5670. N.º 16 (2005), p. 61-88.

**CARTA DE LEIPZIG SOBRE AS CIDADES EUROPEIAS SUSTENTÁVEIS** (2007) [Em linha]. [Consult. 9 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs\\_ref/Documents/Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Internacional/Carta%20de%20Leipzig.pdf](http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents/Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Internacional/Carta%20de%20Leipzig.pdf)>

COMISSÃO EUROPEIA (2010) - **Europa 2020 : Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo** [Em linha]. Bruxelas : Comissão Europeia. [Consult. 9 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/UE2020\\_COM\\_final.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes3/UE2020_COM_final.pdf)>

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (2008) - **Regions 2020: an assessment of future challenges for EU regions** [Em linha]. Brussels : Commission of the European Communities. [Consult. 9 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/working/regions2020/pdf/regions2020\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/regions2020/pdf/regions2020_en.pdf)>

**COPENHAGEN DECLARATION** (1999) [Em linha]. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://presentations.aakb.dk/CopenhagenConference99/Deklaration.pdf>>

COSTA, Isabel D. Pereira da (2004) – **O serviço de informação à comunidade nas bibliotecas portuguesas** [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, Estoril, 2004 – Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão : actas [Multimédia]. Lisboa : B.A.D.

DESMAG (2011) – **2nd annual global coworking survey** [Em linha]. Berlim : Deskmag. [Consult. 8 de outubro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://dl.dropboxusercontent.com/u/64387613/Coworking%20Survey%20Booklet.pdf>>

DGLB (2009) – **Programa de apoio às bibliotecas municipais** [Em linha]. Lisboa : Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas. [Consult. 11 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/documentacaoBibliotecas/Paginas/DocumentosapoiocandidaturaprogramadaRNBP.aspx>>

EBLIDA; NAPLE (2009) - **Declaración de Viena: una política bibliotecaria para Europa** [Em linha]. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://travesia.mcu.es/portaln/jspui/bitstream/10421/1421/1/Declaracion\\_Viena\\_2009.pdf](http://travesia.mcu.es/portaln/jspui/bitstream/10421/1421/1/Declaracion_Viena_2009.pdf)>

EMPRESA DE DESARROLLO URBANO – **Los Parques Biblioteca**. [Em linha]. [Consult. 11 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.edu.gov.co/index.php/proyectos/parques-biblioteca.html>>

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice (2004a) – **Um olhar sobre o Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas**. Páginas a & b. ISSN 0873-5670. N.º 13 (2004), pp. 105-127.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice (2004b) – **De que falamos quando falamos da biblioteca pública**. IN' CID. ISSN 1645-9334. N.º 1, pp. 185-195.

QUICK, PRIOR, TOOMBS, TAYLOR, CURRENTI (2013) - **Perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas em Portugal** (financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates) [Em linha]. [Consult. 8 de outubro de 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PORTUGAL\\_EstudoTranseuropeu.pdf](http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PORTUGAL_EstudoTranseuropeu.pdf)>

QUICK, PRIOR, TOOMBS, TAYLOR, CURRENTI (2013) - **Estudo transeuropeu para aferir as perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas** (financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates) [Em linha]. [Consult. 8 de outubro de 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/EUROPA\\_EstudoTranseuropeu.pdf](http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/EUROPA_EstudoTranseuropeu.pdf)>

GARCÍA RODRÍGUEZ, Araceli – Actividades culturales en la biblioteca. p. 289-296. In. **Manual de biblioteconomía**. Madrid : Editorial Síntesis. 509 p. ISBN 84-7738-363-4

IFLA (2005) – **Manifesto da IFLA sobre transparência, bom governo e ausência de corrupção** [Em linha]. The Hague : IFLA. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/transparency-manifesto-pt.pdf>>

IFLA/UNESCO (1994) - **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994** [Em linha]. The Hague : IFLA. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>

INTELI – INTELIGÊNCIA EM INOVAÇÃO, CENTRO DE INOVAÇÃO - **Índice de Cidades Inteligentes - Portugal** [Em linha]. Moreira da Maia : INTELI. [Consult. 9 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.inteli.pt/uploads/documentos/documento\\_1357554966\\_2590.pdf](http://www.inteli.pt/uploads/documentos/documento_1357554966_2590.pdf)>

JARAMILLO, Orlanda (2010) – **La biblioteca pública, un lugar para la formación ciudadana: referentes metodológicos del proceso de investigación** [Em linha]. Revista Interamericana de Bibliotecología. ISSN 0120-0976 Vol. 33, n.º 2 (2010), pp. 287-313. [Consult. 11 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/7644/7069>>

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (2012) - **Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas**. Brasília, DF : Brique de Lemos.

LIMA, Francisco; NEVES, Ana (2011) – Conciliação da vida profissional com a vida familiar – Módulo *ad hoc* do inquérito ao emprego de 2010 [Em linha]. In PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – **Estatísticas de emprego 2011 : 3.º Trimestre**. Lisboa : INE, 2011. [Consult. 8 de outubro de 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=109727658&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=109727658&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2)>

LOPES, João Teixeira; ANTUNES, Lina (2000) – **Desescolarizar as bibliotecas?** OBS : publicação trimestral do Observatório das Actividades Culturais. N.º 8, p. 25-27.

LOZANO DÍAZ, Roser (2002) – **El servicio de información a la comunidad** [Em linha]. In CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 1, Valencia, 2002 – La biblioteca pública: portal de la sociedad de la información [Em linha]. Madrid : Ministerio de Cultura. Subdirección General de Información y Publicación. p. 447-450. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: [http://travesia.mcu.es/portaInb/jspui/bitstream/10421/1230/1/for\\_449.pdf](http://travesia.mcu.es/portaInb/jspui/bitstream/10421/1230/1/for_449.pdf)>

**COWORKING MANIFESTO** (Global – For the World) (2013) [Em linha]. [Consult. 8 de outubro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: [http://wiki.coworking.com/w/page/35382594/Coworking%20Manifesto%20\(global%20-%20for%20the%20world\)>](http://wiki.coworking.com/w/page/35382594/Coworking%20Manifesto%20(global%20-%20for%20the%20world)>)

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE (2011) – **Urban world: mapping the economic power of cities** [Em linha]. [Consult. 9 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.mckinsey.com/insights/urbanization/urban\\_world](http://www.mckinsey.com/insights/urbanization/urban_world)>

NICOLAU, José; CORREIA, Francisco Alveirinho; PORTELA, Ricardo – **POCAL: Contabilidade de Custos**. Coimbra : Ediliber. 222 p. ISBN 972-8896-00-X

NUNES, Manuela Barreto (2008) – **Conclusões e recomendações do III Encontro Oeiras a Ler** [Em linha]. In San Francisco : Slideshare. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.slideshare.net/rbmocmo/manuela-barreto-nunes>>

OLDENBURG, Ray - **The great good place : cafes, coffee shops, bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community**. New York: Paragon House. 336 p.

OLIVEIRA, VERA (2013) - **As Bibliotecas Públicas no século XXI: uma mudança inalienável?** [Em linha]. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://domundoflutuante.blogspot.pt/2013/04/as-bibliotecas-publicas-no-seculo-xxi.html>>

ONU (2012) - **Resilient people, resilient Planet : a future worth choosing. The Report of the United Nations Secretary-General’s High-Level Panel on Global Sustainability** [Em linha]. Nova Iorque : ONU. [Consult. 9 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSP\\_Report\\_web\\_final.pdf](http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSP_Report_web_final.pdf)>

RYYNANEN, Mirja (1998) - **Report on the Green Paper on the role of libraries in the modern world** [Em linha]. Copenhaga. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://cordis.europa.eu/libraries/en/reportrole.html>>

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, org. (2007) – **A leitura em Portugal** [Em linha]. Lisboa : Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE). ISBN 978-972-614-419-9. [Consult. 4 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.oac.pt/Projecto38.htm>>

SERVET, Mathilde (2010) – **Les bibliothèques troisième lieu: une nouvelle génération d'établissements culturels** [Em linha]. Bulletin des bibliothèques de France. Tome 55, n.º 4, pp. 57-66. [Consult. 11 de setembro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2010-04-0057-001>>

SERVET, Mathilde (2009) - **Les bibliothèques troisième lieu** [Em linha]. [Villeurbanne] École nationale supérieure des sciences de l'information et des bibliothèques. [Consult. 8 de outubro de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/21206-les-bibliotheques-troisieme-lieu.pdf>>

Manifiesto de la UNESCO sobre la Biblioteca Pública (1972) [Em linha]. In FIAB - **Pautas para bibliotecas públicas**. Madrid : Dirección General del Libro y Bibliotecas, 1988. Disponível em WWW: <URL: <http://travesia.mcu.es/portalnb/jspui/bitstream/10421/432/1/pautasfiab.PDF>>

YEPES OSORIO, Luis Bernardo (2007) – **Consideraciones políticas en torno a la biblioteca pública y la lectura**. Medellín : Comfenalco Antioquia. 53 p. ISBN 9589833728

YEPES OSORIO, Luis Bernardo (2001) – **La promoción de la lectura: conceptos, materiales y autores**. Medellín : Comfenalco Antioquia. 240 p. ISBN 9589613608

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA – Associação Diogo de Azambuja

AD-ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego

AIP – Associação Industrial Portuguesa

ASU – Arizona State University

BMAD – Biblioteca Municipal Afonso Duarte

CAR – Centro de Alto Rendimento

CIM-MB - Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego

CLDS + - Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais

CSI – Centre for Social Innovation

DGLAB – Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas

DIBAM - Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos

EU – União Europeia

EUA – Estado Unidos da América

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

I & D – Investigação e Desenvolvimento

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions

IGP – Identificação Geográfica Protegida

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

MIT - Massachusetts Institute of Technology

OBA - Openbare Bibliotheek Amsterdam

ONU - Organização das Nações Unidas

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PBE – Parque Biblioteca España



PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UC – Universidade de Coimbra

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## ANEXOS

## ANEXO 1

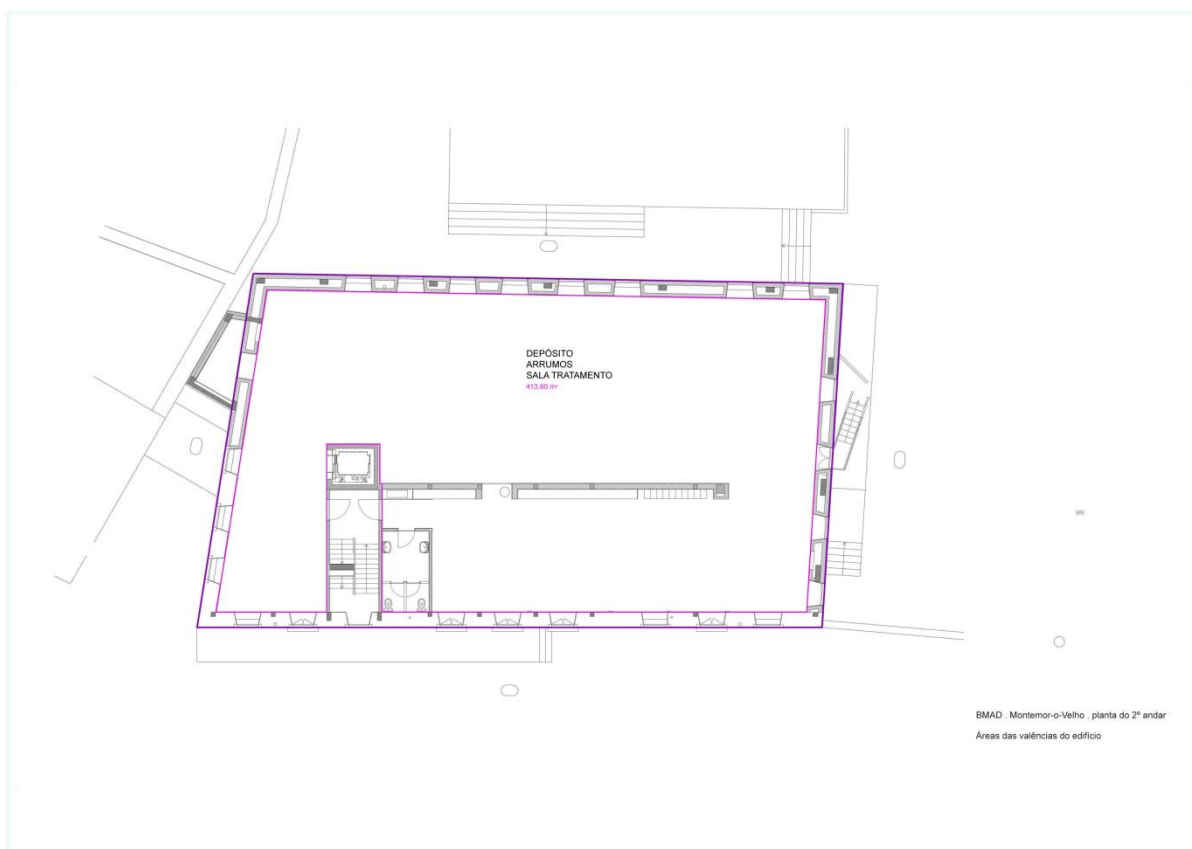
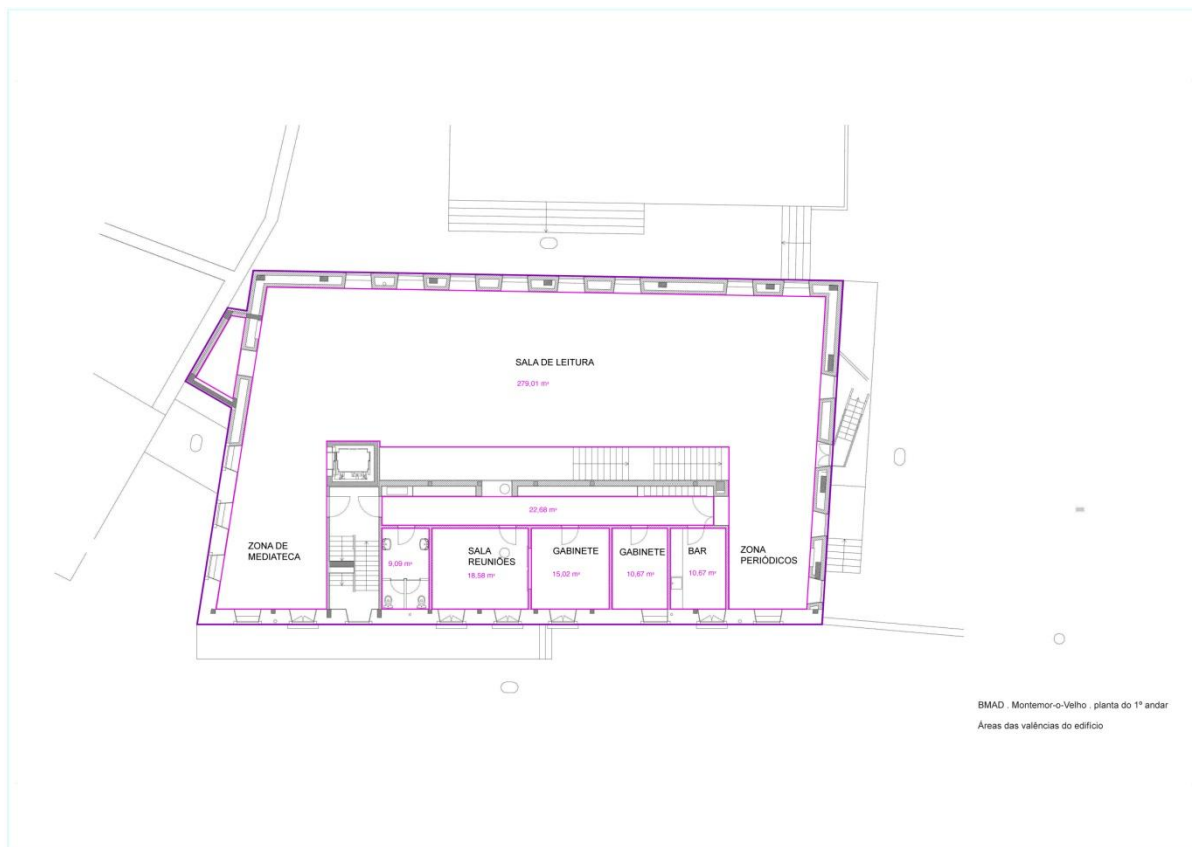
## INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS DA EUROPA 2020

<b>CRESCIMENTO INTELIGENTE</b>	<b>CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>CRESCIMENTO INCLUSIVO</b>
<p><b>INOVAÇÃO</b></p> <p>Iniciativa emblemática da UE «Uma União da inovação» para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para reforçar a cadeia de inovação e acelerar os níveis de investimento em toda a União.</p>	<p><b>CLIMA, ENERGIA E MOBILIDADE</b></p> <p>Iniciativa emblemática da UE «Uma Europa eficiente em termos de recursos» destinada a contribuir para dissociar crescimento económico da utilização dos recursos, através da descarbonização da economia, do aumento da utilização das fontes de energia renováveis, da modernização do sector dos transportes e da promoção da eficiência energética.</p>	<p><b>EMPREGO E QUALIFICAÇÕES</b></p> <p>Iniciativa emblemática da UE «Agenda para novas qualificações e novos empregos» para modernizar os mercados de trabalho, facilitando a mobilidade da mão-de-obra e o desenvolvimento das qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura.</p>
<p><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p>Iniciativa emblemática da UE «Juventude em movimento» para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e reforçar a capacidade de atração internacional do ensino superior da Europa.</p>	<p><b>COMPETITIVIDADE</b></p> <p>Iniciativa emblemática da UE «Uma política industrial para a era da globalização» para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial sólida e sustentável, suscetível de enfrentar a concorrência mundial.</p>	<p><b>LUTA CONTRA A POBREZA</b></p> <p>Iniciativa emblemática da UE «Plataforma europeia contra a pobreza» para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade.</p>
<p><b>SOCIEDADE DIGITAL</b></p> <p>Iniciativa emblemática da UE «Agenda digital para a Europa» para acelerar a implantação da Internet de alta velocidade e para que as famílias e empresas possam tirar partido de um mercado único digital.</p>		

## ANEXO 2

### PLANTAS DO EDIFÍCIO DA BMAD COM ÁREAS

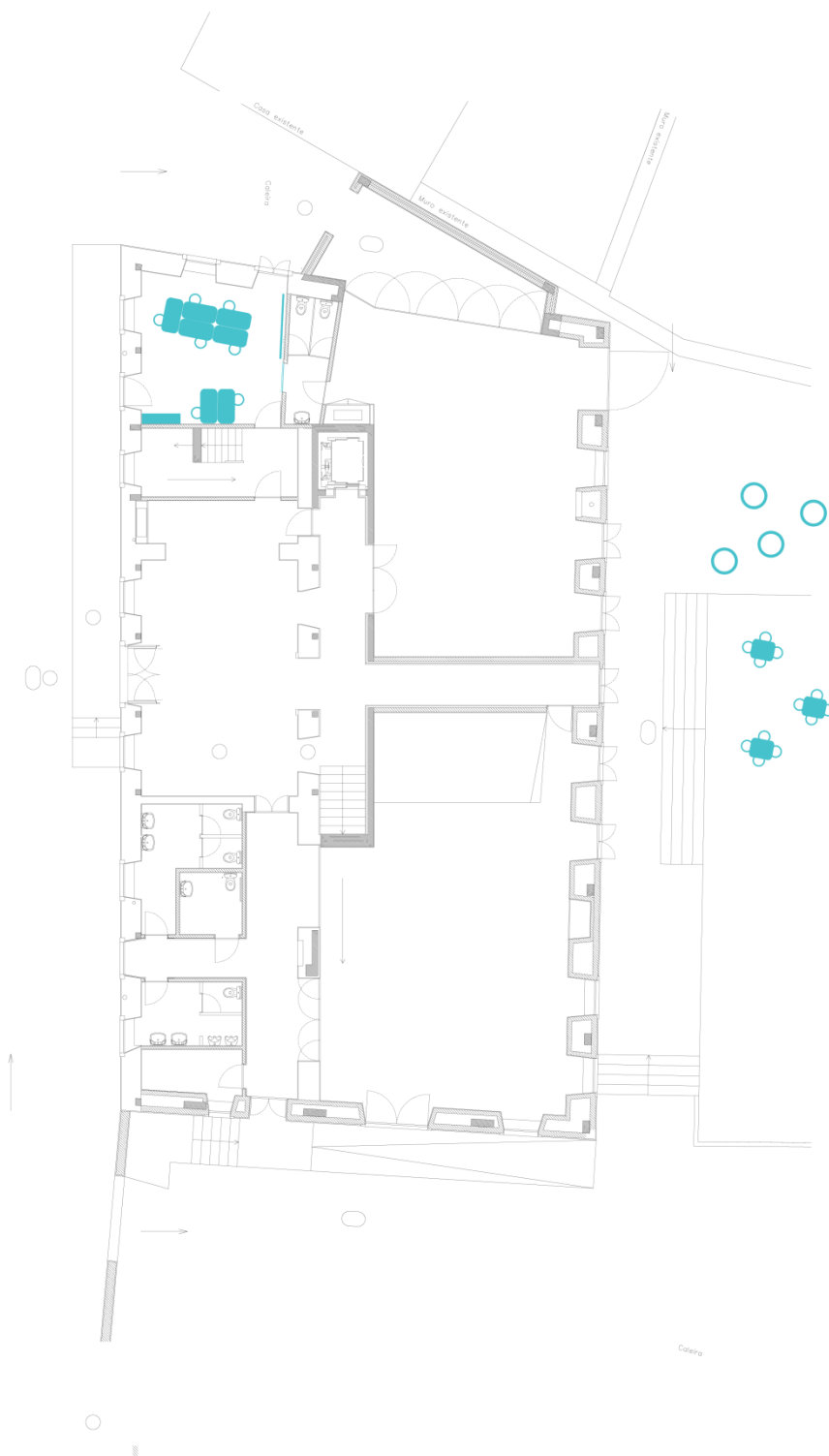




## ANEXO 3

### INTERVENÇÃO PROPOSTA NA BMAD. PLANTAS.

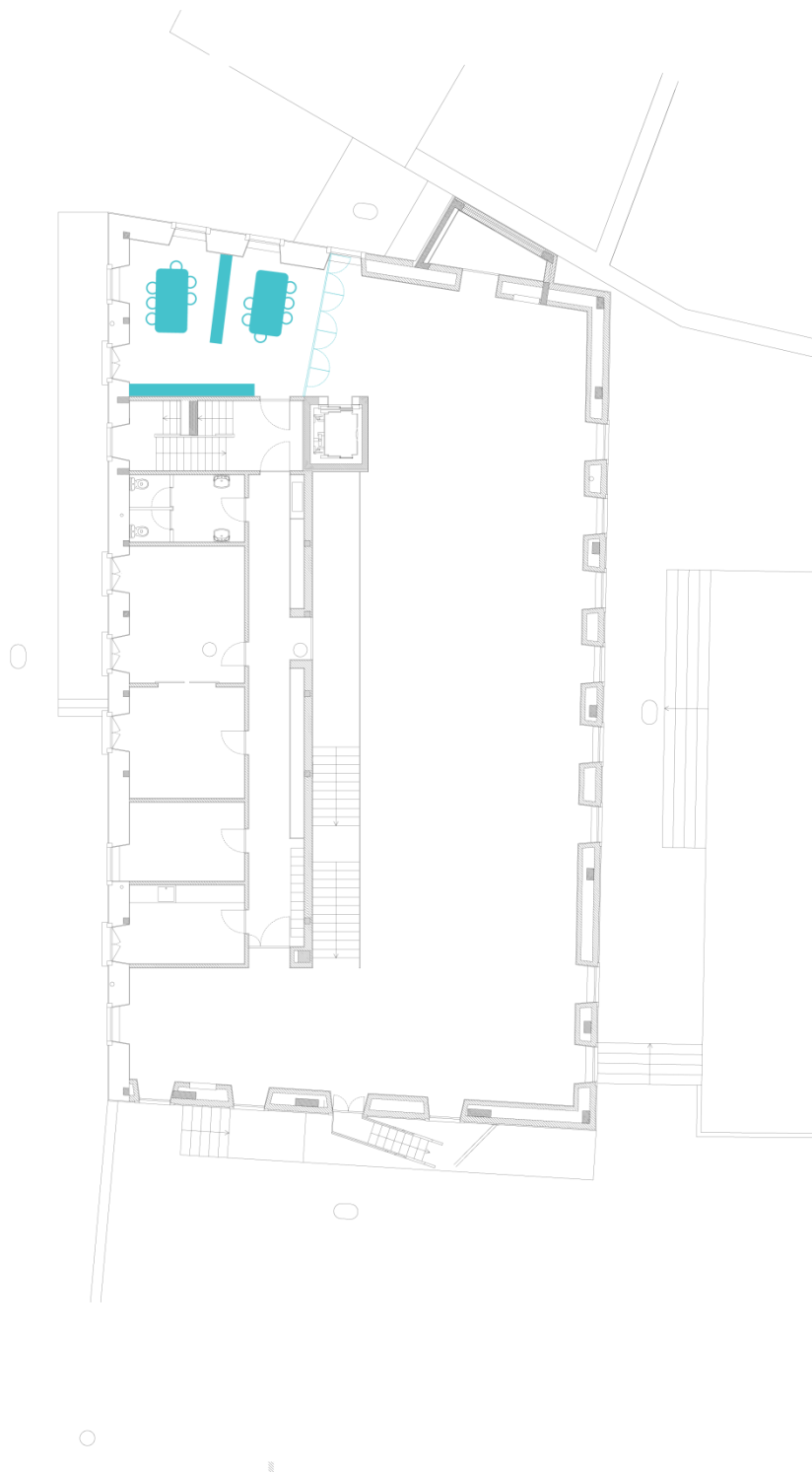
#### 3.1 RÉS DO CHÃO



BMAD . Montemor-o-Velho . planta do rés do chão

Área a intervir

### 3.2 1º ANDAR



B MAD . Montemor-o-Velho . planta do 1º andar

Área a intervir



## ANEXO 4

### FOTOGRAFIAS DO ESPAÇO A INTERVENCIONAR



Exterior BMAD



Zona multimédia / proposta sala reuniões



Zona de arrumações / proposta sala coworking



Jardim

## ANEXO 5

### REGULAMENTO

#### Artigo 1.º

##### Âmbito

1. O presente regulamento tem como objetivo a definição de regras de acesso e de funcionamento do espaço de *COWORKING* na Biblioteca Municipal Afonso Duarte (BMAD), em Montemor-o-Velho, bem como inscrição e utilização de todos os serviços.

#### Artigo 2.º

##### Objetivos

1. O *COWORKING* na BMAD tem como principal objetivo apoiar empreendedores, novas empresas e profissionais liberais no processo de desenvolvimento e consolidação dos seus projetos e atividade, disponibilizando o acesso a serviços, espaço de trabalho e soluções integradas que facilitam a sua implementação e crescimento no mercado.

2. O *COWORKING* na BMAD, de igual de modo, disponibiliza o acesso privilegiado a um conjunto de entidades parceiras, proporcionando desta forma aos diversos utilizadores, doravante designados de *coworkers*, uma mais fácil inserção num contexto empresarial e respetiva concretização de projetos e atividade.

#### Artigo 3.º

##### Candidatos

1. Podem candidatar-se profissionais liberais ou empresas, já em atividade ou em fase de lançamento, sendo todas as candidaturas alvo de análise e parecer por parte do *COWORKING* na BMAD.

2. Para o uso da sala de reuniões, e dado tratar-se de um serviço de utilização não continuada, mas sim ocasional, mediante reserva das salas de reunião disponíveis, poderão candidatar-se quaisquer entidades, devendo ser observada a prioridade de marcação por ordem de receção e agenda de reservas.

## Artigo 4.º

### Candidatura

1. O processo de candidatura inicia-se com o preenchimento do formulário de candidatura.
2. As candidaturas decorrem em contínuo, atribuindo-se a prioridade de integração segundo a sua ordem de chegada.
3. As candidaturas que provierem de parceiros do *COWORKING* na BMAD terão prioridade.
3. Após a entrega do formulário de candidatura, esta será avaliada pelo *COWORKING* na BMAD que decidirá da possibilidade da admissão, devendo ser observada a prioridade de admissão por ordem de receção e de proveniência das candidaturas.
4. O *COWORKING* na BMAD reserva-se ao direito de solicitar dados adicionais para efeitos de apreciação das candidaturas.
5. O *COWORKING* na BMAD garante a salvaguarda da confidencialidade dos dados submetidos na candidatura.

## Artigo 5.º

### Celebração do Contrato de Utilização do Serviço e Prazo

1. Os *coworkers* celebrarão contratos de utilização do(s) serviço(s) com o *COWORKING* na BMAD por períodos de 1 (um) mês, renováveis automaticamente com débito do respetivo valor de utilização até ao último dia útil do mês anterior à renovação, salvo indicação em contrário ou impossibilidade de acordo com as condições previstas nas modalidades de cessação contratual do presente regulamento.
2. O disposto no número 1 do presente artigo não é aplicável à modalidade de serviço de utilização não continuada, mas sim ocasional, mediante reserva das secretárias disponíveis na sala de *coworking*.
3. O disposto nos números 1 e 2 do presente artigo não é aplicável à modalidade de serviço de utilização não continuada mediante reserva da sala de reunião disponível.

4. O auditório da BMAD é taxado de acordo com o disposto no art.º 50º, da secção V, do anexo I – Tabela de Taxas, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

## Artigo 6.º

### Horário e Utilização de Áreas de Circulação e Equipamentos de Uso Comum

1. O *COWORKING* na BMAD tem como horário funcionamento das 10h00 às 20h00 (de abril a outubro) ou das 10h00 às 18h00 (de novembro a março), todos os dias úteis, reservando-se o acesso aos diversos espaços disponíveis – sala de *coworking*, sala de reuniões e instalações sanitárias, receção – e restantes equipamentos de uso comum, exclusivamente durante este horário.

2. O espaço de *COWORKING* na BMAD poderá ser utilizado num horário mais alargado, restringindo-se o acesso à sala de *coworking*, à sala de reuniões e às instalações sanitárias afetas a este espaço. O acesso deverá ser feito exteriormente, através da porta de acesso direto. Este serviço só está disponível para os *coworkers* ao abrigo do n.º 1 do art.º 5º.

2. A utilização dos espaços e serviços disponíveis está reservada aos *coworkers*, em regime de exclusividade ou livre, utilizadores da sala de reuniões e respetivos clientes ou convidados, no período de funcionamento e nas condições previstas no presente regulamento.

3. Todos os equipamentos e espaços de utilização comum devem ser utilizados de acordo com o estabelecido no Regulamento da BMAD.

4. As salas de reunião do *COWORKING* na BMAD estão disponíveis para utilização dos *coworkers*, em regime de exclusividade ou livre e respetivos clientes ou convidados mediante marcação prévia e disponibilidade.

## Artigo 7.º

### Resolução e Cessação do Contrato e da Utilização dos Serviços

1. Serão automaticamente consideradas cessadas todas as obrigações e usufrutos dos serviços disponibilizados pelo *COWORKING* na BMAD e respetivos contratos, quando observada uma, ou mais do que uma, das seguintes condições:

- a) Incumprimento de qualquer cláusula do presente regulamento ou do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes;
- b) Falta de pagamento ao *COWORKING* na BMAD;
- c) Por iniciativa do utilizador, devidamente justificada;
- d) For observada má-fé ou comportamento indevido na utilização dos serviços de uso comum ou comportamento indevido face aos restantes *coworkers*, demonstrando falta de cordialidade ou discriminação política, religiosa ou qualquer outra que comprometa o espírito de total abertura pela qual se pauta o *COWORKING* na BMAD e a própria BMAD;
- e) A resolução do Contrato não prejudica de forma alguma o direito previsto ao *COWORKING* na BMAD de haver o pagamento das faturas ou da parte destas vencidas.

## Artigo 8.º

### Disposições Finais

1. O *COWORKING* na BMAD não será responsável em hipótese alguma pela atividade desenvolvida pelos *coworkers* e utilizadores dos serviços, cabendo-lhe somente assegurar a manutenção das condições previstas no presente regulamento para o desenvolvimento da sua atividade.
2. O *COWORKING* na BMAD não poderá ser responsabilizado, civil ou judicialmente, em hipótese alguma, pelo incumprimento das obrigações fiscais, laborais, previdenciais e sociais, comerciais, financeiras, que constituam encargo dos *coworkers* e utilizadores dos serviços perante os seus fornecedores, colaboradores e quaisquer terceiros.
3. Os casos omissos neste Regulamento e os factos duvidosos serão resolvidos pelo *COWORKING* na BMAD, segundo análise dedicada.